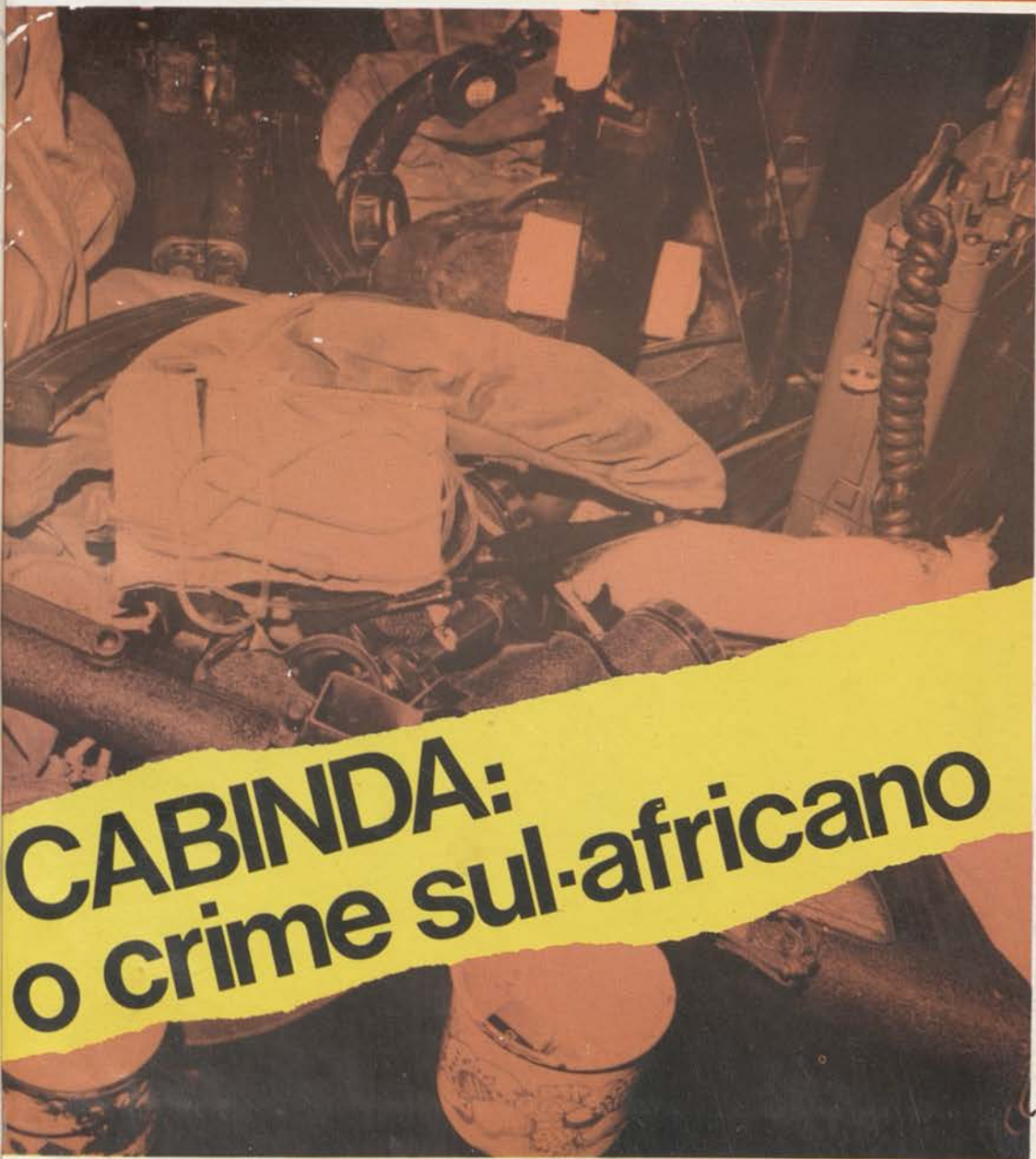


cadernos do

terceiro mundo

MOÇAMBIQUE
10 anos de
independência

Mensal • Junho 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 5.000 • Ano VIII • Nº 78



CABINDA:
o crime sul-africano



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 232/211133 EP 342
Tele. 232/211133 EP 342

Moçambique: dez anos de independência

A 27 de Junho de 1975, sob uma intensa chuva e perante representantes de toda a África, do governo português (então chefiado pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, ele próprio presente às cerimónias acompanhado de uma numerosa comitiva), o presidente Samora Machel proclamava a independência de Moçambique. Ficava para trás uma epopeia humana a respeito da qual ainda muito pouco foi escrito mas que está ao nível da saga vietnamita ou das lutas latino-americanas contra o colonialismo espanhol.

Pouco depois, com a independência de Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (a da Guiné-Bissau já havia sido proclamada em 1973), o continente africano superava uma etapa colonial de longos séculos, restando apenas bolsas como o caso do Sara espanhol, da Namíbia e da então Rodésia, que, com as novas condições criadas com a proclamação da República

Popular de Moçambique, veio a acelerar o seu próprio processo emancipador, tornando-se no Zimbabue.

Nesta edição, o nosso director, Neiva Moreira, lembra aqueles dias históricos dos quais ele foi testemunha privilegiada, quando lá esteve representando *cadernos do terceiro mundo* que, na época, não tinham nem um ano de existência.

Dez anos depois, é necessário denunciar as agressões permanentes que a jovem República africana suporta, por parte de grupos financiados e apoiados pelos sul-africanos, com a cumplicidade dos que perderam privilégios e regalias quando a FRELIMO assumiu o poder.

A nossa matéria de capa é sobre uma agressão ainda mais directa da África do Sul a um outro país da região: a tentativa de sabotagem realizada por um "comando" sul-africano contra o complexo petrolífero de Cabinda, na República Popular de Angola.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral: Neiva Moreira

Director Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Director: Artur Baptista
Coordenação de Redacção:
Carlos Pinto Santos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
1200 LISBOA — telef.:
32 06 50/32 07 51
Redacção e Publicidade:
Rua das Salgadeiras, 36-2.^o-E
1200 LISBOA — telef.:
36 38 04/37 27 15
Telex:
42720 CTM TE P
Impressão:
Gráfica Europam, Lda
2726 — Mem Martins (CODEX)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:
José Carlos Gondim
Redacção Permanente:
Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Eduar-
do Varela, Galomar Belo Marques, Horácio Castellano Moya,
João Macedo dos Reis, Raúl Gonçalves, Roberto Bardini
Departamento de Arte:
Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe
Centro de Documentação:
Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza
(Rio de Janeiro), Cristina Assis (Lisboa)
Composição:
Ronaldo Fonseca
Revisão:
Estevam Reis (Lisboa)
Serviços Comerciais:
Manuela Fernandes
Publicidade:
José Ferreira, Cristina Campos

Correspondentes:
Argentina: Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 — 1er. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94
Buenos Aires, Capital Federal
Chile: Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile
Ecuador: José Steinsleger
Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito
Peru: Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima-27
Colômbia: Guillermo Segovia Mora
Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 283-66-14 — Bogotá
Nicarágua: Arquelas Morales
Apartado 576 — Managua
Estados Unidos: Gino Lofredo
1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010
Moçambique: Eivaldo Hipólito
Rua de Pina 109 Sommerchild, Maputo

BRASIL

Director e Editor:
Neiva Moreira
Editora Terceiro Mundo, Lda.
Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro,
RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), WAF (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Foto DIP

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto —
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.
West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Edicionesocial, Córdo-
va 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205 Quito Ed. Jaramillo Artega, Tel. 517-
590, Reg. Sempio Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Terceiro Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois — New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chic-
ago, Illinois — Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 —
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 — Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 — Tom Money
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA — Red and Black,
4736 University Way, Seattle — Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Irlington Park
Street, London. GUINE-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:
Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidade Auto-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60,
Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 4-1 Ro-
ma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-
ma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma —
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO:
Unión de Expendedores y Vendedores de
Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. —
Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. — Metropolita-
na de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.,
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUAS:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicara-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña,
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Di-
tribuidora Runamarca, Camaná 578, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Terullita, Amalia
Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th In-
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertriebs GmbH, Osterstr. 36, 2800 Bre-
men S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:
Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. VENEZUELA: Publicaciones Españo-
las, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Circulação em 70 países

4 Cartas

6 Panorama Tricontinental

13 Editorial – O ocaso de Reagan

16 Matéria de capa – Cabinda: o crime sul-africano

- 17 As provas irrefutáveis, *Artur José Poerner*
20 Sabotagem envolve interesses norte-americanos

África

- 23 Opinião – Moçambique: Dez anos depois, *Neiva Moreira*
28 Sara Ocidental: A intransigência de Hassan II, *Carolina Quina*
33 São Tomé e Príncipe: Privatização ou pragmatismo?,
Baptista da Silva
39 Costa do Marfim: A crise sucessória
44 África do Sul: Pretória fecha duas universidades

América Latina

- 45 Peru: “A esquerda latino-americana deve unir-se”, entrevista com
o presidente eleito Alan García, *Cesar Arias Quincot*
49 Brasil: O problema da legitimidade do poder
51 El Salvador: Moratória no fluxo de armas, entrevista com
Guillermo Ungo, presidente da FDR, *Beatriz Bissio e
Maluza Stein*
55 “Eles destroem e nós voltamos a construir”, *Etevaldo Hipólito*
60 República Dominicana: Cai o prestígio do governo,
Pablo A. Martínez
62 Haiti: O clero revolta-se conta a ditadura, *Armando Lampe*

Médio Oriente

- 67 Líbano: O colapso israelita

Ásia

- 73 O eixo Washington-Tóquio-Seul, *A. Prado*

Estratégia

- 77 Os “soldados da fortuna” e a CIA, *Ward Churchill*

Comunicação

- 84 Paradoxos sobre políticas alternativas, *Roberto Remo*
88 Especial – Sudão: Um futuro incerto, *Carlos Castilho*

- 96 Humor



Moçambique:
10 anos de independência



A herança de Tancredo Neves



A aliança militar Japão-EUA

Cartas

Carta do Mês

Solidariedade com a Nicarágua

Da comissão de Jovens de Alverca, Portugal, chegou à nossa redacção de Lisboa a seguinte mensagem, dirigida ao povo da Nicarágua:

Companheiros,
Expressamos a nossa solidariedade com o vosso povo e o vosso país. Somos a Comissão de Jovens de Alverca, estrutura juvenil aberta à participação de todos os jovens da vila de Alverca do Ribatejo. Expressamos a nossa solidariedade com a luta do vosso povo, que tem sido a luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional, quer no período negro do somozismo, quer neste momento crucial da história do vosso país e do vosso povo.

Estamos e continuaremos a estar atentos ao vosso exemplo e à vossa luta.

Por uma Nicarágua livre, soberana e independente!

Comissão de Jovens de Alverca - Portugal - Clara Martins, Sandra Lourenço, Renato Vaz, Maria Margarida Fortunato

Uma crítica

(...) Além de aproveitar esta oportunidade para vos saudar, quero aqui deixar igualmente a minha crítica. O Terceiro Mundo é muito vasto e tão desconhecido que existem alguns países sobre os quais não têm publicado material. Gostaria que fossem em breve assunto da vossa revista países como o Níger e o Togo e sobre a actual situação da Frente Polisário em relação à aliança Líbio-Marroquina que se alterou e quais as perspectivas.

Rogério Correia - Ferreiras - Portugal

Ano Internacional dos Jovens

(...) Sendo 1985 o Ano Internacional da Juventude deveriam os *cadernos* abordar com maior relevo os eventos que ocorrem, nos quais participam jovens, abordando simultaneamente a vida destes nos países do Terceiro Mundo. Sugeria igualmente que publicassem trabalhos relativos ao grande Festival Mundial da Juventude que se realizará na pátria de Lenine.

Domingues Francisco Milange - Luanda - Angola

4 - terceiro mundo

O silêncio sobre Timor Leste

Venho manifestar a minha preocupação face ao silêncio relativamente à actual situação em Timor Leste, país do nosso mártir Terceiro Mundo. Nos meios de comunicação pouco se fala deste país e tenta-se ignorar a dramática situação que vive aquele povo com milhares de pessoas em perigo de vida devido à fome, falta de assistência médica, consequências da invasão indonésia, desde 1975 a lançar grandes investidas militares em zonas rurais, não permitindo ao povo trabalhar a terra para se alimentar. O regime de Suharto pratica crimes contra esse povo por não negar o apoio à FRETILIN, sua vanguarda. *cadernos* pouco tem publicado sobre essa pequena ilha quase totalmente ocupada pela Indonésia que a deseja anexar.

Porque não se empenha a comunidade internacional em encontrar soluções que permitam ao povo de Timor Leste o livre exercício da sua autodeterminação e independência?

É necessário que levantemos as nossas vozes condenando o regime caduco de Suharto aliado do imperialismo norte-americano, para que o povo de Timor não perca a sua pátria como o povo palestino. Neste contexto, gostaria que *cadernos* abordasse brevemente, nas suas edições, matérias sobre Timor Leste para que nos possamos inteirar melhor das precárias condições em que se encontra aquele povo irmão.

Manuel Mihuel "Aplauso" - Benguela - Angola

N.d.R.: Registamos a sua proposta, mas recordamos-lhe que foram publicados artigos sobre Timor Leste recentemente, nos números 66; 67 e 72

A crise argentina

No nosso país, agravam-se, de dia para dia, os problemas sociais e económicos. Tudo isso é consequência directa das imposições do Fundo Monetário Internacional aceites pelo nosso governo. Agravada durante os anos da ditadura, a crise aprofundou-se e atinge, muito em especial, os assalariados com despedimento, encerramento de fábricas, carestia e inflação sem precedentes. De Janeiro de 1984 até ao mesmo mês do ano corrente, o custo de vida aumentou 776,4%. A despeito das promessas oficiais, os salários continuam a ser a "variável de ajuste" da economia. O desemprego atinge mais de um milhão de homens e

mulheres. Os grandes monopólios usurários, a grande oligarquia e os grandes capitalistas continuam a acumular riquezas e ganhos fabulosos.

A concertação que convocou o governo assenta no pagamento da dívida externa e das imposições do FMI. Desse modo, não poderá ser dada solução aos graves problemas dos trabalhadores. Pode acordar-se, mas apenas com as organizações de trabalhadores, produtores agrários, etc., a oposição àquilo que foi imposto pelo FMI, bem como a defesa dos verdadeiros interesses nacionais, dos direitos e da democracia, defendendo-se assim os interesses da nação. As imposições respeitantes à dívida externa, tal como o apoio militar fornecido nas Malvinas, constitui a realidade da verdadeira figura do nosso principal inimigo: o imperialismo ianqui e os seus associados.

A institucionalidade democrática conquistada pelo nosso povo em perigosas jornadas de luta, tem de ser defendida e consolidada através da luta contra as imposições reaccionárias. Há que modificar a política económica e ignorar os acordos com o FMI. Há que adoptar um Plano com uma série de medidas destinadas a reactivar o mercado interno, redistribuir o rendimento nacional em benefício dos assalariados e dos sectores produtivos, acabar com a especulação cambial e financeira, conceder créditos acessíveis às pequenas e médias empresas, às cooperativas e às produções regionais. Para sermos coerentes, temos que cortar os laços da dependência com o imperialismo ianqui em especial e pôr fim ao latifúndio. Nacionalizar as alavancas fundamentais da economia e realizar uma profunda reforma agrária para a construção de uma Argentina livre, com justiça social, no caminho para o socialismo.

Angel Negry - Argentina

"Cadernos" na fronteira uruguaia

Primeiro, quero dar-lhes parabéns. Recentemente tive a oportunidade de ler um exemplar de *cadernos* em Porto Alegre - Brasil (pelo que não é possível lê-lo no meu país) e senti-me na obrigação de escrever para dizer que a qualidade das reportagens e entrevistas publicadas é excelente. Tudo é interessante nos *cadernos* e o artigo sobre a Frente Ampla e o novo governo na pequena República foi extraordinário.

Héctor F. Fernández - Montevideo - Uruguai.

O papel dos militares I

(...) Acabo de ler o artigo de René Dreifuss intitulado "O novo papel dos militares" e achei-o bastante oportuno e realista para o momento presente, para toda a sociedade brasileira, tanto civil como militar, como ponto de partida para uma reflexão profunda sobre o autoritarismo existente na sociedade brasileira e em cada um de nós, em particular.

Breno V. Gomes — Campo Grande — MS — Brasil.

O papel dos militares II

Há dois anos que sou assinante dos cadernos. Nesse período, apesar de ter apreciado sobremaneira a secção "Cartas", não me dispusera, ou não me motivara o suficiente, para pronunciar-me na aludida secção sobre as excelentes matérias publicadas na revista, não obstante estivesse sempre tentado a fazê-lo. Entretanto, lendo a entrevista do jurista Ray-

mundo Faoro "Constituinte já" e, sobretudo, o artigo de René Dreifuss "O novo papel dos militares", não me contive. Estou a enviar os parabéns, por tão apropriadas e oportunas reportagens, esclarecedoras e necessárias, neste momento de aspiração do povo brasileiro por uma verdadeira democracia. Por oportuno, seria bastante interessante que os militares tomassem conhecimento dos artigos em pauta, para melhor se situarem dentro das funções que lhes cabem no contexto exigido por uma Constituição realmente democrática.

José. R. Filho — Amélia Rodrigues — BA — Brasil

Excelente cobertura

Achei excelente a matéria de capa sobre a Colômbia, um país que merece grande atenção dessa revista. Uma outra reportagem de alto nível foi sobre "Os custos da guerra", que documentava a grande pressão de

Washington sobre a sofrida Nicarágua.

Antonio Brasileiro — Salvador — BA — Brasil

Sobre o Guia do Terceiro Mundo

(...) Recebemos o *Third World Guide* e já o utilizámos na preparação dos nossos programas Norte-Sul sobre o tema "Artesanato e Artesãos". O Guia é um importante exemplo de cooperação Sul-Norte.

Anne-Marie Hollenstein — Radio DRS — Zurique — Suíça.

(...) Dei uma primeira olhada e penso que vocês produziram algo extraordinário. Aceitem os meus parabéns.

Cláudia Alvares — jornalista — Goa — Índia.

(...) Será de grande utilidade no nosso instituto.

T. Mulya Lubis — presidente do Yayasan Lembaga Bantuan Hukum — Indonésia (Instituto Indonésio de Assistência Legal).

Intercâmbio

- José Gonçalves Filho
Rua Hércules Florence, 41/apt. 45
São Paulo — SP — CEP: 01.015
Brasil
- Braima Djalo
Rua do Porto — Bafatá — Guiné-Bissau
- Antonio Brasileiro
Rua Artur Silva, nº 35 — Acupe de Brotas — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- Francisco António Cristóvão
Escola Nacional de Aviação Militar
Comandante Bula — C.P. 140 —
D.A.A. — Negage — Uíge — Angola
- José S. Freitas
Rua Baixa dos Coqueiros, 33
Matatu — Brotas — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- Zacarias Miranda Domingos
C.P. 18.784 — Luanda — Angola
- Lilian Teresa O. Bittencourt
Rua Intendente Cunha Menezes,
257/303 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 20.731 — Brasil
- Lisboa Iemuce Raposo
Hospital Central da Beira
C.P. 1613 — Beira — Sofala
Moçambique
- José Cruz Domingos
C.P. 5740 — Luanda — Angola
- Arnaldo Benio
C.P. 6103 — Luanda — Angola
- Domingas Silvestre Joaquim Jay
Maculuzo — Rua da Liga Africana
C.P. 6043 — Luanda — Angola
- Abel Correia Matias
C.P. 1308 — Benguela — Angola
- Carlos Severino Sambongo Filipe
C.P. 39 — Benguela — Angola

- Augusto Camaty
C.P. 39 — Benguela — Angola
- Esperança Lia Severino Filipe
C.P. 696 — Benguela — Angola
- Armando Chilota Filipe
C.P. 571 — Benguela — Angola
- Vicente Gomes António
C.P. 362 — Kuito — Bié — Angola
- Arlindo Timoteo S. Filipe
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- Olga Ruth Sambongo F.
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- Armando Chilala S. Filipe
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- Mateus Cristóvão
C.P. 14.606 — Luanda — Angola
- José Sommer
Rua Jequié, 74 — I toupava
Blumenau — SC — Brasil
- José Antonio da Silva "Zecas"
C.P. 1073 — Malange — Angola
- Fernando E. M. Rodrigues
C.P. 23.084 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 20.922 — Brasil
- Armando Claudino
Rua Alvaro de Almeida, nº 21
C.P. 1606 — Benguela — Angola
- Lígia Maria Bohn
Pinheiro Machado, 2694/1003
Santa Maria — RS — CEP: 97.100
Brasil
- Miguel Domingos António
C.P. 14.199 — Bairro Ngola Kiluangi
Zona 16 — Luanda — Angola
- Marcos M. R. Sousa
Av. Santa Cruz, 543 — entrada 6/
apt. 203 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 21.710

- Domingues Francisco Milange
C.P. 1639
Rua 8 de Dezembro casa nº 22
Luanda — Angola
- Salvador Luís Nuvunga
C.P. 338/2 — Nampula — Moçambique
- André Tanga Ali
C.P. 32, Luena, Moxico — Angola
- Maria de Fátima Craveiro
Rua dos Lírios, Lote c, r/c, dto
2725 Mem-Martins — Portugal
- Plácido João F. de Almeida
Posta Restante da Prcol-CTTA
Luanda — Angola
- Galdino Miguel Francisco Ferreira
Bairro Neves Bendinha
Rua das Violetas — Bloco 23/casa 4
Luanda — Angola
- Gadjay Choquisso F.
● Eusébio Alé Chico
● José Lopes Jura
C.P. 338/2 — Nampula — Moçambique
- Augusto Manuel dos Santos
Rua Afonso de Albuquerque, nº 25
C.P. 1728 — Benguela — Angola
- Miguel Pedro Antonio
a/c de Gaby — C.P. 245
Cabinda — Angola
- René Angelo Sadi
C.P. 3952 — Luanda — Angola
- Ana Maria
C.P. 12428 — Maianga — Luanda
Angola
- Adelino N'difa
Rua Mário de Andrade
Zona Comercial — C.P. 1411
Lobito — Angola
- Miguel Mateus B. Pedro
C.P. 6558 — Luanda — Angola
- António Miguel Pedro "Mingle"
C.P. nº 18143 — Luanda — Angola

Uma rede de cooperação no Terceiro Mundo

Uma organização internacional terceiro-mundista, a Rede do Terceiro Mundo (RTM), encontra-se em processo de fundação, com o impulso inicial dado pela Associação de Consumidores de Penang (CAP), na Malásia. Segundo o presidente da CAP, S. M. Mohd Idris, "a Rede do Terceiro Mundo é uma tentativa de criar uma voz independente que possa falar clara e energicamente em nome da maioria dos povos nos países em desenvolvimento".

100 participantes de mais de 20 países, na sua maioria do mundo em desenvolvimento¹. Nessa conferência, discutiu-se uma ampla gama de problemas que afetam o Terceiro Mundo, desde a crise da dívida externa até ao impacto da cultura ocidental nas sociedades em desenvolvimento. Ao terminar a reunião, os participantes sentiram que a mera "rodada" de declarações, a forma usual, não era suficiente como resultado e que aquela era uma boa oportunidade para pas-

foram expressos na conferência "Os governos frequentemente são ineptos, corruptos ou indiferentes", declararam os participantes.

As organizações internacionais, ou seja, o Banco Mundial, a Comissão Brandt ou o Grupo dos 77, estão controladas pelas nações ricas ou suportam o peso da burocracia, além de restringirem os seus trabalhos aos canais diplomáticos, acrescentaram. A Rede é uma tentativa de transferir a iniciativa em favor de mudanças para organizações não-governamentais e, embora se vá centrar exclusivamente em temas de interesse para o Terceiro Mundo, deseja também vincular-se a grupos e indivíduos tanto no Norte como no Sul.

"No entanto, a maior parte das nossas energias serão destinadas a criar vínculos entre países do Sul", explicou Martin Kohr, director de pesquisas da CAP. "A Rede servirá para colocar povos da Ásia, África, Médio Oriente e América Latina em contacto", acrescentou.

"Deve acontecer um ressurgimento das instituições democráticas no Terceiro Mundo para contrabalançar a manipulação da nossa política por parte das superpotências". Existem alternativas para os modelos de desenvolvimento ocidental que actualmente dominam os países do Sul, e a Rede articulará esses princípios e trabalhará activamente em favor deles", declarou Kohr. No entanto, cabe perguntar o que poderá fazer uma organização dessa natureza? Os organizadores da Rede esperam que uma combinação de flexibilidade e informalidade permitir-lhes-á actuar para responder rapidamente a acontecimentos no Terceiro Mundo. Por exemplo,



Fac-símile do 1º número do boletim da RTM, cujo objectivo é informar melhor os leitores dos países em desenvolvimento

"Ainda não existe uma visão comum capaz de mobilizar os povos do Terceiro Mundo. O que existe é um vazio no cenário mundial que nem os governos nem as organizações internacionais ocupam", declarou. Na sua opinião, a Rede do Terceiro Mundo é uma tentativa de relançar esse espírito e esse optimismo. "Não se farão mudanças no Terceiro Mundo até que os seus povos se ergam e falem por si mesmos", afirmou Mohd Idris.

O impulso inicial, veio de uma conferência realizada em Novembro do ano passado pela CAP, em Penang, que reuniu

sarem à acção.

A RTM é o resultado da tentativa de manter os participantes da conferência em contacto entre si e estabelecer novos vínculos que permitam ampliar o seu âmbito. A CAP foi designada para desempenhar as funções de Secretaria da Rede, com o objectivo de coordenar planos e dar seguimento às actividades. Os mais variados sentimentos de frustração e descontentamento contra organizações existentes

¹cadernos do terceiro mundo esteve representado na conferência de Penang pelo nosso editor para a América Latina, Roberto Remo Bissio.

no caso do recente desastre químico ocorrido no Bhopal (Índia), a Rede teria podido agir com presteza para pressionar governos e delegações da Organização das Nações Unidas (ONU).

A RTM poderia ter preparado um breve e bem fundamentado documento para apontar a responsabilidade das empresas transnacionais no Terceiro Mundo. O documento poderia ter sido enviado a governos, delegações da ONU e meios de comunicação, além de que os membros da Rede teriam podido tornar sua a causa dos seus respectivos

países.

Uma das preocupações fundamentais da organização será a de compartilhar e difundir informações e, como parte dessa actividade, o Secretariado em Penang prepara um serviço de notícias da Rede.

Esse serviço informativo espera contribuir para mudar a imagem usual do Terceiro Mundo que aparece na imprensa ocidental e tornar os leitores dos países em desenvolvimento mais conscientes dos problemas de cada um e dos esforços que são feitos para superá-los.

Além disso, existem planos para realizar trabalhos de pesquisa sobre alguns dos mais importantes assuntos do Terceiro Mundo, os quais eventualmente seriam distribuídos na forma de memorando da RTM, serviços noticiosos ou de livros.

As possibilidades da Rede são ilimitadas, segundo a opinião de Mohd Idris. "Diz-se que uma viagem de mil quilómetros começa com o primeiro passo. Com a formação da Rede, já demos esse primeiro passo. Agora, devemos manter o ritmo", concluiu o presidente da CAP. (Wayne Ellwood)

Moçambique: combate ao banditismo apresenta progressos

□ Envolvida em grande escala pelos bandidos armados, desde Janeiro do ano passado, a província de Maputo encontra-se actualmente numa situação de relativa segurança. Apesar de ainda se verificarem actos de terrorismo na zona, as Forças Armadas Moçambicanas (FPLM) já conseguiram impedir que os bandidos armados ataquem organizadamente em grandes grupos, forçando-os a uma acção dispersa e de certa forma isolada.

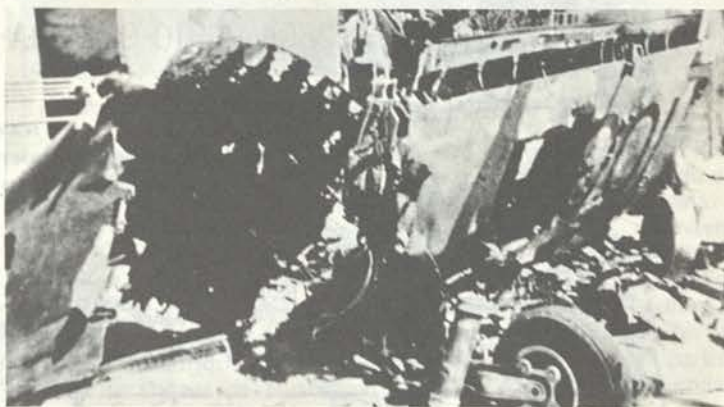
Uma das áreas em que a actividade terrorista era particularmente intensa, localizava-se perto de vila Manhica, a 75 quilómetros de Maputo, na estrada nacional número 1, que liga a capital ao centro e ao norte do país. Aí chegavam a acontecer de dois a três atentados a viaturas civis, por dia. Entre meados de Fevereiro e finais de Março, verificou-se apenas uma acção terrorista; posteriormente, no mês de Abril, houve um total de três atentados.

Violando o espírito de Nkomati, a África do Sul infiltrou, pela primeira vez na província de Maputo, nos princípios do ano passado, cerca de dois mil

bandidos armados, numa altura em que o acordo entre ambos os países se encontrava em plena fase de negociação. O processo de terror lançado por Pretória foi considerado pelos dirigentes moçambicanos como perseguindo quatro objectivos fundamentais: criar uma situação de coacção psicológica sobre a capital moçambicana; permitir uma intensa campanha propagandística apoiada na imprensa internacional; criar a expectativa junto dos governos dos países ocidentais, no sentido de fazer crer que o governo moçambicano capitula-

ria em virtude dessa acção; e pressionar o governo de Moçambique à negociação política com as forças colonialistas que sustentam o banditismo.

A comprovar a implicação sul-africana foram facultados a um jornalista da AIM documentos apanhados aos grupos contra-revolucionários. Trata-se de um livro de registos e de uma série de folhas soltas pertencentes a um dos comandantes dos mercenários, Paulo Jemuse Gandanga Sitole, com mensagens enviadas a outros chefes. Numa delas Paulo Sitole dizia concretamente: "não devemos denunciar o nosso segredo, porque os outros podem dizer ao povo que saímos da África do Sul. É muito mau que o saibam".



Pretória continua a violar os acordos de Nkomati

Bandung: o despertar dos povos colonizados

Os esforços conjuntos dos povos do Terceiro Mundo para superarem as limitações e condicionalismos herdados do colonialismo e do imperialismo começaram a consolidar-se há 30 anos, quando se realizou em Bandung, de 18 a 24 de Abril de 1955, a primeira reunião de dirigentes dos países da África e da Ásia.

A conferência, qualificada pelo seu anfitrião, o então presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, como a primeira "intercontinental de gente-de-cor da história da humanidade", reuniu 24 países cujos problemas comuns permitiram assinar os princípios de Bandung, apesar das suas importantes diferenças ideológicas e políticas.

Analisados a partir da pers-

pectiva do tempo, os princípios consagrados em Bandung continuam absolutamente actuais e estão presentes na luta dos países terceiro-mundistas por uma nova ordem internacional. Foram dez os princípios aprovados por unanimidade pelos representantes do Afeganistão, Arábia Saudita, Cambodja (actual Kampuchea), China Popular, Egipto, Etiópia, Filipinas, Costa do Ouro (actual Gana), Iraque, Irão, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Sião (actual Tailândia), Síria, Sudão, Turquia, República Democrática do Vietname, Vietname do Sul e Yémen do Norte: 1) respeito pelos direitos humanos fundamentais de acordo com a carta das Nações Unidas; 2) respeito pela soberania e integridade territo-

rial de todas as nações; 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todos os países, grandes ou pequenos; 4) não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países; 5) respeito ao direito de cada país se defender, individual ou colectivamente, de acordo com a carta da ONU; 6) repúdio à participação nas tarefas de defesa colectiva, destinadas a servir os interesses particulares das grandes potências; 7) abstenção de actos ou ameaças de agressão ou emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como a negociação ou a conciliação, arbitragem e acordo perante tribunais, assim como outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, segundo a carta da ONU; 9) estímulo aos interesses mútuos e à cooperação; 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais.

F PAPELARIA FERNANDES, SARL

SEDE: Largo do Rato, 13 - Tel. 68 21 31 / 69 30 48 (20 linhas) • ARMAZÉM: Calçada Bento da Rocha Cabral, 16-A - Tel. 65 81 41 / 69 10 46 (18 linhas)
1296 LISBOA CODEX - TELEX 18544 PAPPER P

ARMAZENISTA DE PAPEL • FABRICANTE DE ARTIGOS DE PAPEL
DISTRIBUIDOR DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE DESENHO

LISBOA • PORTO • COIMBRA • SETÚBAL • SANTARÉM

PAPELARIA - LIVRARIA
TIPOGRAFIA - LITOGRAFIA
ENCADERNAÇÃO - CARTONAGEM
PAUTAÇÃO - SOBRESCRITOS
GRAVURA - HELIOGRAFIA



Nicarágua-Honduras: aumenta a tensão fronteiriça

Se se concretizarem os planos contra-revolucionários de mobilizar todas as forças concentradas na região fronteiriça de Jalapa, a tensão entre a Nicarágua e as Honduras poderá atingir o seu ponto máximo e acabar num conflito armado entre os dois países.

A situação, que inclusive poderia servir de pretexto para deixar livre o caminho a uma intervenção norte-americana na Nicarágua, motivou o pedido do comandante Humberto Ortega, ministro da Defesa nicaraguense, ao chefe das forças armadas das Honduras, general Walter López, de manter um contacto bilateral.

A iniciativa nicaraguense de promover o encontro dos altos chefes militares envolveu também o Panamá, que teria sido consultado para que servisse de "ponte" entre os dois países. Nesse sentido, dirigentes nicaraguenses formalizaram contactos com o general Antonio Noriega, chefe das forças armadas panamenhas, que mantém boas relações com a Nicarágua. Calcula-se que Noruega poderá constituir o principal mediador entre os exércitos das Honduras e da Nicarágua.

Em recentes declarações, o comandante Humberto Ortega admitiu que a situação de conflito manter-se-á enquanto o governo das Honduras não expulsar os contra-revolucionários dos acampamentos de Las Vegas e Arenales, em território hondurenho, próximo à fronteira com a Nicarágua, no departamento de Paraíso. "Se atirarem sobre nós, responderemos. É possível que tanto os soldados nicaraguenses, como os hondurenhos, tenham cruzado a fronteira devido às ca-

racterísticas do terreno", afirmou Ortega.

A Nicarágua propôs recentemente no Grupo de Contadora a formação de uma comissão que investigue a situação fronteiriça. No entanto, a proposta foi recusada pelo governo das Honduras, o que, para alguns observadores, parece indicar que esse país não quer reconhecer oficialmente a presença de acampamentos contra-revolucionários no seu território.

tensificará nos próximos meses, visando acabar com os últimos redutos de comandos infiltrados no interior do país, mas advertiu que essa mesma situação "traz implícito o perigo de que, diante desse fracasso, os Estados Unidos tentem uma intervenção militar directa na Nicarágua".

Entretanto, aumentam os esforços para uma pacificação da região atlântica nicaraguense através de um acordo definitivo do governo sandinista com importantes sectores indígenas, em especial da etnia misquito, e pôr fim, assim, a um conflito iniciado há três anos.

O ministro do Interior, Tomás Borge, anunciou que será reconhecida a autonomia da região e que uma proposta nesse senti-



Bruce Jones, da CIA, comandando um grupo "contra" na fronteira

A ofensiva das forças combinadas do Exército Popular Sandinista e das Milícias fez fracassar, nos últimos meses, os objectivos desestabilizadores que os Estados Unidos perseguem através dos grupos armados que actuam a partir de bases hondurenhas e costarriquenhas. O ministro da Defesa da Nicarágua anunciou que essa ofensiva se in-

do será discutida com Brooklyn Rivera, dirigente máximo da organização indígena Misurasata.

Em Abril último, o governo sandinista e a organização Misurasata conseguiram um acordo em resultado do qual foram libertados mais de 100 militantes desse grupo, que tinham participado de acções armadas contra o governo de Manágua.

Vietname: dez anos depois

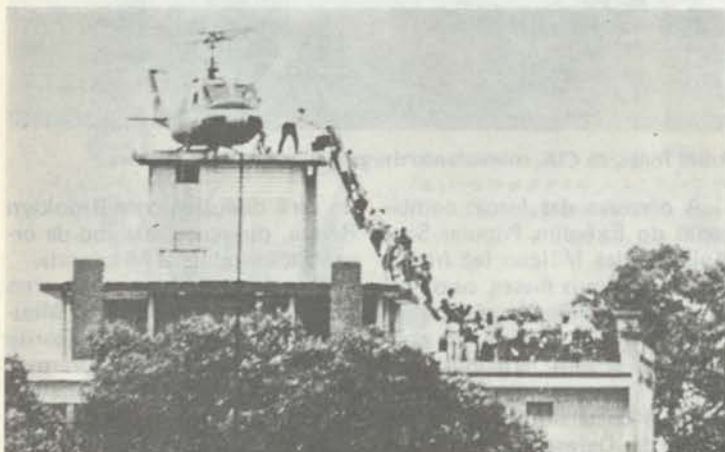
□ Quando o último helicóptero *Chinook-46* descolou do terraço da sede da missão norte-americana em Saigão (hoje, Ho-Chi-Minh), levando a bordo o embaixador norte-americano Graham Martin, com a bandeira do seu país enrolada debaixo do braço, e os últimos 11 *marines*, caía o pano sobre uma guerra de 15 anos e o mundo assistia à maior derrota militar da história dos Estados Unidos. Era a madrugada do dia 30 de Abril de 1975 e as forças da Frente de Libertação do Vietname já dominavam a cidade. Simbolicamente, no outro extremo da actual Ho-Chi-Minh, um tanque com bandeiras vermelhas e a estrela amarela derrubava os portões do palácio do governo, do qual alguns dias antes havia fugido o presidente-fantochete Nguyen Van Thieu, com três toneladas e meia de ouro.

A agressão sofrida pelo Vietname por parte da maior potência militar mundial não tem precedentes na história contemporânea: sobre o seu território foram lançadas mais bombas que todas as empregadas na Segunda Guerra Mundial, armas químicas

e bacteriológicas foram experimentadas e populações inteiras foram torturadas e massacradas. Mas nada pôde impedir a libertação e a reunificação do país, que havia sido dividido a partir de 1956, quando os Estados Unidos instalaram e fortaleceram o regime de Ngo Dinh Diem, numa clara violação dos acordos estabelecidos dois anos antes, em Genebra.

Com a fundação da Frente de Libertação Nacional em 1960, teve início a "segunda resistência", dessa vez contra o imperialismo norte-americano e os sucessivos governos instalados em Saigão pelos presidentes Johnson, Nixon e Ford.

Sob a palavra-de-ordem "o partido dirige, o Estado administra e o povo é soberano", a 2 de Julho de 1976 o país reunificava-se como República Socialista do Vietname e inicia a tarefa de reconstrução nacional. O pesado passado e hoje — dez anos depois da vitória popular — o Vietname é um país independente, construindo o socialismo, e com uma activa presença política nas lutas do Terceiro Mundo.



Os últimos norte-americanos fogem de Saigão

Argentina: Videla responsabilizado pela morte de ex-presidente boliviano

O general Jorge Videla, ex-presidente militar da Argentina, foi responsabilizado pela morte do ex-presidente boliviano Juan José Torres, ocorrida em 1976, em San Andrés de Giles, a 70 quilómetros de Buenos Aires. A acusação foi feita pela própria viúva de Torres, Emma Obleas de Torres, ao pedir, na capital argentina, que seja finalmente esclarecido o assassinato do marido.

O general Torres, que chegou ao poder em 1970, foi derrubado no ano seguinte por um sangrento golpe chefiado pelo coronel Hugo Bánzer. Torres refugiou-se então, como exilado político, na Argentina, onde apareceu morto em 2 de Junho de 1976, depois de haver sido sequestrado na véspera.

O assassinato de Torres é relacionado ao do general chileno Carlos Prats, ocorrido na mesma época, em Buenos Aires.

A viúva de Torres informou que, uma vez achado o cadáver do seu marido, as autoridades militares argentinas não permitiram que familiares ou representantes da família assistissem à autópsia. O governo militar do general Videla determinou inclusive que fossem submetidas a severo controlo as pessoas que compareceram ao velório.

Agora, quase nove anos depois do assassinato, o general Videla está a ser submetido a um julgamento por violações dos direitos humanos. O esclarecimento do assassinato de Torres é pedido também pelo actual presidente da Bolívia, Hernán Siles Zuazo.

PARAGUAI: Grande manifestação contra Stroessner

"Stroessner assassino de camponeses" e "Pinochet, Stroessner e Somoza são a mesma coisa" foram algumas das palavras de ordem gritadas por mais de cinco mil pessoas, principalmente camponeses, que se manifestaram na maior concentração de protesto contra o presidente Stroessner, realizada no passado mês de Maio, em Assunção, no Paraguai.

Presidente desde Maio de 1954, o general Alfredo Stroessner assumiu o poder através de um golpe de Estado e não escondia, na altura, a sua admiração pelo nazismo. Euclides Azevedo, do Partido Revolucionário Febrerista, um dos apoiantes da concentração, considerou que o Paraguai também entrou na "década da queda das ditaduras". O Acordo Nacional que convocou a manifestação é uma coligação que abarca, além deste partido, o Liberal Radical Autêntico, o Democrata Cristão e o Movimento Popular Colorado.

Este foi o quarto comício que a oposição realizou em Assunção desde 1982 e durante as duas horas em que decorreu a polícia manteve vigilância, mas não se registaram quaisquer incidentes.

NAMÍBIA: Nujoma prevê independência até final do ano

O Presidente da SWAPO, Organização do Povo do Sudoeste Africano, Sam Nujoma, afirmou no passado mês de Maio, em Lusaka, que a proclamação da independência da Namíbia verificar-se-á

até ao final do corrente ano, segundo indicou a Agência Zambiana de Notícias ("ZANA").

Nujoma, que se congratulou com o apoio material e moral que a comunidade internacional tem dado à sua organização a favor da causa namibiana, acusou o governo americano de colaborar com Pretória na criação de um bantustão na Namíbia, na sequência da sua política auto-denominada de "empenhamento construtivo" com a África do Sul. A concluir, Sam Nujoma reafirmou que apesar de todas as manobras sul-africanas, a sua organização está decidida a prosseguir a luta armada, até à vitória final.

ÍNDIA: Conspiração sikh descoberta nos EUA



Militantes sikh

A Câmara dos Deputados do parlamento da Índia expressou a sua "grande inquietude" pela conspiração contra a vida do primeiro-ministro Rajiv Gandhi descoberta nos Estados Unidos pelo FBI. Quase todos os oradores do governo e da oposição que participaram do debate de duas horas felicitaram o FBI por ter desbaratado a conspiração de um grupo de sikh residentes naquele país,

e declararam que Gandhi deverá levar a cabo a sua visita aos EUA programada para este mês de Junho. Adiar ou cancelar a viagem significaria "uma grande vitória dos extremistas sikh", disse um dos deputados.

ARGENTINA: Protesto por base britânica nas Malvinas



Os porta-aviões não bastam: base aérea britânica nas Malvinas

A Argentina protestou energeticamente perante a Organização dos Estados Americanos (OEA) pela construção de uma base aérea britânica nas Malvinas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Dante Caputo, garantiu que a conversão das Malvinas numa poderosa base militar "constitui uma grave ameaça à segurança da nossa nação, à paz e à tranquilidade da nossa região e, por conseguinte, à paz e à tranquilidade no mundo".

O governo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher inaugurou, a 12 de Maio último, o novo aeroporto de *Mount Pleasant* nas Malvinas. Londres continua a defender que a base é necessária para proteger as ilhas de qualquer tentativa argentina de reafirmar a sua soberania sobre elas, reivindicada por Buenos Aires há mais de 150 anos.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.ª de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Declinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.ª de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuima

• NEGAGE
Livreria Saídy Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

O ocaso de Reagan

A imagem de Ronald Reagan como "superlíder" dos Estados Unidos e do conservadorismo ocidental, que atingiu o apogeu com a sua reeleição por grande maioria, tem-se deteriorado rapidamente nos Estados Unidos e no resto do mundo.

A chegada de Reagan à presidência foi em grande parte favorecida por duas teses. A primeira sustentava que a longa série de derrotas que os Estados Unidos haviam sofrido no plano internacional era devida, unicamente, à falta de firmeza e decisão, bem como à tímida renúncia ao uso da força, dos antecessores de Reagan. Como vemos, uma tese simplista, segundo a qual bastaria que o "Tio Sam" mostrasse e — se necessário — usasse novamente mão-de-ferro, para que o país recuperasse a liderança mundial conquistada após a Segunda Guerra Mundial.

A outra tese de Reagan e dos seus seguidores menosprezava a política económica dos últimos presidentes norte-americanos — tanto democratas como republicanos — e, por conseguinte, a tradição económica dos Estados Unidos desde o *New Deal* do presidente Franklin Delato Roosevelt. Essa tradição, cultivada pelos discípulos norte-americanos do teórico John Maynard Keynes, podia ser sintetizada na fórmula "economia mista", ou seja, na utilização das alavancas estatais para fomentar o crescimento produtivo e o emprego, assim como para dissimular as crises e as contradições próprias do capitalismo.

Apoiado na escola monetarista — sobretudo nas teses do maior expoente dessa linha económica, Milton Friedman, Reagan garantiu, categoricamente, que a solução dos problemas estava no fim da intervenção estatal na economia: além de não terem quaisquer restrições, os empresários ainda deveriam receber novos estímulos, mediante a redução de impostos. O fim da ingerência governamental conduziria, automaticamente, ao reordenamento da economia, que passaria da recessão à expansão, e a partir daí a um contínuo crescimento, com pleno emprego. Factos e números demonstram, contudo,

que ameaças e até o uso da violência não bastam para converter mitos em realidades.

No plano político, a última cimeira dos chefes de governo das sete principais potências capitalistas, realizada em Bona no início de Maio, mostrou as limitações enfrentadas por Reagan na tentativa de impor a sua liderança aos parceiros dos Estados Unidos e de levá-los a apoiar a sua "linha dura". Antes de embarcar para a capital alemã-federal, o invasor de Granada decretou o boicote económico à Nicarágua.

Mas, ao invés de contar com a compreensão e o apoio que esperava, teve que enfrentar em Bona as críticas unânimes dos aliados a um acto de violência ostensivamente contrário à política do Grupo de Contadora, que é apoiado pelos governos europeus.

A reunião de Bona e a digressão de Reagan pela Europa deixaram claro que os aliados europeus dos Estados Unidos divergem da actual política de Washington em relação à Nicarágua e à América Central. A Espanha foi, provavelmente, o país onde essa divergência se tornou mais evidente. Primeiro, no plano popular, através das multidões que saíram à rua para protestar contra a presença de Reagan. Depois, no plano governamental: Reagan acabara de deixar a Espanha quando o primeiro-ministro Felipe González recebeu, calorosamente, o presidente nicaraguense Daniel Ortega, para que, conjuntamente, reafirmassem a amizade entre os dois países e condenassem o embargo norte-americano.

A homenagem prestada por Reagan aos mortos da Segunda Guerra Mundial no cemitério alemão-federal de Bitburg, onde estão enterrados membros das famigeradas "SS" de Hitler, foi criticada em todo o mundo. Até o Congresso dos Estados Unidos se pronunciou em uníssono contra essa visita, o que indica que a atitude presidencial foi rejeitada pela sociedade norte-americana. É óbvio que os efeitos dessa rejeição transcendem o presente imediato.

A política de "guerra fria" seguida por Reagan desde o início do seu governo provocou tensões desnecessárias e bastante perigosas nas relações Leste-Oeste. A tal ponto, que ele foi obrigado

a conter-se, a moderar o tom e o conteúdo das suas declarações sobre a União Soviética, e a retomar negociações que a sua própria política haviam bloqueado.

A opinião pública norte-americana e mundial já percebeu que o zigue-zague político de Reagan esconde o reconhecimento de um fracasso. É isso numa altura em que a velha cúpula soviética, alvo preferido da propaganda ocidental, cede o lugar a uma nova geração de dirigentes comunistas, liderados por Mikhail Gorbachov. A nova equipa do Kremlin transmite uma imagem de renovação e dinamismo que, independentemente dos êxitos que possa obter a longo prazo, já se projecta no cenário internacional e apanha desprevenido um Reagan que não consegue manter a iniciativa e teme ser levado a uma posição de defesa por um rival com ampla e rápida capacidade de manobra. É provável que as relações com o Leste se tornem ainda mais difíceis para Reagan, que não consegue, como também demonstrou o encontro de Bona, convencer os seus aliados das vantagens da sua "guerra das estrelas".

Segundo observadores, o sucesso da política económica de Reagan durante o seu primeiro quadriénio na presidência contribuiu mais para a reeleição, do que o seu comportamento belicoso no panorama internacional. Hoje, muitos observadores são da opinião que Reagan poderia ter sido derrotado ou conseguido apenas uma vitória apertada, se as eleições se tivessem realizado seis meses mais tarde, em virtude da inquietante situação actual da economia norte-americana. A verdade é que o presente inquieto da Casa Branca não aplicou à risca a receita monetarista. E uma importante *nuance* do que se convencionou chamar de *reaganomics* foi a utilização de um mecanismo bem conhecido por Roosevelt e seus sucessores: o estímulo às actividades produtivas através da expansão dos gastos públicos. Em pouco tempo, o governo endividou-se o bastante para reactivar a economia, sobretudo a indústria militar. A captação de recursos federais foi um dos factores que elevou, fortemente, as taxas de juro bancárias, sugando capitais de todos os mercados, revalorizando o dólar e agravando os problemas dos demais países, especialmente das nações endividadadas do Terceiro Mundo.

O fluxo de capitais parece ter tido mais efeitos negativos do que positivos na economia norte-americana, já que apenas serviram para financiar o défice fiscal e a expansão do consumo,

e só em pequena escala se converteram em investimentos produtivos.

Certo é que o aumento do dólar reduziu a competitividade dos produtos norte-americanos nos mercados internacionais, ao mesmo tempo que tornava mais barato os bens estrangeiros no mercado interno. A consequência lógica foi um grande aumento das importações e uma queda abrupta das exportações. Resultado final: calamitosos défices comerciais, que, ano após ano, assinalam novos recordes na era de Reagan.

O presidente norte-americano respondeu aos que o criticaram por não conter os alarmantes défices, acusando-os de não entenderem de economia. Segundo Reagan, a expansão económica, ao aumentar o volume de negócios das empresas e o consumo privado, incrementaria ao mesmo tempo o volume de impostos arrecadados. O que, juntamente com alguns cortes orçamentais eliminaria aos poucos o défice federal.

Infelizmente para o presidente, não foi isso que aconteceu. Em 1983, e ainda no primeiro semestre de 1984, o Produto Nacional Bruto norte-americano cresceu rapidamente. Mas, já no segundo semestre desse ano, registava-se um brusco declínio. Vejamos os dados oficiais desse período: no primeiro semestre de 1984, o crescimento do PNB foi de 8,5%; no trimestre seguinte, de 1,6%; e no último trimestre do ano, de 4,3%, embora esse seja, tradicionalmente, o período de maior actividade, em decorrência das festas de fim de ano. Já no primeiro trimestre de 1985, o aumento do PNB foi de apenas 0,7%, índice inferior à previsão governamental, que era de 1,3%. A inversão da tendência relativamente ao início de 1984 é negável.

Resta saber se a economia norte-americana se prepara, como garante a Casa Branca, para uma "suave aterragem", depois de haver superado a recessão e atravessado um período de vigoroso crescimento, ou se ela se encaminha para uma recessão ou para um período depressivo.

Como afirmaram os partidários de Reagan, a "suave aterragem" significaria que, após os índices da expansão, o PNB passaria a crescer de 3,5 a 4% ao ano, ritmo sem dúvida satisfatório. Para este ano, o índice previsto era de 3,9%. Mas, após a divulgação do índice de crescimento do primeiro trimestre, a previsão teve que ser revista, o que desencadeou uma onda de pessimismo nos círculos económicos.

A verdade é que se registou uma travagem na

economia norte-americana, embora ainda não se possa dizer com segurança qual será a tendência futura. Em compensação, já é um dado adquirido que a única garantia de um crescimento satisfatório no corrente ano baseia-se numa política expansiva da Europa Ocidental e do Japão. Em outras palavras: a função de "locomotiva" da economia capitalista, desempenhada nos últimos anos pelos Estados Unidos, passaria a ser assumida pelos seus parceiros. Os países da Europa Ocidental, no entanto, prevêem índices de crescimento menores que os do ano passado e não estão em condições de desempenhar o papel dinâmico que Washington espera deles.

É nesta conjuntura que surge o "novo" Reagan, descobrindo que o défice fiscal assumiu proporções alarmantes e que é necessário atenuá-lo. De facto, o défice federal acumulado atingiu a fabulosa soma de 1,7 mil milhões de dólares, o que equivale a mais do dobro da dívida externa conjunta do Terceiro Mundo. "Cada homem, cada mulher e cada criança norte-americanos" — lamentou Reagan — "deve hoje oito mil dólares".

Tanto Reagan como as duas câmaras do Congresso tratam agora de reduzir, gradualmente, o défice federal. O presidente aceitou as mudanças adoptadas pelo Senado relativamente aos gastos com a defesa: um corte de 56 mil milhões de dólares no orçamento do próximo ano e o congelamento de um défice de 171,4 mil milhões de dólares. Mas, para chegar a esse resultado, o Senado, controlado pelos republicanos, teve que fazer cortes em 13 programas sociais, o que não será aceite pela Câmara dos Representantes, dominada pelos democratas. Seja como for, o défice continuará a ser demasiadamente alto. Mas, os problemas não acabam aqui. O pequeníssimo crescimento do PNB implicará arrecadações fiscais inferiores às previstas, agravando ainda mais o défice. Diante deste quadro, os especialistas recomendam uma política voltada para o barateamento do dinheiro, facilitando os investimentos produtivos. A queda das taxas de juro provocaria, contudo, a emigração dos capitais que contribuíram para financiar o défice fiscal e, em parte, a economia norte-americana. Tal medida poderia ainda estimular a inflação, cujo índice projectado para 1985, foi um pouco inferior aos 4,2% previstos no primeiro trimestre deste ano.

A situação é, portanto, difícil para Reagan: os instrumentos anteriormente utilizados mostram-se ineficazes e os novos são de idoneidade duvidosa, inclusive porque não existem condições políticas para aplicá-los com energia.

Não é de estranhar que os tropeços políticos e económicos tenham acarretado para o presidente um declínio da sua popularidade. Segundo sondagens à opinião pública, a política de Reagan era aprovada, em Janeiro último, por 68% dos norte-americanos. Quatro meses depois, os índices haviam caído para 54%. Trata-se — conforme observou um especialista — de "uma das quedas mais rápidas e clamorosas jamais sofridas por um presidente norte-americano reeleito".

Pode-se contra-argumentar que 54% continua a ser um índice elevado, o que é verdade. Mas, o importante, no caso, é que esta brusca alteração é coincidente com os erros da Casa Branca.

Se esta tendência se mantiver nos próximos meses, o que poderá fazer a equipa presidencial? Na política internacional, o governo Reagan teria, praticamente, que inverter as suas posições.

Somente com uma política de *detante* face à União Soviética e uma política menos agressiva (e menos onerosa relativamente ao défice fiscal), bem como de menor ingerência na Nicarágua e em El Salvador, Reagan poderia encurtar a distância que o separa, actualmente, dos seus aliados ocidentais, e tornar-se um líder aceite e respeitado por eles. É difícil, no entanto, imaginá-lo nesse papel.

No campo económico, só um milagre ou o descobrimento de uma fórmula mágica poderiam devolver a Reagan a imagem vitoriosa que exibiu até há poucos meses. Na verdade, não é possível vislumbrar uma solução sem um súbito e excepcional crescimento do PNB, e uma drástica redução do défice fiscal. Mas, como obter essa redução com a expansão do PNB?

Se não houver essa milagrosa recuperação, a economia norte-americana atravessará, na melhor das hipóteses, um período de oscilações, com índices de crescimento moderados ou medíocres. Ou então, na pior delas, sofrerá uma recaída recessiva. No primeiro caso, o declínio da popularidade presidencial prosseguiria talvez mais lentamente e a sucessão seria incerta.

Na segunda hipótese, o declínio seria rápido e indistigável. E o ocaso de Reagan significaria o fracasso do neoconservadorismo norte-americano e o regresso dos democratas ao poder. ●

CABINDA: o crime sul-africano



Cúnene, Junho 1979



Serra de Leba, Outubro 1979



Catumbela, 1983

Uma frustrada tentativa de sabotagem contra o complexo petrolífero de Cabinda — que contribui com 170 mil dos 200 mil barris diariamente produzidos em Angola — veio mostrar que o terrorismo continua a ser uma prática oficialmente adoptada pela África do Sul.

O leitor poderá argumentar que isso não chega a constituir uma novidade no caso do regime de Pretória, responsável pelas ocupações da Namíbia e do sul de Angola, por ataques ao Lesoto e pela ajuda ao terrorismo em Moçambique. Um regime que, também no plano interno, sempre se destacou pela violência, prendendo, torturando, matando e exilando os líderes da oposição, “congelando” a cidadania de oito milhões de pessoas, negando o direito de voto a 73% da sua população.

Mas, houve, ainda assim, um facto novo no malogrado atentado de Cabinda: a prisão do chefe do comando terrorista sul-africano, um capitão que resolveu contar o que sabia. E o que ele contou desmente as propaladas boas intenções de Pretória ao anunciar a retirada das suas tropas do sul de Angola.

As provas irrefutáveis

Provas objectivas de acções militares sul-africanas em Angola são apresentadas, e nem os interesses norte-americanos escapam das sabotagens do regime de apartheid

Foi preciso que o exército angolano capturasse um capitão sul-africano em flagrante acção de sabotagem para que a opinião pública mundial tomasse conhecimento de uma realidade já muitas vezes denunciada pelos governos de Luanda e Maputo: a política de desestabilização, através de acções de terrorismo, que o governo de Pretória pratica em relação a Angola e Moçambique. Desta vez, a própria África do Sul confessou o crime.

O capitão sul-africano, Winan Petrus du Troit, foi preso por uma patrulha das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) na tarde de 21 de Maio passado, quando, à frente de um comando especial de nove homens, tentava destruir os tanques de armazenamento de petróleo da *Cabinda Gulf Oil Company*, em Malongo. Dois soldados sul-africanos foram mortos na acção das FAPLA, que resultou ainda na apreensão de armas, estações de rádio, minas, bombas incendiárias e quatro caixas de explosivos.

Uma longa série

Maior prova de que o governo de Pretória tem violado os compromissos que assumiu relativamente à normalização da situação na África Austral não poderia haver. Até o governo dos Estados Unidos, principal suporte externo do regime racista sul-africano, viu-se forçado a protestar. De facto, dois dias depois, o porta-voz do Departamento de Estado, Bernard Kalb, qualificava a operação terrorista de "contrária aos objectivos dos Estados Unidos na região" e acrescentava textualmente: "nós deploramos tais acções". Como se o actual governo de Washington não tivesse meios de pressionar as autoridades de Pretória a respeitar a in-



Provas irrefutáveis do terrorismo sul-africano em Angola são apresentadas durante a conferência de imprensa

violabilidade das fronteiras de um outro país.

Na verdade, a frustrada acção de sabotagem sul-africana é apenas a mais recente de uma longa série, que abrange operações terroristas contra diversos alvos como as instalações da refinaria da "PETRANGOL" em Luanda, a ponte do Giraul, no Namibe, os depósitos de combustíveis no Lobito e dois navios atracados no porto de Luanda. Ocorre, no entanto, que era uso atribuir a responsabilidade por acções deste tipo à organização contra-revolucionária UNITA. A esta, por sua vez, convinha chamar a si acções alheias, no afã de demonstrar a sua actividade em Angola.

Para o governo da África do Sul, empenhado em autoproclamar-se o maior interessado na superação das tensões na região, a manobra da UNITA em reivindicar a autoria dos atentados assentava como uma luva. Não só ajudava o governo de Pretória no seu propósito de atribuir a Angola a responsabilidade pelo atraso na aplicação das decisões e resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como os comunicados da UNITA, apesar das notórias ligações desse grupo com Pretória, acabavam por confundir a opinião pública, ao criar a impressão de que o problema do terrorismo em Angola era interno, sobretudo após a suposta retirada oficial das tropas sul-africanas do território angolano, em Abril último.

A prova que faltava

Coube a um oficial do exército regular sul-africano provar, a quem ainda duvidasse, que a verdade era bem diferente. O capitão Winan Petrus du Troit não se fez rogado, em todos os contactos que manteve com a imprensa após a sua captura em Angola. Além de relatar, minuciosamente, os objectivos e as etapas da malograda acção de sabotagem em Cabinda, du Troit falou ainda da sua participação em outras operações semelhantes, tanto em Angola como em Moçambique.

O capitão da Força de Defesa da África do Sul declarou-se membro de uma unidade de forças especiais estacionadas na baía de Saldanha, na província do Cabo, e confessou ter participado em diversas operações de sabotagem nos seus oito anos de carreira militar. A primeira resultou na destruição da ponte de Giraul, na província angolana de Moçamedes, em finais de 1982. O objectivo principal da acção, segundo o capitão, era cortar a linha de apoio logístico da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano).

A segunda das "operações especiais", como são chamadas pelo capitão Winan Petrus du Troit, teria a sua autoria reivindicada pela África do Sul: a explosão da sede do *African National Congress* (ANC), na capital de Moçambique.



A terceira operação, de novo contra a SWAPO, durou de finais de 1983 a Janeiro de 1984, mas resultou apenas na descoberta de uma base já abandonada por aquela organização.

O fim da carreira

A quarta pode ter sido a última da carreira do jovem oficial. O seu relato a respeito dela foi mais detalhado e explícito: "o objectivo do ataque era a destruição dos tanques de armazenamento de petróleo da *Cabinda Gulf Oil Company* (...); a primeira fase, de formação e preparação, iniciou-se em Janeiro de 1985, na área da baía de Saldanha. Durante essa fase, houve treinos de utilização de explosivos de tipo específico, de comunicações por rádio, com armas especiais e também de tática de combate no mato..."

"Na segunda fase, transitámos da província do Cabo até Cabinda por mar. Fomos num *destroyer* sul-africano, fabricado por Israel, que tem como armamento principal dois canhões de tiro rápido de 76 milímetros e a capacidade de disparar seis mísseis terra-terra *Scorpion* (...); chegámos ao nosso destino na noite de 18 para 19 de Maio. Durante o dia, o barco permaneceu a cerca de 100 milhas da costa de Cabinda e, à noite, a partir das 19 ou 20 horas, aproximava-se do litoral, de onde a 15 ou 20 milhas da costa, poderíamos sair (...); na segunda noite, deixámos o navio em três barcos de borracha, em direcção a Lândana. (...); a equipa consistia em nove elementos para desembarcar e seis para permanecer no barco, inclusive um médico (...); os barcos acostaram na baía de Malembo e a equipa de nove elementos desembarcou, conduzida por mim. Fomos para Malongo, que contornámos pelo lado ocidental..."

Como tantas outras narrativas de crimes, a do oficial sul-africano desenvolve-se também num clima de *suspense*: "depois de alcançarmos as instalações petrolíferas, deixámos a estrada e fomos para a mata, em busca de um lugar onde não fôssemos

Material de guerra apreendido pelas FAPLA (esq.). Os corpos dos dois soldados da África do Sul mortos durante a fracassada operação de sabotagem (em baixo)





O capitão do Troit, do exército sul-africano, descreve detalhadamente a operação terrorista

descobertos durante o dia (...); o nosso plano era permanecermos escondidos na mata durante o dia 21 e iniciar a fase de ataque à noite”.

Conforme prosseguiu o capitão, o comando dividir-se-ia em três grupos ao atingir os tanques de armazenamento de petróleo: “um grupo permaneceria do lado de fora para garantir a entrada e a saída das duas equipas que entrariam no local, cada uma delas carregando três minas (...); estas deveriam ser colocadas um metro e meio acima do nível da terra e com um espaço de quinze metros entre elas...”

No seu minucioso plano, que previa até deixar material de propaganda da UNITA no local, para que o crime fosse mais uma vez atribuído àquela organização contra-revolucionária, os sul-africanos apenas esqueceram um detalhe: a existência de bases das FAPLA na região. E, quando se deram conta, já era tarde: estavam cercados. A única alternativa era tentar romper o cerco com o grupo subdividido em três. Os dois soldados que ficaram com o capitão foram mortos. O oficial, ferido no pescoço, no ombro e num dos braços, sobreviveu para contar a acção e fornecer ao mundo uma prova inequívoca do terrorismo de que a África do Sul lança mão contra os países progressistas da região.

Se o atentado tivesse sido bem sucedido, os prejuízos, segundo o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, elevar-se-iam a 500 milhões de dólares. Tal soma, conforme acrescentou, daria para alimentar todo o povo angolano durante um ano.

Um aspecto curioso

Um aspecto curioso, neste caso, é o facto de o alvo visado pelo comando de sabotagem sul-africano, a *Cabinda Gulf Oil Company*, ser uma empresa norte-americana, associada à “Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola – SONANGOL”, na exploração de petróleo em Cabinda. Embora não haja relações entre Angola e os Estados Unidos a nível de governo, o relacionamento empresarial existe, sobretudo, nos sectores petrolíferos e bancário. O director-geral da *Cabinda Gulf Oil Company*, “Dick” Ambrose, declarou à agência angolana de notícias ANGOP que ficaria muito indignado, se o comando sul-africano tivesse consumado a acção de sabotagem contra as instalações petrolíferas de Malongo. Sobretudo tendo em vista os esforços desenvolvidos pela empresa, já há alguns anos, para provar ao Congresso dos Estados Unidos que Angola é um país bom para investimentos.

Sob este prisma, o frustrado acto de sabotagem em Cabinda – cuja autoria foi reconhecida em Pretória pelo chefe do Estado-Maior do exército sul-africano, general Constand Viljoen – pode significar que o regime racista sul-africano, na ânsia de sobreviver a qualquer custo, deixou até de respeitar o actual governo dos Estados Unidos, o seu maior aliado no cenário mundial. O que não seria tão ilógico num momento em que a luta contra o regime minoritário de Pretória começa a assumir dimensões cada vez maiores no plano interno. (Artur José Poerner)

Sabotagem envolve interesses norte-americanos

Ao abrir a conferência de imprensa com órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros, na qual o capitão das forças armadas sul-africanas Winan Petrus du Troit descreveu detalhadamente o fracassado plano de destruição das instalações da *Cabinda Gulf Oil Company*, o director do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do MPLA-PT, Paulino Pinto João, denunciou que os dirigentes de Pretória pretendiam "introduzir um novo obstáculo no relacionamento entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos da América".

Pela importância dos dados revelados por Pinto João, transcrevemos alguns trechos da sua intervenção diante de jornalistas e membros do corpo diplomático acreditado em Luanda.



Pinto João (ao centro): "o regime do *apartheid* trabalha contra os próprios interesses dos EUA"

"Conforme foi anunciado no dia 22 de Maio último, num comunicado do Ministério da Defesa, mais uma vez vemo-nos confrontados com as acções agressivas do hediondo regime do *apartheid*.

"(...) Com todo o carácter diversionista que foi a base de actuação dos governantes de Pretória, a denúncia foi inicialmente desmentida por um por-

ta-voz do Ministério da Guerra sul-africano. Era uma tentativa de camuflagem perante a opinião pública internacional, já que, cerca de um mês antes, o governo da África do Sul anunciava, em todos os cantos e em voz bem alta, a retirada das suas unidades regulares do território angolano e o seu compromisso em cumprir os acordos de Lusaka.

"Uma tentativa de camuflagem que, diante da evidência dos factos, viria a ser momentos depois contrariada por outros responsáveis militares sul-africanos, que confirmaram a presença em Angola daquele grupo de sabotadores do seu exército, embora, como eles mesmos declararam, em perseguição a elementos da SWAPO e do ANC.

"De facto, o governo angolano dispõe das informações que permitem reconstituir, no essencial, a trajectória do 'comando' das tropas especiais sul-africanas e estamos em condições de destacar o ridículo das alegações dos porta-vozes do regime do *apartheid*, que tentam reavivar o já velho e desgastado argumento de perseguição aos combatentes da SWAPO e do ANC, como se as centenas de trabalhadores da *Cabinda Gulf Oil Company*, muitos deles de nacionalidade norte-americana, fossem guerrilheiros anti-*apartheid* ou Malongo se tratasse de uma base militar.

"Basta lembrar, assim, que Luanda — a capital do nosso país — dista mais de mil quilómetros da fronteira com a Namíbia e que a província de Cabinda, onde foi neutralizado o 'comando' sul-africano, fica a mais de dois mil quilómetros daquele território ocupado ilegalmente pelas tropas de Pretória.

"Assim, fica por demais evidente que a missão suicida do 'comando' sul-africano era clara: destruir as instalações petrolíferas de Malongo, de forma a debilitar a economia angolana e desestabilizar a nossa revolução democrática e popular. Trata-se de uma tentativa que se enquadra entre outras acções de sabotagem praticadas anteriormente por 'comandos' sul-africanos espalhados pelo país e que, na devida oportunidade, o nosso governo denunciou (ver Caixa).

"(...) Ao conceberem esta sórdida operação, os estrategos de Pretória certamente terão levado em conta a importância económica de Malongo e o facto de actualmente estarem em curso negociações com a *Gulf Oil Company* nos Estados Unidos para a renovação do contrato que a vincula à 'Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola — SONANGOL' e que abrem amplas perspectivas de colaboração entre ambas as empresas, no interesse não apenas da economia angolana, mas também dos próprios Estados Unidos.

"Caso se tivesse consumado a sabotagem, só na terra, os prejuízos seriam avaliados em cerca de 200 milhões de dólares para a reposição das instala-

lações; cerca de 30 milhões de dólares de petróleo em *stock* e a perda de 250 milhões de dólares, tendo em vista o período de 120 dias para a reposição das instalações, dados considerados como mínimos.

“Em Malongo, onde a SONANGOL tem uma participação de 51% em sociedade com a *Cabinda Gulf Oil Company* (com 49%), são produzidos cerca de 170 mil barris diários de petróleo.

“Malongo é, por assim dizer, o coração das instalações petrolíferas em Angola. A *Cabinda Gulf Oil Company* desde 1957 instalou ali a sua sede de exploração de petróleo.

“Na área terrestre de Malongo estão instaladas uma zona residencial e outra industrial com capacidade de armazenamento de um milhão e 675 mil barris de petróleo bruto.

“Existe também um terminal para controlo do carregamento de petróleo e duas refinarias, embora pequenas, com capacidade para tratar cerca de mil e trezentos barris/dia e fabricar gasóleo e Jet-B.

“Além disso, trabalham em Malongo várias centenas de técnicos, dos quais 118 são norte-americanos, 811 angolanos e 170 de outras nacionalidades.

“É verdade que a destruição das instalações de Malongo representaria um duro golpe na economia do nosso jovem Estado, mas, além disso, torna-se claro que os governantes sul-africanos pretendiam introduzir um novo obstáculo no relacionamento entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

“Se a sabotagem às instalações de Malongo se consumasse, seriam seriamente afectados os interesses económicos norte-americanos, que as forças mais conservadoras dos Estados Unidos tanto alegam defender em qualquer parte do mundo.

“Por mais paradoxal que pareça, a África do Sul serve-se agora da ‘política de compromisso construtivo’ para atacar frontalmente objectivos económicos com interesses norte-americanos...

“Dezenas senão centenas de cidadãos norte-americanos e de outras nacionalidades, sem contar com centenas de angolanos, perderiam a vida; milhões de dólares em investimentos norte-americanos seriam destruídos. Enfim, esse seria o resultado de uma acção criminosa praticada pelo aliado privilegiado dos Estados Unidos da América na África.

“Entretanto, o governo norte-americano, ignorando que é o principal sustentáculo do regime do *apartheid*, pretendeu, desta vez, aparecer diante da comunidade internacional com a imagem de que nunca esteve a par da presença de tropas sul-africanas em território angolano.

“Foi assim que o Departamento de Estado norte-americano se apressou em deplorar o facto de que unidades regulares sul-africanas continuem em Angola, deixando, no entanto, de fazer alusão ao



Coluna militar sul-africana em território angolano. Uma constante desde a independência

comportamento irresponsável do governo de Pretória que, se destrufesse o complexo petrolífero de Malongo, provocaria a morte de dezenas de cidadãos norte-americanos que lá trabalham...

“Paradoxal aliança essa, promovida e alimentada pela administração Reagan, que não tem na devida conta a vida dos seus próprios cidadãos.

“O governo norte-americano poderia tirar deste sinistro episódio as conclusões que se impõem. Por mais caricatural que possa parecer à primeira vista, o regime do *apartheid* trabalha contra os próprios interesses dos Estados Unidos...”

Provas de boa vontade

Segundo informações divulgadas pela imprensa internacional, Pretória já propôs ao governo angolano uma reunião visando o resgate do capitão Winan Petrus du Troit e dos corpos dos soldados sul-africanos mortos. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola esclareceu, a propósito, que o governo de Luanda não está disposto a discutir o assunto enquanto não receber explicações do governo da África do Sul sobre a operação de sabotagem.

O director do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-Partido do Trabalho, Paulino Pinto João, revelou, por seu turno, que o governo de Angola já deu provas da sua boa vontade, ao notificar “a parte sul-africana sobre a libertação

de quatro marinheiros daquele país, detidos quando pescavam, ilegalmente, em águas territoriais do Namibe”.

Outra prova de boa vontade do governo angolano, segundo Pinto João, é a plataforma de negociações para a solução global da situação na África Austral, contida na carta que o presidente José Eduardo dos Santos enviou ao secretário-geral das Nações Unidas. Os pontos principais dessa plataforma são:

- 1) A retirada imediata e incondicional das forças sul-africanas que ocupam uma parte do território angolano;
- 2) A aplicação imediata da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas com vista à verdadeira independência da Namíbia;
- 3) O fim das agressões sul-africanas contra Angola;
- 4) A cessação de todo o apoio logístico da África do Sul aos bandos da UNITA.

As mentiras da UNITA

No período de 1975 a 1985 as acções militares sul-africanas contra alvos civis e económicos angolanos não só foram contínuos como cresceram em intensidade.

Diversas dessas acções desestabilizadoras, praticadas antes do episódio de Malongo, foram atribuídas “ao grupelho fantoche UNITA, que opera sob a coordenação estratégica e operacional do regime sul-africano”, segundo declarou o director do DIP, Paulino Pinto João.

Segundo Pinto João, é revelador o facto de a tentativa de sabotagem em Malongo ter ocorrido pouco depois das declarações de um representante da UNITA em Paris, segundo as quais os contra-revolucionários iriam estender as suas acções às regiões petrolíferas de Cabinda e Soyo.



Material de propaganda da UNITA que seria largado no local pelo “comando” do apartheid

É também neste contexto que deveria realizar-se um denominado “I Congresso Mundial dos Guerrilheiros Anti-comunistas”, patrocinado pela administração Reagan, com o objectivo de — segundo os seus responsáveis — “elevar a eficácia das acções subversivas contra os governos de Angola, Afeganistão, Nicarágua e Kampuchea”.

Enumeramos a seguir, algumas das cerca de 400 acções sul-africanas contra a República Popular de Angola, atribuídas todas elas à UNITA:

● *Agosto de 1975* — Ocupação das hidroeléctricas de Ruacaná e Calueque, no rio Cunene, junto à fronteira com a Namíbia.

● *4 de Maio de 1976* — Ataque ao campo de refugiados namibianos de Cassinga, matando 612 refugiados, 12 soldados e três civis angolanos e ferindo 611 refugiados namibianos, e 63 soldados e 15 civis angolanos.

● *26 de Fevereiro de 1979* — Massacre em Boma (Moxico), provocando 198 mortos e 600 feridos num campo de refugiados zimbabwenses.

● *23 de Agosto de 1981* — Operação “Proteu”, ocupando parte da província do Cunene.

● *30 de Novembro de 1981* — Sabotagem contra a refinaria de Luanda, num ataque a partir do mar.

● *19 de Janeiro de 1983* — Ataque contra a barragem de Lomauni (Benguela).

● *12 de Março de 1983* — Destruição de uma fábrica de pasta de papel no Alto Catumbela (Benguela), tendo sido raptados 66 cidadãos checoslovacos.

● *2 a 8 de Agosto de 1983* — Forças declaradamente da UNITA, reforçadas por “comandos” e artilharia sul-africanos, atacaram a Vila de Cangamba (Moxico), tendo morrido 1.100 contra-revolucionários.

● *27 de Setembro de 1984* — Ataque contra as oficinas do Caminho de Ferro de Benguela no Lóbito.

● *12 de Julho de 1984* — Ataque a um oleoduto em Cabinda.

● *16 de Agosto de 1984* — Ataque a dois navios no Porto de Luanda.

Para se ter apenas uma ideia dos prejuízos causados a Angola com estas operações terroristas, só de 1975 a 1981 (dados recolhidos do “Livro Branco das Agressões Racistas”, um relatório apresentado às organizações internacionais, como a ONU), alcançavam a cifra de 7,614 mil milhões de dólares, à parte as irreparáveis perdas humanas.

Moçambique: dez anos depois

Um testemunho que começa na epopeia da independência, atravessa as selvas de Cabo Delgado e contempla o futuro a partir de um presente difícil e sacrificado

Neiva Moreira



O presidente Samora Machel, Marcelino dos Santos e o primeiro-ministro português Vasco Gonçalves durante a proclamação da independência

A recordação mais distante que tenho do presidente Samora Machel remonta à sua incessante actividade em conferências internacionais, onde, com outros líderes da mesma causa, sobretudo o presidente Agostinho Neto, lutavam, no campo diplomático, pelo reconhecimento do direito à independência, negado aos seus povos. Chamava a atenção, nas intervenções do dirigente da FRELIMO, a sua convicção na vitória e a clareza com que encarava o futuro do seu país e de África.

A partir do encontro desses líderes, a luta pela independência dos países africanos colonizados pelos portugueses — An-

gola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — ficou para mim mais clara. Muitos dos mitos culturais presentes na nossa formação escolar caíram e foi possível apreciar em toda a sua dimensão a saga libertadora daqueles povos irmãos.

A fundação de *cadernos do terceiro mundo*, em 1974, em Buenos Aires, inspirou-se muito na luta daqueles patriotas. A circunstância de que travavam guerras heróicas, que a América Latina virtualmente desconhecía, consolidou a decisão de fazermos algo para que os povos latino-americanos recebessem informações verdadeiras sobre o

que se passava naquelas latitudes. Na IV Conferência dos Países Não-Alinhados, na Argélia (1973), conhecemos alguns dirigentes da FRELIMO, particularmente Marcelino dos Santos, fundador do movimento e uma das suas figuras de maior projecção, e os actuais ministros Jacinto Veloso e Oscar Monteiro, os dois últimos então exilados naquele país.

A guerra desconhecida

Foi em Argel que, com Paulo Cannabrava, hoje director da nossa sucursal de São Paulo (Brasil), recebemos de Jacinto Veloso o primeiro mapa das opera-



O presidente Samora Machel condecora o ministro Jacinto Veloso

ções militares em Moçambique e uma informação mais detalhada do que se passava em Angola e na Guiné-Bissau, país que pouco depois de terminada a Conferência proclamara unilateralmente a independência. Confesso que foi com surpresa e não sem cepticismo que vimos aquele mapa rasalhado à pressa, cheio de setas que indicavam o quadro militar.

Mais tarde, reencontrei Jacinto Veloso em Buenos Aires. Andava, como outros companheiros em diferentes países, à procura de apoios para a sua luta. O material que nos forneceram em Argel e algumas informações sobre a situação em Angola que passámos a receber de um activo comité formado na Holanda, permitiu-nos escrever para um público desinformado, ou, pior ainda, desorientado pela propaganda colonialista.

24 - terceiro mundo

Jacinto Veloso completou essas informações dando-nos elementos para podermos escrever os três artigos que publicámos, com uma nova óptica, na imprensa de Buenos Aires. O aparecimento dessa informação no diário *Noticias* graças ao acesso que ao mesmo me assegurou o seu editor internacional, Pablo Piacentini, despertou interesse nos meios progressistas argentinos. Nos meses seguintes, escrevi outras matérias, estimulando a iniciativa, com Piacentini e outros companheiros, de iniciar a fascinante aventura de *cadernos do terceiro mundo*.

Em 1975 deslocámo-nos a Lisboa, com Beatriz Bissio, para realizar uma série de reportagens sobre a revolução que derrubou o fascismo, para o diário *Crónica* de Lima. O meu livro sobre a revolução no Peru liderada pelo general Velasco Alvarado, "Modelo

Peruano", já havia sido divulgado nos meios políticos e militares portugueses. O tema estava quente em Lisboa devido ao grande interesse em estudos comparativos entre as revoluções do Peru e de Portugal, ambas com uma decisiva presença das forças armadas. Fui convidado a fazer uma palestra sobre o tema para cerca de 500 oficiais e soldados na Base Aérea de Aveiro, finda a qual recebemos um convite para irmos a Lourenço Marques (hoje Maputo), no avião presidencial português, assistir à independência de Moçambique. Os oficiais tinham tomado conhecimento que Beatriz e eu estávamos convidados pela FRELIMO para participar das celebrações, mas que não tínhamos passagens.

Aqueles dias foram marcantes na nossa vida profissional. Celebrar a proclamação da independência de um Estado já é em si um facto significativo. Mas ver o nascimento de uma República pública com as características de Moçambique, como corolário de uma dura guerra de libertação, é um privilégio profissional e um momento histórico inesquecível.

Por mais que outras ideias nos modifiquem os hábitos e deformações culturais adquiridas na formação escolar e na leitura disponível, não é fácil erradicar tudo o que acumulámos.

Nascido nas mãos de uma mãe negra, convivendo sempre com inseparáveis amigos negros, jamais toleraria o racismo. Mas outra coisa era absorver realidades desconhecidas com as quais nos deparámos pela primeira vez em Moçambique e logo depois em Angola.

Nas selvas de Cabo Delgado

Passada a festa em Maputo fomos para as áreas onde a guerra fora mais dura e prolongada. Em alguns pontos o domínio da



B. Bissio

Da velha ponte não restaram
senão destroços.
A mulher também participou da
luta armada (direita)

FRELIMO ainda não estava totalmente consolidado. Com Beatriz Bissio, fomos os primeiros jornalistas estrangeiros a visitar a província de Cabo Delgado, na fronteira com a Tanzânia, naqueles dias de transição para a independência. O clima era ainda de guerra. O que não faltava era gente armada, que irrompia das selvas surpreendendo os nossos olhos leigos.

Dessa época, alguns episódios ficaram gravados na nossa memória. Um deles foi a visita a um infantário plantado na selva, frequentado por filhos de combatentes mortos na guerra. Chegámos em plena noite. À volta de uma lamparina, alguns guerrilheiros com a metralhadora a tiracolo liam boletins e jornais em *swahili*, uma das línguas nacionais da Tanzânia. Um pequeno rádio captava a onda de Dar-Es-Salaam, onde estava o aliado histórico da FRELIMO, o presidente Julius Nyerere.

Feitas as apresentações, o responsável deu um assobio e, em segundos, de palhoças que não víramos e de abrigos cavados à sombra das árvores dezenas de garotos irromperam no terreiro

cantando e dançando, entoando com fervor e entusiasmo as canções da guerra e os hinos patrióticos. Mesmo a nossa escolta, formada na sua maioria por jovens guerrilheiras que haviam combatido na região, não pôde fugir à emoção do momento.

Um guerrilheiro de cerca de 40 anos, que nos acompanhava na visita às áreas libertadas fez tudo para nos levar a uma ponte que não estava no nosso roteiro. A sua insistência tinha uma explicação: ele integrara o comando que, meses antes, numa operação nocturna dinamitara a ponte, e ainda não havia visto à luz do dia o resultado da sua acção. Realmente, da velha ponte não restavam senão destroços. "Eu estava ali, atrás daquela árvore", dizia-me orgulhosamente.

O outro episódio foi de grande impacto. Numa cabana perto da modestíssima barraca de uma assoalhada onde se instalara o quartel-general da guerra,



B. Bissio

fomos recebidos por um homem de pouco mais de 30 anos, de aparência camponesa e de poucas palavras. Era o comandante moçambicano daquele teatro de operações, que derrotou os generais portugueses, a sua aviação, os seus tanques e o seu so-

fisticado armamento cedido pela NATO. Um general negro, brilhante estratega que nunca havia lido Clausevitz e apenas tinha uma ideia muito geral das lições militares de Ho-Chi-Minh e Che Guevara.

Um sonho de paz

Quando voltámos a Maputo, iniciámos com o presidente Samora Machel uma praxe que seguiríamos em outras oportunidades. Dar-lhe, no final das visitas, uma impressão objectiva — não laudatória ou amoldada às conveniências — do que vira. Foi então que ele me deu uma resposta exemplar, já contada aos nossos leitores em outra oportunidade, mas que vale a pena recordar. O diálogo foi assim:

— Presidente, em Nampula, (onde estava o quartel-general colonial) uma portuguesa disse-

convivendo com todos os povos do mundo, inclusive os portugueses, abrigando uma nova sociedade, progressista e sem opressores nem oprimidos.

Acompanhámos em mais de uma oportunidade as medidas governamentais que deveriam transformar Moçambique numa República socialista modelar. Os grandes projectos de irrigação e agro-industriais do Limpopo, do Inconati e do Zambeza contendo os desastrosos efeitos das secas e das enchentes, começaram a ser accionados. Quase toda a população foi vacinada (antigamente só os brancos ou os negros assimilados o eram), foi nacionalizado o ensino e abriram-se escolas por todo o país. Novas vilas, as aldeias comunais implantavam um modelo bem concebido de sociedade rural, inspiradas nas *ujamaa* de Nyerere. As fábricas, abandonadas pelos portu-



Um guerrilheiro mutilado na guerra ajuda nas tarefas produtivas

me que o senhor havia destruído o turismo na ilha de Moçambique, proibindo os *rikxós*, carros que, puxados por negros enfeitados de "reis do Congo", eram um atractivo para os estrangeiros.

— Essa senhora mentiu-te. Não acabei com carro nenhum. O que proibi foi que os moçambicanos puxassem os carros. Se os portugueses quiserem, podem fazê-lo, respondeu-me com a sua característica mordacidade.

O presidente sonhava, então, com um Moçambique pacífico,

guese — em parte por medo da guerra — eram reactivadas e uma crescente solidariedade internacional compensava com técnicos e algumas máquinas, as lacunas deixadas pelo êxodo colonialista.

O povo começava a sentir o gosto da liberdade. E também a colher os frutos da independência. Num hospital de Maputo perguntei a uma mulher de mais de 60 anos que esperara três meses para ser atendida pelo dentista, se não lhe parecia demais. "Nada disso, meu amigo. Esperei

a vida inteira — esta é a minha primeira consulta — porque não aguardar na bicha estes 90 dias?"

Moçambique é um país com riquezas naturais e muitas carências. A exploração do carvão do Moatize pode ser um factor de desenvolvimento muito poderoso que fortalecerá a balança comercial, hoje apoiada na exportação de castanha de cajú. A pesca é outra riqueza imensa. "É o nosso petróleo", dizia-nos o presidente Samora Machel. Marcelino dos Santos, então ministro do Planeamento, falava-nos com entusiasmo da exploração madeireira e da transformação do seu país num celeiro de África.

A guerra continua

O sonho desses patriotas durou pouco. Os colonialistas não desistiram da presa africana. Pouco tempo depois da independência já as rádios-pirata instaladas na África do Sul e no Malawi despejavam mentiras sobre uma população sem meios de defesa. Do outro lado da fronteira, os sul-africanos reagrupavam as tropas de choque do colonialismo, treinavam mercenários e preparavam a agressão que não tardou.

O governo da República Popular de Moçambique desmobilizara as suas forças guerrilheiras e constituira um modesto exército regular, desviando os equipamentos militares para as tarefas da reconstrução.

O inimigo aproveitou-se disso e inundou Moçambique de "comandos", cuja tarefa não é ocupar áreas mas destruir tudo o que possa constituir património económico do país: estradas, portos, comunicações, postos de saúde, escolas, pontes, camiões, autocarros, centrais eléctricas, etc.

Grupos preparados na África do Sul desenvolvem uma sistemática acção de sabotagem. Portugueses que abandonaram o país instalaram-se no exterior onde financiam, com os sul-africanos, a guerra suja. Champol-



Um avião derrubado ao inimigo (em cima); desde a luta pela libertação (em baixo), a guerra não cessou e a superação da herança colonial foi prejudicada

maud e Bulhosa, que fugiram para o Brasil, são acusados de financiarem a contra-revolução.

O sonho de paz do presidente Samora Machel não se realizou. Mas realizar-se-á um dia. O povo moçambicano é de uma extraordinária capacidade de luta e está consciente do interesse nacional. Já conhece a independência e sabe o que é uma *praxis* socialista de governo.

O exército moçambicano, readaptado às necessidades dessa guerra imposta pelos interesses neocoloniais fortalece-se diariamente e mais cedo ou mais tarde limpará, com a cooperação do povo em armas, o território pátrio.

Estratégia global

As agressões a Moçambique e Angola não são factos isolados, mas episódios de uma estratégia imperialista de dominação.

A África do Sul e os remanescentes do colonialismo português são a ponta-de-lança dessa estratégia. Mas o centro do poder está mais além, nos gabinetes das multinacionais europeias e norteamericanas e na Casa Branca.

Na Europa Ocidental, começa-se a ter uma visão mais precisa desta situação, embora a cooperação objectiva e o apoio diplomático sejam bem menores do que o mínimo requerido.

Lamentavelmente, o Brasil e Portugal ainda não desempenham o papel que lhes cabe neste grave problema internacional. Em Portugal, um governo dominado pelo Partido Socialista deveria ter uma posição firme para evitar que Lisboa se converta cada vez mais num centro de apoio à agressão a Moçambique e Angola.

Não o faz, apesar da retórica não-colonialista do governo e a partir de Portugal grupos con-

tra-revolucionários agem abertamente contra os jovens Estados africanos de língua portuguesa.

O Brasil tem mantido nos foros internacionais uma posição correcta, de apoio à luta contra a discriminação racial e o colonialismo. Mas ainda não assumiu a posição firme de vanguarda, de apoio aberto, aos países irmãos agredidos.

O que se impõe é uma política de apoio mais objectivo e deliberado a países que, no continente africano, se converteram na fronteira da independência e da autodeterminação no mundo emergente.

No décimo aniversário da independência de Moçambique não devemos ficar nas mensagens de praxe mas em actos concretos de apoio à sua justa luta. Os povos do Terceiro Mundo estão nessa linha. Cabe agora aos governos desempenhar a sua parte.

A intransigência de Hassan II

Secretamente, dirigentes da Polisario e emissários marroquinos voltam a encontrar-se mas tudo indica que o monarca ainda não está aberto ao diálogo

Dirigentes sarauis e emissários do rei Hassan II de Marrocos voltaram a encontrar-se em 27 de Janeiro último, em Lisboa.

O encontro, rodeado do maior secretismo, só viria a ser tornado público pela Frente Polisario no final de Abril e, tal como os anteriores,¹ não representou nenhum avanço para a solução pacífica do conflito que desde finais de 1975 opõe os nacionalistas sarauis às tropas de ocupação marroquinas.

Se para os dirigentes sarauis "tudo é discutível menos a soberania e a integridade nacional", para os representantes do regime monárquico alauita tudo é possível de ser negociado salvo "a marroquinidade" daquilo que designam por "províncias do sul".

Para Bachir Mustafa Sayed, membro do comité executivo da Frente Polisario, presente nas negociações, Marrocos não respondeu de forma positiva a nenhuma das propostas sarauis. No entanto, segundo Sayed, o governo sarauí e a Frente Polisario mantêm a disposição de prosseguir no futuro as conversações com os representantes marroquinos, mas estão certos de que apenas

se alcançarão resultados concretos no dia em que o próprio rei Hassan II venha a participar directamente nas negociações.

Segundo o pouco que transpareceu do encontro de Lisboa, o ministro do Interior Driss Basri, que chefiou as conversações pelo lado marroquino, ter-se-ia limitado a reiterar a tese do seu governo sobre os pretensos direitos em relação àquela antiga colónia espanhola. Basri teria afirmado que Hassan II estaria disposto a conceder um "perdão régio" aos seus opositores e a realizar um referendo de "confirmação" da marroquinidade do território e da sua população. O governo de Rabat não procede-

ria previamente ao referendo, à retirada da administração e das tropas de ocupação que mantém no território, conforme preconiza o plano de paz para o Sara proposto pela OUA e ONU.

"A pior das asneiras"

Até ao momento o regime marroquino tem-se servido de contactos com os dirigentes sarauis para encobrir a sua intransigência e dar uma falsa ideia de abertura ao diálogo com a Frente Polisario, a qual reconhece — como os encontros testemunham — como a parte em conflito e interlocutor necessário. Este, de resto, o aspecto que para a Frente Polisario e para o governo da RASD tem tido maior valor nas conversações havidas. Ainda não há muito tempo, para o regime marroquino a Frente Polisario não existia ou não passava de um "bando de mercenários" do seu interlocutor para o conflito do Sara era a Argélia...

Outro sinal de que essa intransigência se mantém foi a visita que Hassan II efectuou, em meados de Março, às zonas ocupadas do Sara Ocidental.



Hassan II não parece muito disposto a solucionar o conflito

¹ O último encontro teve lugar em Argel, em Abril de 1983. Antes, porém, já se haviam realizado reuniões em Bamako e em outras capitais africanas.



Centenas de prisioneiros marroquinos capturados pela Frente Polisario alinham-se no deserto

Depois de uma primeira tentativa de fazer essa visita no dia 3 de Março — data do aniversário do trono — Hassan II viria a abandonar o projecto apressadamente dada a recusa do corpo diplomático sediado em Marrocos em o acompanhar. Em termos de direito internacional isso constituiria uma aberta violação das resoluções da ONU e da OUA sobre a situação prevalente no território do Sara Ocidental.

A deslocação do monarca teve lugar dez dias mais tarde. Hassan II fez-se acompanhar por um parlamento submisso e com um limitadíssimo poder de intervenção, pelo primeiro-ministro Karim Lamrani e alguns dos seus ministros e ainda pelo coronel-maior Abdelaziz Benani, comandante das tropas estacionadas no Sara Ocidental, tendo visitado, além de El Ayoun, a capital, um dos "muros" defensivos para inspeccionar as suas tropas.

Na capital do Sara Ocidental, o monarca anunciaria um ambicioso programa de rearmamento

para os próximos cinco anos, no valor de mil milhões de dólares, destinado a reforçar as Forças Aéreas Reais (FAR) na luta contra a Frente Polisario e a enfrentar um eventual conflito com a Argélia. Hassan II afirmou que um confronto directo com a Argélia "seria não apenas o pior dos crimes, mas a pior das asneiras, dado que temos à vista o que se passa entre o Iraque e o Irão".

"Da mesma forma que há um código de estrada — referiu o monarca — há também um código de guerra. Se não podes vencer o adversário durante uma geração, então não lhe faças a guerra...". Este código de guerra parece preocupar Hassan II; e a "máxima" que aplicou em relação ao conflito irano-iraquiano e a um eventual confronto com a vizinha Argélia parece também poder aplicar-se ao conflito no Sara Ocidental, que se arrasta há mais de uma década.

Contraditório com este discurso está o facto de Hassan II não ter abandonado a tese do

"direito de perseguição" aos combatentes sarauis, gerando fortes tensões entre a Argélia e Marrocos. E isto porque no dia em que o exército marroquino se decidisse a atacar Tinduf sob o pretexto de perseguir os combatentes sarauis, certamente que as forças argelinas não ficariam de braços cruzados. Em Tinduf encontram-se os campos dos mais de 150 mil refugiados sarauis, local onde as forças armadas argelinas possuem uma poderosa base militar.

"Direito de perseguição"

Para o presidente argelino Chadli Bendjedid, em opiniões expressas durante a sua recente visita aos EUA, "o rei Hassan II está possivelmente a planear grandes acções militares contra a Frente Polisario". Isso, segundo Bendjedid, poderia ser o reflexo de um endurecimento da política marroquina verificado após a assinatura do Tratado de União com a Lfbia.

“Não temos dúvidas — afirmou Chadli Bendjedid — de que esta União foi um facto negativo, já que ao longo de 1983 estávamos a registar progressos com Marrocos na busca de uma solução para o Sara Ocidental”.

Assinado em Agosto de 1984 entre dois regimes sem afinidades políticas e ideológicas aparentes, o tratado líbio-marroquino foi o resultado de uma conjugação de interesses ocasionais de natureza táctica: Marrocos comprometeu-se a não intervir militarmente no Chade e até mesmo a reconhecer o direito da Líbia sobre uma parte ao norte deste território, a faixa de Aouzou; a Líbia, por seu turno, comprometeu-se a cortar todo o seu apoio financeiro e militar à Frente Polisario.

Tanto para os revolucionários sarauis como para a Argélia, o tratado constituiu um factor negativo, pois não contribuiu para a resolução pacífica do conflito do Sara Ocidental, levando Hassan II e o seu regime a posições de maior intransigência. Negativo também — segundo afirmam — em termos dos esforços desenvolvidos para uma possível unidade dos países da região (o projecto do “Grande Magrebe” de há muito defendido mas nunca concretizado) pois essa unidade pressupõe a resolução do problema sarauí.

A posição mauritana

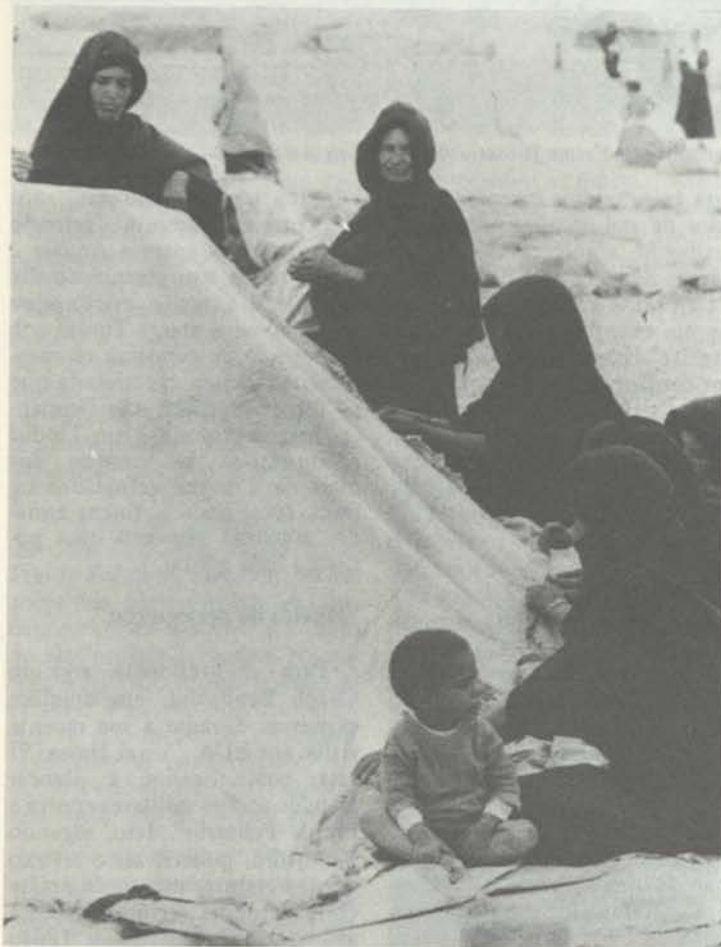
Para o novo presidente mauritano, coronel Ould Taya, o maior obstáculo à construção do “Grande Magrebe” e o maior factor de tensões na região é o conflito do Sara Ocidental. Ould Taya considera-o mesmo “uma ameaça constante à segurança e à estabilidade” do seu país, defendendo que “a negociação continua a ser a melhor via que se oferece” às duas partes em conflito.

Para os actuais dirigentes de Nuakchott o tratado líbio-marroquino surge como um factor de preocupação pois temem que a qualquer momento possa surgir uma possível conjugação de esforços de Marrocos e da Líbia para desestabilizarem o seu regime.

Assim, o novo governo mauritano saído do golpe de Estado que derrubou o presidente Haidallah² pretende desenvolver uma política de equilíbrio na região que o ponha a salvo de qualquer acção desestabilizadora. Se por um lado restabeleceu relações diplomáticas com Marrocos por outro mantém o seu apoio à Frente Polisario e o seu reconhecimento *de jure* da República Árabe Sarauí Democrática (RASD). As consultas entre os governos sarauí e mauritano têm sido regulares, o que constitui um indicador de que as boas relações parecem manter-se.

Intensa actividade diplomática

No plano político-diplomático, a Frente Polisario e o governo sarauí viram consolidarem-se as suas posições. Ponto alto desses avanços constituiu a admissão definitiva da RASD no seio da Organização de Unidade Africana (OUA), ocorrida durante a 20ª cimeira da organização realizada em Addis Abeba. Com



Mais de 150 mil refugiados sarauís concentram-se em Tinduf

²A revolução “palaciana” teve lugar no dia 12 de Dezembro de 1984.

ela, fruto praticamente de um consenso africano, os dirigentes sarauis conseguiram pôr termo à discussão sobre a legitimidade da luta do seu povo, retirando todo o valor à tese marroquina.

A intensa actividade diplomática dos sarauis no continente africano não se limitou a procurar apenas o êxito na OUA. Ela prosseguiu depois da cimeira, o que indica que os dirigentes sarauis acreditam que novos Estados do continente poderão vir a reconhecer a RASD e que, por outro lado, certos países poderão vir a desempenhar um papel importante de pressão junto de Hassan II.

A nível da Organização das Nações Unidas, as últimas resoluções aprovadas, por grande maioria, apoiam ponto por ponto o plano de paz da OUA. Enquanto isso, o número de países que reconhecem a RASD tem vindo a aumentar constantemente: o último dos quais — o 61º — é a Colômbia. Reconhecimento que veio comprovar mais ainda o apoio já muito importante que a causa sarauí conta no continente latino-americano. Com a Colômbia subiu para 16 o número de países latino-americanos que reconhecem a RASD e entre os quais se contam o México, a Venezuela, o Peru, a Bolívia, a Nicarágua e a Costa Rica.

No continente europeu, os sarauis, embora lentamente, — por causa dos grandes e poderosos lobbies marroquinos — têm vindo a ganhar posições. Recentemente, a RASD foi reconhecida pela Jugoslávia, país preponderante no movimento dos Não-Alinhados. Dirigentes da Frente Polisario têm sido recebidos ao mais alto nível em diversos países europeus, como na Áustria, Dinamarca, Suécia e França. Na Alemanha Federal é de destacar o encontro mantido com o ex-chanceler Willy Brandt, na sua qualidade de presidente do partido social-democrata (SPD) e de presidente da Internacional



Donos de uma moral indestrutível, os guerrilheiros da Frente Polisario têm recebido cada vez maior apoio internacional

Socialista.

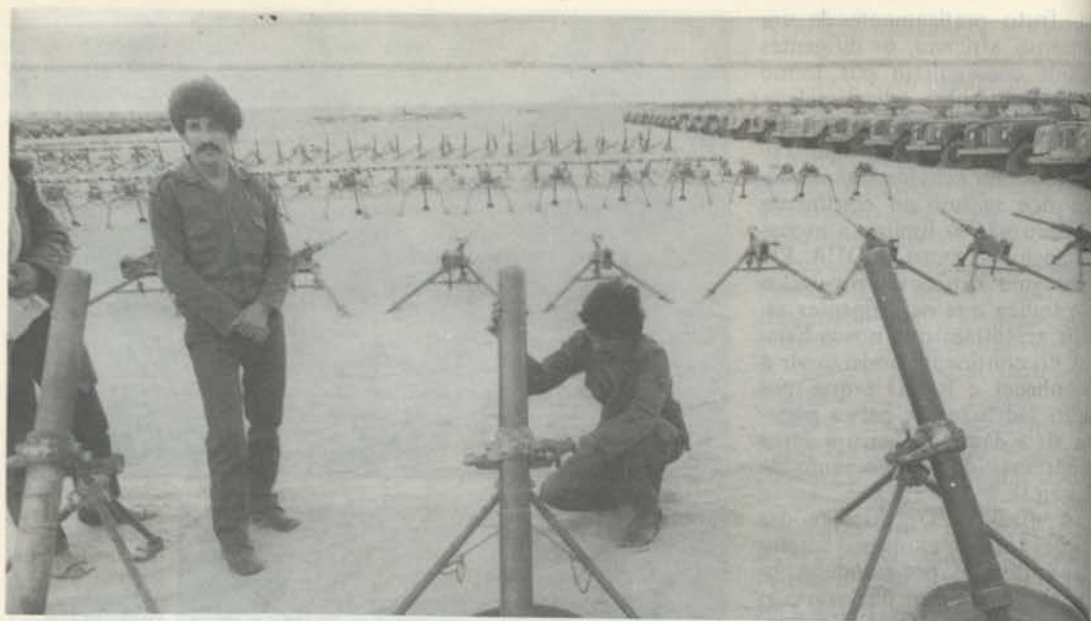
No que se refere à Espanha — antiga potência colonial — têm-se verificado contactos regulares. A Frente Polisario deseja que Madrid denuncie os Acordos Tripartidos, que estiveram na origem do conflito³ e reconheça oficialmente a RASD. Para

³ Os Acordos Tripartidos foram assinados na capital espanhola, em 14 de Novembro de 1975. A troca de compensações várias (algumas secretas), a Espanha cedeu a Marrocos e à Mauritânia a sua colónia do Sara Ocidental.

Ahmed Bujari, responsável do departamento europeu da Frente Polisario, não é suficiente o voto da Espanha nas Nações Unidas favorável ao plano de paz se comparado com “as concessões que, durante os últimos dez anos, aquele país fez a Marrocos, a começar pela venda de armas”.

Bachir Mustafa Sayed, o membro do comité executivo da Frente Polisario presente ao encontro de Lisboa, declarou recentemente, após uma entrevista com o ministro dos Negócios

terceiro mundo - 31



O material bélico apreendido às Forças Armadas Reais é fundamental para a luta

Estrangeiros espanhol, Fernando Mórán, que a posição do governo PSOE "está a evoluir favoravelmente". Sayed informou que, pela primeira vez, aquele havia aceite o princípio da cooperação humanitária com o povo sarauí.

No plano europeu seria visto como muito positivo um progresso da posição espanhola em relação à questão do Sara Ocidental. De certa forma, segundo os sarauís, o "imobilismo espanhol", alternado com alguns gestos claramente hostis, como a venda de armas a Marrocos, tem constituído um entrave a uma evolução mais positiva de alguns países europeus face ao conflito.

EUA: uma posição determinante?

Os Estados Unidos, por seu turno, acompanham também com atenção a situação no Sara, o que se explica pela importância geo-estratégica que atribuem a Marrocos e ao Sara Ocidental como defesa sul da entrada para o Mediterrâneo; à "segurança" das bases militares que as

suas Forças de Intervenção Rápida (FIR) podem dispôr em solo marroquino, ao abrigo do acordo militar estabelecido entre os dois países, em Maio de 1982; ao desagradado com que assistiram à assinatura do acordo Irbio-marroquino que uniu o seu maior aliado na região àquele que Washington considera o seu maior inimigo no Magrebe e em África; e às pressões de importantes sectores políticos e governamentais norte-americanos para que os EUA desenvolvam relações com a Argélia (o seu maior cliente e fornecedor na região), processo iniciado em 1979-80 quando as autoridades argelinas serviram de mediadoras para a libertação dos réfens norte-americanos no Irão.

Por outro lado, a administração Reagan constata que o isolamento diplomático e político de Marrocos não se limita apenas ao continente africano, não pretendendo pois aparecer declaradamente como defensora de uma solução de força. Informações divulgadas recentemente dão conta de um possível encontro entre dirigentes da Fren-

te Polisario e a administração norte-americana para muito breve. Com essa atitude a administração norte-americana pretenderia demonstrar que também ela apoia uma solução negociada para o conflito, não acreditando na capacidade militar e económico do seu aliado marroquino para ganhar a guerra.

Segundo certos analistas, essa evolução da administração norte-americana faz com que ela possa vir a desempenhar um papel de aproximação entre as duas partes. Iniciativa que poderá ser do próprio interesse da administração norte-americana, consciente de que a deterioração da situação económica em Marrocos poderá levar a uma situação de ruptura social e política de consequências imprevisíveis.

A guerra custa diariamente a Marrocos cerca de 2 milhões de dólares e a sua dívida externa está calculada em 13 milhões de dólares. Porém, Hassan II não parece para já disposto ou empenhado na busca de uma solução para o conflito. (Carolina Quina)

São Tomé e Príncipe

Privatização ou pragmatismo?

O governo procura respostas rápidas para aumentar a produção e melhorar a distribuição

Exactamente um mês após uma remodelação governamental que produziu alterações significativas nas áreas do Plano, Negócios Estrangeiros e Justiça¹, o governo santomense, sob a liderança do presidente Manuel Pinto da Costa, viria a aprovar um conjunto de medidas de carácter estrutural que terão evidentes repercussões na vida do país.

As medidas então aprovadas abrangeram praticamente todos os sectores da vida económica do arquipélago: comércio, agricultura, pecuária, pesca artesanal, participação dos emigrantes e gestão da ajuda alimentar internacional.

Se se quisesse apressadamente resumir o alcance que tais medidas visam atingir, poder-se-ia dizer que, com elas, o governo santomense pretende: dar ao Estado um papel mais de controlo do que de interventor directo em certos sectores da actividade económica; incentivar a produção interna de alimentos por forma a atenuar a dependência do exterior no que respeita à alimentação; promover a captação de divisas de que o país carece apelando, para tanto, à participação dos emigrantes.

Liberalização do comércio e distribuição de terras

Entre esse conjunto de medidas destacamos pela sua importância:

— A abertura da importação

ao comércio privado — passando este a ficar apenas dependente da autorização dos respectivos boletins de importação e da disponibilidade de divisas ao nível do Estado — cabendo agora à empresa estatal de comércio externo (Ecomex) apenas a responsabilidade pela importação de certos produtos de primeira necessidade.

— Também a nível do comércio interno a intervenção da empresa estatal (Ecomin) passará a ser mais reduzida, sendo possibilitado aos comerciantes importadores a distribuição das mercadorias, quer por grosso quer a retalho, no mercado nacional. Po-

rém, nos casos em que os comerciantes importadores se dediquem igualmente à distribuição retalhista estes passam a ser obrigados a reservar 50% do que importaram para distribuição aos comerciantes não importadores, medida através da qual se procura acautelar futuras situações monopolísticas.

— No que respeita à agricultura, o governo decidiu agora entregar — a título gratuito, ou através do pagamento de uma renda — “numerosas terras que dependem de empresas agrícolas estatais, mas que estão abandonadas” ou deficientemente exploradas. A todos os camponeses que venham a trabalhar essas terras, cedidas agora de forma cuidada e rentável, o governo adianta a possibilidade de, passado um período experimental, poderem vir a obter o usufruto dessa exploração até à sua morte.

— Relativamente à participação dos emigrantes (embora não se conhecendo exactamente o



Pinto da Costa propõe-se aumentar a produção de alimentos

seu número, existem colônias de santomenses importantes no Gabão, Portugal, Angola e Guiné-Equatorial) é-lhes facultado, a partir de agora, a abertura nos balcões do Banco Nacional (BNSTP) de "contas de depósito em moeda estrangeira, em moeda nacional ou contas poupança-crédito, as quais terão a garantia das autoridades de segredo bancário e inviolabilidade de propriedade". Os emigrantes detentores de tais contas passarão a beneficiar ainda "de isenção de taxas e impostos, sisas, bem como a redução parcial ou total na importação" de automóveis, electrodomésticos, etc.

Cooperação internacional e empresas mistas

A par deste conjunto de medidas de política económica o governo santomense tem vindo a negociar com organizações internacionais (Banco Mundial, BAD, *Caisse Centrale*, etc.) e sociedades privadas estrangeiras a participação na exploração das empresas agrícolas nacionais (as antigas roças), quer sob a forma de associação quer de constituição de empresas mistas.² O que demonstra que as medidas ora tomadas estão longe de ser apenas pontuais. Elas inserem-se

num tipo de decisões mais gerais tendentes a ultrapassar as carências existentes, procurando dar ao Estado um papel interventor ajustado às suas possibilidades quer em meios humanos como materiais. Procuram, também, encontrar respostas rápidas e desburocratizadas para questões relacionadas com o processo produtivo e a distribuição de bens alimentares.

Abertura à "iniciativa privada e desilusão com o marxismo" como noticiava um vespertino lisboeta ligado a interesses empresariais da antiga metrópole colonial ou apenas avaliação do passado recente e pragmatismo face às dificuldades existentes?

Face à crise internacional, que atinge com particular violência as débeis economias africanas, parece ser incorrecto encontrar respostas apressadas e ideologizadas para este tipo de questão que se coloca não só em relação a S. Tomé e Príncipe mas a muitos outros países de África. Nações dependentes de matérias-primas cuja cotação é fixada fora do continente e que registam quebras sucessivas devido à deterioração contínua dos termos de troca (o eterno ciclo da dependência e do subdesenvolvimento). As respostas não são definitivas nem devem ser

procuradas a partir de raciocínios inflexíveis.

Alguns antecedentes

Nas vésperas da independência (12 de Julho de 1975) cerca de 80% das terras cultivadas pertenciam às 29 roças — propriedade de grandes roçeiros ou de grandes companhias portuguesas — que produziam quase que exclusivamente cacau e, nalguns casos, café. Nas ilhas apenas se cultivava 10% daquilo que se comia: o resto vinha quase tudo de Portugal.

Logo após o acordo de Argenteo entre o Estado português saído da revolução do 25 de Abril e o MLSTP e a constituição do governo provisório começaram a verificar-se fugas às responsabilidades de gestão e boicotes à saída pura e simples de roçeiros e de grandes companhias portuguesas. A situação era tal que, a 7 de Setembro de 1975, o governo decide suspender a exportação de todos os produtos nacionais até que fosse regularizado o pagamento cambial do ano de 1974 e dos primeiros 8 meses de 1975. As roças deviam então ao recém-proclamado Estado de S. Tomé e Príncipe 52 milhões de escudos portugueses.

Três semanas mais tarde, a 3 do mesmo mês, o governo santomense decide nacionalizar as roças bem como os respectivos meios de produção³. Enquanto isso, as ilhas iam-se vendo despojavadas dos antigos colonos portugueses. Calcula-se que cerca de 4 mil portugueses, entre técnicos, regentes agrícolas, comerciantes, funcionários da antiga administração, etc., teriam partido.

Com essa saída repentina em certa medida influenciada pelo êxodo dos portugueses que abandonavam Angola — a organização económica do jovem país-insular foi seriamente abalada, não só a nível do sector



O turismo é uma potencial fonte de divisas



Antiga roça Monte Café: o BAD irá participar da sua exploração

agrícola mas também dos sectores sensíveis como o do abastecimento e da distribuição comerciais.

Tal como aconteceu em outras das "cinco" ex-colónias portuguesas — muitas vezes sem os partidos e movimentos de libertação o ambicionarém até por carência absoluta de meios humanos habilitados — o Estado viu-se na necessidade de intervir a todos os níveis por forma a obviar as necessidades da população.

"Vivemos do cacau"

Mas se as dificuldades de abastecimento em 1975 eram grandes, hoje estão longe de serem menores.

"Vivemos praticamente do cacau", dizia-nos recentemente S. Tomé Celestino Costa, ministro do Comércio e actualmente, após a referida remodelação governamental, também responsável pelas Pescas. "E se não conseguimos exportar o suficiente para obter as divisas de que necessitamos — adiantava — senão temos de imediato dificuldades, inclusive alimentares".

Segundo o ministro, muito embora a população não sofra o flagelo da fome, que dramaticamente mata por todo o continente, (ver *cadernos* nº 77, Maio de 1985) "o certo é que também aqui existem carências de ordem alimentar". A fome só não atinge a população porque a natureza nas ilhas é benevolente e espontaneamente fornece alimentos (bananas, fruta-pão, matabala, cocos, etc.).

A dependência do cacau herdada do colonialismo não se alterou. Há a consciência entre os dirigentes santomenses que muito embora a diversificação de culturas seja um objectivo desde sempre inscrito no programa do MLSTP, ela só será conseguida a partir de excedentes provenientes do próprio cacau. O que não tem sido conseguido.

Quebra da produção e das cotações

De 1973 para 1983, a produção de cacau baixou para um terço (10.600 toneladas em 1973; 3.939 toneladas em 1983). Não são ainda conhecidos os números referentes a 1984⁴.

De resto, a produção tem vindo, ao longo destes 10 anos, a decrescer continua e regularmente. Razões que explicam este decréscimo: fuga dos técnicos agrícolas portugueses com vasta experiência da "caprichosa" cultura tropical (o cacau adapta-se de forma diferente consoante os terrenos, águas, sombras, etc); envelhecido equipamento das empresas agrícolas; declínio da produtividade de alguns cacauzeiros devido ao seu envelhecimento; falta de adubação e sulfatação em períodos em que esses trabalhos são imprescindíveis ao bom desenvolvimento dos frutos; a seca que atingiu várias zonas do território⁵; a tradicional falta de motivação do santomense para os trabalhos do campo, a não ser para os extremos cuidados com as hortas que circundam as suas residências⁶.

Mas se até 1979 as altas cotações internacionais do cacau permitiram manter um saldo positivo da balança comercial (relação entre o total de mercadorias exportadas e o importado), de então para cá o país tem vindo a aumentar défices sucessivos no comércio com o exterior.

Um relatório elaborado pelo Programa Especial de Assistência Económica da ONU e destinado ao secretário-geral Pérez de Cuéllar, de Setembro do ano passado, referia que a balança de pagamentos do país se tem caracterizado "por um persistente défice comercial e um crescente montante de serviços pagos ao exterior; défice este que, em grande parte, tem sido coberto por empréstimos a curto prazo".

A sensível melhoria da taxa de cobertura das importações pelas exportações verificadas em 1983, o défice — segundo dados do governo — foi naquele ano de 274 milhões de dobras (moeda nacional santomense), enquanto que no ano anterior se cifrara em 899 milhões, teria sido conseguida através de drásticas reduções nas importações. Evidentemente que estas medidas de austeridade acabam muitas vezes por ter consequências muito mais sérias daquelas inicialmente calculadas. Não só a alimentação é reduzida como também os fornecimentos imprescindíveis ao desenvolvimento.

Segundo o relatório da ONU, outro motivo de preocupação "é o elevado montante de empréstimos a curto prazo para financiamento dos défices e a sua implicação no serviço da dívida" (juros+amortizações).

Para se avaliar as quebras de rendimentos derivadas das baixas da cotação, basta referir que em 1977 o quilo de cacau era exportado ao preço de 130,23 dobras;

4 anos mais tarde, o mesmo quilo de cacau valia apenas 59,73 dobras. A partir de 1983 os preços internacionais têm vindo a subir. Nesse ano o preço médio do quilo de cacau santomense foi vendido a 83 dobras.⁷

Produzir alimentos e formar pessoal

S. Tomé e Príncipe terá necessariamente que continuar a viver do cacau nos próximos anos. No entanto, parece ser intenção do governo do presidente Manuel Pinto da Costa aumentar substancialmente a produção interna de alimentos, levando a que se importe menos e, desse modo, se possam canalizar divisas para a aquisição de bens necessários ao desenvolvimento das ilhas.⁸

Parece ser esse o objectivo do governo ao decretar agora a distribuição pelos camponeses de terras pertencentes a empresas agrícolas estatais que estavam abandonadas ou deficientemente exploradas, ou quando promove actualmente várias medidas de apoio à pesca artesanal.

No que respeita à constituição de empresas mistas com sociedades privadas portuguesas e outras, ou à associação com vários organismos internacionais para a exploração das antigas roças, os objectivos a atingir parecem também claros: levar a que essas empresas estrangeiras ou organizações internacionais

invistam nas empresas agrícolas e modernizem a sua exploração (investimentos para os quais o Estado de S. Tomé e Príncipe não dispõe de capitais, dado o seu elevado montante); melhorar a gestão das empresas agrícolas levando a que elas produzam mais e melhor cacau, o que trará benefícios imediatos para o país; procurar que as empresas agrícolas se tornem centros de formação, quer de gestão empresarial quer de técnica agrícola.

Os técnicos e gestores nacionais, formados na prática, juntamente com outros que estudaram no estrangeiro e que começam agora a voltar ao país poderão, eventualmente, vir a constituir o capital decisivo ao desenvolvimento do país. (Baptista da Silva)

Notas

¹A remodelação governamental teve lugar no dia 23 de Fevereiro passado, tendo sido exonerados os ministros do Plano (Agapito Mendes Dias), Negócios Estrangeiros (Maria da Graça Amorim) e Justiça (Manuel Vaz). Dos três ministros exonerados apenas Manuel Vaz permaneceu no governo como titular do pelouro de Informação, cargo que já acumulava no anterior executivo. O presidente da República passou a acumular as pastas dos Negócios Estrangeiros e do Plano, tendo sido criadas nesses ministérios duas novas secretarias de Estado.

²A Caisse Centrale de Coopération — o banco da cooperação francesa celebrou já um convénio com o governo santomense para a exploração da antiga roça Santa Margarida, podendo, eventualmente, vir ainda

A PRODUÇÃO DE CACAU		Ano	Produção (em toneladas)
		1973	10.600
		1976	4.600
		1979	7.376
		1980	7.011
		1981	5.687
		1982	4.081
		1983	3.939

De 1973 a 1985 a produção da monocultura de exportação tem vindo a decair gradualmente. E, em S. Tomé e Príncipe, quando não se produz cacau não se exporta; quando não se exporta não se obtêm divisas... e sem divisas faltam alimentos e é o desenvolvimento sempre adiado.

Fontes: FMI e relatório ONU - Setembro de 1984.

participar na exploração da empresa agrícola de Porto Real, na ilha do Príncipe. O Banco Mundial vai cooperar na gestão e exploração das antigas roças de Ubabudo e Bela Vista. O BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), possivelmente em associação com técnicos portugueses contratados, irá participar na gestão da empresa agrícola Monte Café.

No que respeita à constituição de empresas mistas com sociedades privadas estrangeiras, está já constituída uma com a empresa portuguesa Ramalho Rosa (empresa que foi responsável pelo alargamento da pista do aeroporto de S. Tomé) com vista à exploração da antiga roça Milagrosa. Prevê-se igualmente para breve o anúncio da constituição da sociedade mista entre o Estado santomense e a empresa portuguesa RAR para exploração da empresa agrícola Água Izé, provavelmente a maior das empresas agrícolas do país.

³Nem todos os portugueses fugiram ou viram as suas terras estatizadas: há ainda dois portugueses que continuam a explorar 3 roças no país, actividade a que já se dedicavam antes da independência.

⁴Serviços Estatísticos da RDSTP (Ver caixa neste artigo).

⁵Em 1982, a FAO integrou S. Tomé e Príncipe entre os 24 países africanos afectados pela seca e a quem a



Dificuldades de abastecimento: quando da independência, o país apenas produzia 10% da comida que consumia

organização deveria prestar assistência.

⁶O santomense tradicionalmente nunca foi muito dado aos trabalhos da terra. A resistência era tal que os colonialistas viam-se obrigados a transferir trabalhadores de outras colónias. Primeiro foram os moçambicanos, depois os angolanos e por últimos os caboverdeanos. Ainda hoje habitam as ilhas entre 14 a 15 mil caboverdeanos ou naturais de ascendência cabo-verdeana.

⁷O cacau santomense, geralmente, talvez devido à sua não-homogénea qualidade, não chega a ser pago ao

máximo da cotação internacional — o *Ghana London Price* — ficando-se geralmente por 70 a 90% daquele.

⁸Dados bastante significativos são os que se referem à população activa. Em 1981 — segundo dados oficiais a que *cadernos* teve acesso — apenas 4 pessoas eram classificadas como "biólogos, agrónomos ou técnicos afins". Nesse ano existiam 12.268 trabalhadores agrícolas (42% do total da população activa calculada em 29.405 pessoas). Segundo esse censo, o número de pessoas classificadas como "agricultores" não ultrapassava as 375.

DECRÊSCIMO DA RIQUEZA NACIONAL

A evolução do crescimento económico tem tido muitos altos e baixos durante os últimos

anos. Principal explicação: a evolução da produção da monocultura de exportação (o cacau).

A riqueza nacional, porém, tem diminuído o que é patente se se comparar a evolução do Produto Interno Bruto (a preços de mercado) *per capita* ao longo destes últimos anos: 398 dólares em 1979, e apenas 264 dólares em 1983.

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (Unidades: milhões de dobras a preços correntes)

Sectores	1979	1980	1981	1982	1983	Em 1983
Agricultura, pecuária, florestação e pesca	525	717	295	335	400	41%
Administração pública	155	176	210	230	250	26%
Outros	307	344	314	373	319	33%
PIB a custo factores	987	1.237	819	938	969	100%
Impostos indirectos — menos subsídios	237	326	252	232	180	
PIB a preços mercado	1.224	1.563	1.071	1.171	1.149	
		+27,8%	-31,5%	+9,3%	-1,9%	
Produto Interno Bruto (por ano)						
<i>Per Capita</i> (US dólares)	398	480	289	287	264	

Câmbio: 1979 — 1 US dólar = 34,5 dobras; 1980 — 1 US dólar = 35,0 dobras; 1981 — 1 US dólar = 40,0 dobras; 1982 — 1 US dólar = 41,5 dobras; 1983 — 1 US dólar = 42 dobras.

Fonte: ONU, relatório ao secretário-geral, Setembro de 1984.

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

design: luis carvalho

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.ª
1000 LISBOA • Portugal
telef. 54 60 00 (8 linhas)
43688 VESPER P
telex 43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:
IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação
ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda
e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

A crise sucessória

Após 25 anos no poder, Houphouët-Boigny faz mistério sobre a sua sucessão

“O Velho é um enigma vivo”. Esta é a expressão mais comum nos meios políticos de Abidjan à medida que cresce o nervosismo em torno do momento em que o presidente Félix Houphouët-Boigny, hoje com 80 anos, desvenderá um mistério por ele guardado com uma teimosia quase doentia nos últimos cinco anos. No poder desde a independência, em 1960, Boigny, que além do apelido de “Velho” também é chamado de “Sábio”, mantém em segredo o nome do seu sucessor, que será inicialmente nomeado vice-presidente.

No segundo semestre deste ano deverão ser realizadas eleições gerais na Costa do Marfim, logo depois do VIII Congresso do Partido Democrático (PDCI), quando Boigny deve anunciar se irá ou não candidatar-se a um sexto mandato como presidente da República. Tal como na questão do sucessor, paira o mais denso mistério em torno da decisão pessoal do único presidente que a Costa do Marfim já conheceu, desde que deixou de ser uma colônia francesa.

Mas enquanto Boigny faz um calculado *suspense* em torno do seu futuro político, o país mergulha na pior crise económica e moral da sua história, depois de ter vivido uma época de euforia entre 1966 e 1976, período que ficou conhecido como “o milagre marfinense”. A recessão económica interrompeu todo o desenvolvimento económico, o desemprego quadruplicou, a dívida externa chega a seis mil mi-

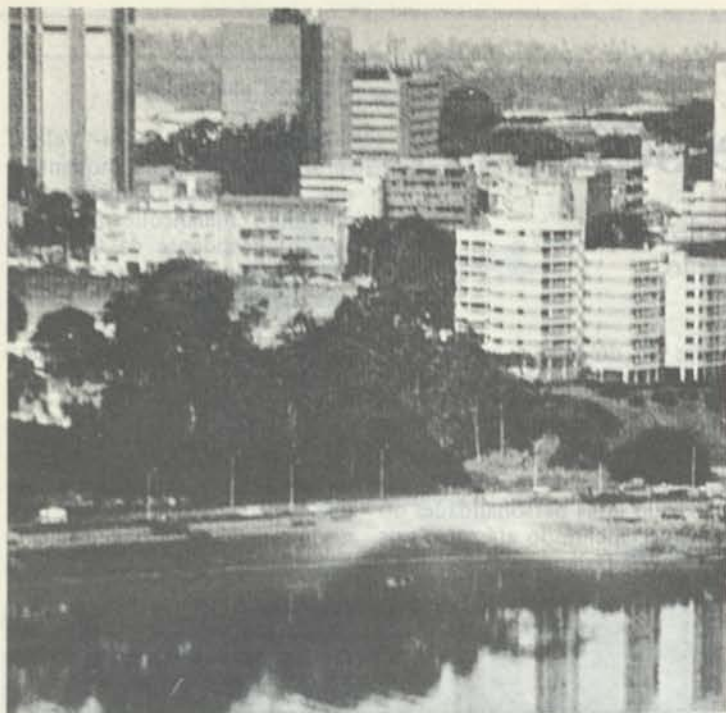
lhões de dólares, a balança comercial passou a ser deficitária e o pessimismo tomou conta da maioria dos políticos. Paralelamente, o país foi abalado por uma sucessão de escândalos envolvendo altas personalidades do governo, incluindo até membros da família Boigny.

Um líder paternalista

Cansado e doente, o “Velho” refugia-se no enigma enquanto o seu longo reinado político vai chegando melancolicamente ao fim. O presidente da Costa do Marfim já quase não aparece em público desde 1984, sofre de violentos ataques de ciática, está parcialmente cego de um olho devido a cataratas e nega-se a submeter-se a qualquer tipo de operação cirúrgica porque não quer ser anestesiado. Desde a juventude que Boigny alimenta uma antiga superstição, segundo a qual no momento em que perder a consciência, não lhe será mais



Félix Houphouët-Boigny: a política como um mistério



Abidjan: capital-porto que conheceu melhores dias no auge económico

possível recobrá-la. Assim, tem recusado sistematicamente todos os tratamentos receitados por especialistas enviados pelos governos francês e norte-americano, sem mencionar uma equipa de gerontólogos romenos que esteve em Abidjan no ano passado, sem conseguir nada de positivo.

Felix Houphouët-Boigny nasceu a 18 de Outubro de 1905 numa aldeia situada a 250 quilómetros de Abidjan, perto do local onde hoje está a cidade de Yamoussoukro, a futura capital da Costa do Marfim. Ao nascer recebeu de um feiticeiro de etnia baoulé, o nome de Dia, que em dialecto local quer dizer curandeiro adivinho. Aos cinco anos de idade, com a morte do seu tio, assassinado por um parente que não concordava com a cooperação com os colonos franceses, transformou-se no chefe tribal. Logo depois, o pequeno Dia acrescentou ao seu nome a expressão Houphouët, herdada do pai, e que na língua local signifi-

ca "lixo descartável". Só em 1945, quando se candidatou à Assembleia Nacional francesa como representante da colónia, é que acrescentou o nome Felix e o de família Boigny, ao mesmo tempo que abandonou o apelido Dia.

O facto de ter sido chefe tribal e de ter estabelecido relações amistosas com os colonizadores, fez com que Houphouët se transformasse num próspero fazendeiro e tivesse a oportunidade de se formar em medicina. Mas apesar das suas simpatias pela França, acabou por entrar em choque com a política colonial no momento em que os interesses dos agricultores marfinenses foram ignorados pela metrópole. Nessa altura, Felix aderiu à União Democrática Africana (RDA) um partido com ramificações no Senegal, Mali e Guiné e que propunha a independência de todas as colónias francesas na África Ocidental. A RDA uniu-se ao Partido Comunista até 1950,

quando Boigny aceitou um pacto com o então ministro das Colónias, François Mitterrand. As privilegiadas relações com Paris fizeram com que o líder marfinense boicotasse todos os projetos de outras colónias francesas na África, que visavam a formação de federações económicas para alcançar o desenvolvimento económico, sem dependências. Quando a Costa do Marfim ficou independente e o líder da secção local da RDA assumiu o poder, Boigny declarou textualmente no seu discurso de posse: "não dizemos adeus à França, mas até logo".

O milagre fracassado

As plantações de café, cacau e borracha, além de valiosas jazidas de diamantes fizeram com que a economia do país, regada por generosos financiamentos franceses, conseguisse escapar do trauma económico provocado pela fuga de capitais internacionais como aconteceu nas outras ex-colónias que optaram pelo nacionalismo. No final da década de 60 a crise nos países vizinhos gerou enormes correntes migratórias de trabalhadores desempregados ou aventureiros que passaram a aglomerar-se nos arredores de Abidjan, formando uma mão-de-obra extremamente barata. Disso se aproveitaram as transnacionais para fazerem grandes investimentos no país, que foi transformado num verdadeiro paraíso financeiro por causa do liberalismo económico do governo e da estabilidade política resultante do autoritarismo paternalista de Houphouët-Boigny.

Foi a fase do "milagre" que se estendeu até 1976. Durante quase dez anos a economia da Costa do Marfim cresceu a taxa que variavam entre 8 e 10% ao ano, beneficiando especialmente a região sul, próxima do litoral. Todo o modelo económico construído entre 1966 e 1976 foi baseado na dependência em rela-

ção ao capital estrangeiro. O crescimento da produção agrícola não foi alcançado através da melhoria dos cultivos, mas graças à ampliação da área plantada e ao trabalho mal pago de emigrantes do antigo Alto Volta, hoje Burkina Fasso. Outro elemento que contribuiu para aumentar as exportações marfinenses foi a exploração sem escrúpulos das reservas florestais do país. Enquanto na década de 50, a média anual de exportações de madeira se situou em torno dos 400 mil metros cúbicos anuais, na década de 60 este número passou para 2,3 milhões de metros cúbicos, com um máximo em 1963 de 4,2 milhões. O resultado foi a devastação florestal, o país perdeu um terço das suas matas, derrubadas para vender madeira barata a compradores europeus.

Durante o "milagre", cerca de 15% dos investimentos na Costa do Marfim vieram do exterior. Houve uma verdadeira invasão de técnicos e funcionários estrangeiros que chegaram a formar em 1978 quase um terço do funcionalismo público. Em 1960, os estrangeiros atingiram quase 0,5% da população total e recebiam 17% do rendimento nacional. Treze anos mais tarde, os estrangeiros formavam 4% da população e a sua fatia no produto nacional subiu para 60%. Esta "milagrosa inversão" foi possível graças ao plano decenal de desenvolvimento económico elaborado por técnicos franceses chamados para assessorar Boigny e que passaram a dar prioridade ao desenvolvimento industrial, enquanto a agricultura continuava a ser a base das exportações. Um relatório confidencial do Banco Mundial, revelado no final da década de 70, indicava que "a indústria na Costa do Marfim está nas mãos de empresas estrangeiras subsidiadas pelo governo local com recursos financeiros fornecidos pela agricultura e pela exploração de madeira".

Os gastos com a importação

de equipamentos provocaram uma grave deterioração do défice da balança de pagamentos que passou de 37 milhões de dólares, em 1970, para 1,7 mil milhões, em 1980. Mas o "milagre" começou a esvair-se a partir de 1979, quando a recessão no Ocidente provocou uma drástica queda nas exportações de cacau e de café da Costa do Marfim. Entre 1980 e 1983, as receitas das exportações agrícolas passaram de quatro mil milhões para apenas mil milhões de dólares. Metade das indústrias instaladas entre 1966 e 1976 fecharam. Quarenta e cinco por cento da mão-de-obra

anuais. Em 1970, os juros da dívida eram de 256 milhões de dólares e correspondiam apenas a 6,8% das exportações.

O preço social da crise

As consequências sociais do fracasso do "milagre" foram igualmente trágicas. Dois terços da população de Abidjan é de origem estrangeira, na sua maioria trabalhadores pobres de etnia mossi que vieram para a capital marfinense atraídos pela possibilidade de empregos bem remunerados. Em 1965, a população africana de origem estrangeira



A venda de madeira barata resultou na devastação florestal do país

ficou desempregada e mais de 70% das empresas estatais em crise foram compradas por transnacionais por preços que chegaram a atingir um quinto do valor real. A dívida externa que era de 1,12 mil milhões de dólares, em 1981, cresceu para 5,2 mil milhões, em 1984, período em que a economia do país ficou virtualmente sob a tutela do Banco Mundial e do FMI. Só com o pagamento do serviço da dívida, a Costa do Marfim gasta hoje cerca de mil milhões de dólares, o que corresponde aproximadamente a 23,9% do total das exportações

formava um quarto da população total do país, 40% da mão-de-obra masculina, ocupava 60% dos empregos urbanos fora do governo, 77% do funcionalismo público e metade da força de trabalho agrícola. Assim a política económica de Boigny marginalizou a mão-de-obra local dentro do seu próprio país, e provocou um extremo enfraquecimento dos sindicatos, uma vez que os trabalhadores emigrantes aceitavam salários mais baixos e piores condições de vida.

O favorecimento dos estrangeiros como um recurso para bai-

nar os salários e enfraquecer a resistência sindical atingiu o seu ponto máximo quando o presidente anunciou, em Setembro de 1963, uma lei de dupla nacionalidade, através da qual os estrangeiros passariam a ter os mesmos direitos dos marfinenses. As reacções foram de tal forma fortes que acabaram por matar o projecto. O propositado cosmopolitismo do governo acabou por transformar Abidjan numa cidade de gritantes contrastes. Ao lado das áreas ricas onde residem os estrangeiros e os funcionários do governo surgiram enormes bairros-de-lata onde se aglomeram os estrangeiros que vieram fazer fortuna e hoje se encontram desempregados. A capital marfinense transformou-se igualmente numa espécie de paraíso para o submundo do crime, uma vez que o governo passou a tolerar a permanência de conhecidos marginais internacionais desde que portadores de dinheiro para o país, não importando se para investir em casinos ou na prostituição. O conhecido marginal francês dos anos 70, Jo Attia, chegou a obter do governo de Abidjan um certificado de bons antecedentes e bom comportamento em troca de alguns milhares de dólares, conforme revelou Marcel Amondji no seu livro "Boigny, a outra face de uma lenda".

A sucessão

Enquanto isto, no terreno político o presidente da Costa do Marfim pôs em andamento um processo que desde o seu início, no final da década de 60, teve como principal objectivo eliminar todos os possíveis rivais ou candidatos à sua sucessão. Boigny instalou dentro do Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCI) uma verdadeira dinastia, associando sempre eventuais divergências ou aspirações presidenciais com o fraccionismo e a conspiração. Foi o caso do

ministro da Defesa, Jean Konan Banny, acusado de golpismo na década de 60, demitido e posteriormente reconduzido no cargo, depois de ter posto definitivamente de lado ambições presidenciais. Em 1963, mais de cem políticos e personalidades foram também acusados de conspiração, sendo condenados a penas que variavam entre 10 anos e a pena de morte. Nenhum foi executado e os presos acabaram, anos mais tarde, por ser amnistiados, depois de se arrependerem publicamente.

Utilizando simultaneamente a dureza e a flexibilidade, Boigny conseguiu manter sempre um completo controlo sobre adversários e candidatos à sua herança política. Foi também um mestre no jogo de alianças com as quase 60 etnias do país, perante as quais se apresentava como um unificador, ao mesmo tempo que lançava umas contra as outras para manter o poder. Com os sindicatos neutralizados pela enorme quantidade de mão-de-obra estrangeira disponível, os únicos sectores que criavam problemas ao governo eram os estudantes e os profissionais liberais, que promoveram várias greves, a mais recente em 1983, quando professores primários e funcionários públicos lideraram manifestações de rua. O movimento foi o mais longo da história do país — durou duas semanas — e teve como principal objectivo denunciar a corrupção governamental no sector da habitação. O governo reprimiu violentamente a greve ameaçando despedir todos os grevistas e não pagar os salários em atraso.

A corrupção

As greves de 1983 não foram importantes apenas pelas suas dimensões, mas também pelas suas consequências. As denúncias de corrupção atingiram um tal grau que o presidente foi obrigado a permitir investigações,

já que até membros da família Boigny foram visados. O escândalo do sistema habitacional passou a ser conhecido como o "caso dos milhares de milhões" e nele eram directamente acusados a ex-ministra dos Assuntos Femininos e o seu marido, o francês Marc Gervais. O casal, entre outras coisas, teve que justificar autorizações ilegais para obras, uma das quais envolvia o conserto de uma porta, pelo preço de um milhão de dólares. Foram também acusados directores de empresas, como a LOGEMAD, SICOI e SOGEFIHA que alugaram casas fictícias ao governo a preços exorbitantes, ao mesmo tempo que usavam rotineiramente o superfaturamento como forma de obter lucros extras. O processo durou 13 meses e teve surpreendentemente uma ampla cobertura na imprensa pró-governamental, até que uma das testemunhas afirmou em tribunal que o presidente Boigny havia autorizado pessoalmente um contrato fraudulento da LOGEMAD. No dia seguinte, o jornal *Fraternité Matin*, o maior do país, esqueceu simplesmente o assunto.

O "caso dos milhares de milhões" foi a primeira oportunidade para a opinião pública marfinense tomar contacto com os subterrâneos da administração pública. Mas, apesar de toda a repercussão do caso, as sentenças não atingiram funcionários públicos importantes, porque o escândalo da habitação foi ofuscado em 1984 por um novo caso de corrupção, envolvendo agora directamente figuras de proa do governo. Emmanuel Diolo, presidente da Câmara Municipal de Abidjan e secretário-geral do PDCI, além de um dos candidatos à sucessão de Boigny, fugiu do país quando a empresa de exportação de café e cacau, COEXIM, que ele controlava, foi levada a tribunal por causa de uma dívida de trinta milhões de dólares com o Banco Nacional



Coxegim: empresa exportadora de café e cacau, controlada por Boigny, foi levada à Justiça

de Desenvolvimento Agrícola (BNDA).

O caso Diolo abriu a "caixa de pandora" da sucessão de Boigny, revelando a extensão e a violência da guerra entre os vários aspirantes à presidência. O ex-presidente da Câmara Municipal de Abidjan encontrava-se em plena campanha contra um outro pretendente, Henri Konan-Bedie, presidente da Assembleia Nacional, acusado de má aplicação e desvio de dinheiro do Estado. Por sua vez o director-geral do BNDA, Lamine Diabate, também presidencialável, aproveitou obviamente as dificuldades económicas da COGEXIM para um "ajuste de contas". Depois que os primeiros "podres" foram apresentados à opinião pública, o governo ficou contra Diolo, que foi demitido do PDCI e viu as suas imunidades parlamentares suspensas pouco depois de ter fugido para a Bélgica em Março último.

Embora o escândalo tenha revelado apenas uma parte da ampla corrupção no governo e nas empresas estatais, conforme revelaram correspondentes franceses em Abidjan, ele foi suficientemente divulgado para comprometer a moralidade do partido do governo e da equipa que cer-

ca o presidente. Tudo isto aconteceu num período em que a crise económica levou o governo a impôr um rígido programa de austeridade que reduziu o número de funcionários públicos, aumentou os preços dos alimentos e reduziu os salários de cerca de 50 mil trabalhadores. O número de técnicos franceses foi igualmente reduzido de três mil para apenas mil.

O agravamento da crise provocou o aparecimento de grupos clandestinos que passaram a denunciar também a corrupção entre os chamados "jovens leões", um grupo de políticos de extrema-direita, entre os quais o ministro da Saúde, Alphonse Djédjé, e o da Educação, Balla Keita. Dentro do PDCI surgiram grupos dissidentes que pressionam para uma liberalização e pelo fim da oligarquia chefiada por Boigny. Este, no entanto, insiste em manter-se como uma espécie de juiz supremo da política nacional, sem dar qualquer indicação dos seus projectos futuros e sem permitir que o Congresso do partido, previsto para Setembro, discuta abertamente o problema da sucessão.

Além da instabilidade política, aumentou a insegurança so-

cial. O índice de criminalidade em Abidjan, provocado pelo desemprego e pela miséria, aumentou de forma alarmante, a ponto do governo de Paris ter enviado em Junho de 1984, uma força policial para proteger técnicos e diplomatas franceses que trabalham na capital da Costa do Marfim. A influente comunidade de empresários libaneses contratou um verdadeiro exército particular para proteger dirigentes e propriedades. As armas de fogo passaram a ser alugadas a criminosos por 220 dólares por assalto, em Abidjan.

A tensão deve aumentar nos próximos meses, quando a luta pela sucessão presidencial atingirá o seu ponto máximo. A imprensa oficial não faz qualquer comentário sobre o futuro de Boigny e o *Fraternité Matin* chegou a escrever que a sucessão é "um não assunto". É impossível destacar entre os ministros um favorito, e já circulam rumores na capital do país que Boigny pode até ser substituído por uma das suas três irmãs, seguindo uma velha tradição de matriarcado da etnia akan, à qual pertencem os baoulés da região onde nasceu o presidente marfinense. (Carlos Castilho) ●

África do Sul

Pretória fecha duas universidades

Os estudantes negros, revoltados com a aplicação do *apartheid* no ensino, sabotam as aulas e saem às ruas

Das mais antigas universidades negras da África do Sul foram fechadas na segunda semana de Maio último, depois de uma manifestação de protesto estudantil e de um boicote às aulas decidido por professores e alunos. As universidades encerradas são Port Hare, em Alice, na conflituosa região oriental do Cabo, e Turnfloop, cerca de 50 quilómetros ao norte de Pretória.

Em Port Hare, os estudantes sabotaram as aulas num gesto de solidariedade contra a detenção de sete dos seus dirigentes. Estes foram detidos logo depois de organizarem protestos contra o líder do bantustão do Ciskei, Lennox Sebe, no início do mês de Maio. Devido aos protestos, Sebe cancelou a sua projectada visita ao *campus* universitário, onde devia participar numa cerimónia de formatura. O objectivo dos estudantes era precisamente evitar a sua presença na universidade.

Sebe dirige um dos bantustões — regiões de extrema pobreza dentro das reservas sul-africanas para os negros — onde a maioria dos habitantes recebe passes temporários que lhes permitem empregarem-se como mão-de-obra barata em minas e fazendas de propriedade dos brancos.

As organizações anti-*apartheid* na África do Sul opõem-se ao sistema de bantustões e consideram os negros que aceitam governar essas áreas “colaborado-



Os estudantes sabotaram as aulas

res” do regime racista.

A Universidade do Transkei, no bantustão do mesmo nome, é também palco de agitações, provocadas pela decisão adoptada no início de Maio pela assembleia estudantil, de boicotar uma cerimónia de formatura na qual o convidado de honra seria o dirigente desse bantustão, Kaiser Matanzima.

O presidente da Organização dos Estudantes Azânicos¹ (Azaso), Simpiwe Magodusho, declarou que a agitação estudantil nos três *campus* era um resultado directo da insatisfação com o conceito de “educação nos bantustões”. A agitação alastrou-se também a outras universidades.

¹ Azânia é a denominação que os negros sul-africanos dão ao seu país.

Nos bantustões, os alunos negros recebem uma educação inferior à dos brancos. O dirigente estudantil anunciou que, neste mês de Junho, será realizada uma reunião na Universidade de Turnfloop para discutir toda a questão do ensino universitário dos negros.

A organização dos estudantes quer também levar avante um “projecto de largo alcance que denuncie na prática o fracasso do sistema de universidades separadas por raças”.

Eco nos Estados Unidos

Nos centros educacionais dos Estados Unidos cresce também um sentimento contrário à política de discriminação racial sul-africana, num movimento sígnificado às manifestações contra a guerra do Vietname.

O movimento pretende obrigar os administradores das universidades a retirarem os seus investimentos das companhias norte-americanas que tenham negócios com o governo de minoria branca da África do Sul.

Recentemente, foram preso centenas de estudantes norte-americanos que protestavam contra o *apartheid*. “Alguns foram expulsos dos *campus* mas este é um preço mínimo comparado à disposição dos negros sul-africanos de morrerem pela sua liberdade”, declarou Joshua Nessen, do Comité Americano para a África, com sede em Nova Iorque.

Segundo Pedro Moguepa, do *Steve Biko Sit-In Committee* da Universidade da Califórnia, em Berkeley, os estudantes vinculam o *apartheid* na África do Sul ao racismo nos Estados Unidos.

Pelo menos 40 universidades têm alguma forma de restrição às empresas que levam a cabo negócios com a África do Sul, segundo informou o gabinete de Washington para a África.

“A esquerda latino-americana deve unir-se”

A dívida externa e a necessidade de pôr fim à injustiça social levam o virtual presidente Alan García a colocar a unidade continental, velha reivindicação do APRA, como o maior desafio do momento

A elevada votação obtida pelo candidato aprista Alan García (quase 49%) nas eleições realizadas no Peru, em 15 de Março, torna-o virtual presidente, embora constitucionalmente esteja prevista a realização de uma segunda volta, em data ainda a determinar, já que nenhuma das candidaturas alcançou 50% dos votos.

Em segundo lugar ficou Alfonso Barrantes, actual presidente da Câmara Municipal de Lima e candidato da Esquerda Unida, com 22%, o qual estaria disposto a renunciar à sua candidatura em favor de Alan García para evitar a realização do segundo escrutínio. No entanto, o debate surgido em torno desta possibilidade parece indicar que constitucionalmente ela não é viável. Para efeitos práticos, contudo, a eleição de Alan García é um facto¹.

Uma das consequências mais significativas da recente eleição é o quase total desaparecimento da direita do cenário político peruano. O situacionismo sofreu uma derrota estrondosa, perden-

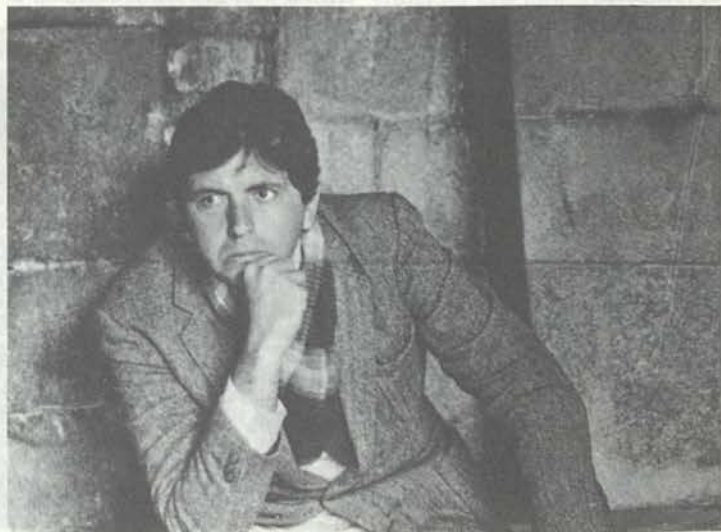
do quase 40% do eleitorado entre 1980 (ano em que Fernando Belaúnde venceu) e as eleições do mês de Março passado, quando obteve o pequeno índice de 5%, apenas suficiente para manter o registo eleitoral do partido.

Quanto ao APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), nunca havia ganho uma eleição desde que foi fundado no México, na década de 20, por Victor Raúl Haya de la Torre, o principal ideólogo do partido. Concebido inicialmente como

um movimento continental, a sua plataforma política defendia a ruptura do Estado oligárquico, o controlo do capital estrangeiro e o estímulo ao desenvolvimento industrial. O partido foi derrotado sucessivamente nas urnas nas décadas de 30 e 40, quando a conturbada vida política peruana alternava breves momentos de democracia com longos períodos ditatoriais, durante os quais o APRA se via condenado à clandestinidade.

Nas recentes eleições o APRA venceu por larga margem, em grande parte devido à atraente candidatura de Alan García, um advogado de 35 anos que na secretaria-geral imprimiu ao partido um rumo renovador, encaminhando-o para uma posição social-democrata, com uma linha programática que realça a necessidade de consolidar a reforma agrária iniciada pelo general Velasco Alvarado (1968-1975), com prioridade para a produção de alimentos.

Ao obter a maioria nas duas câmaras do Congresso, o APRA está numa posição privilegiada para levar avante a sua plataforma de governo, principalmente se se tiver em conta que poderão concretizar-se acordos espe-



O presidente eleito, Alan García: prioridade à produção de alimentos

¹ Já depois de editada esta matéria, o candidato da IU renunciou a concorrer à segunda volta, tornando-se Alan García o presidente eleito do país.



Haya de la Torre: uma linha independente a nível internacional

cíficos com a bancada da Esquerda Unida, a partir de coincidências programáticas. Será possível assim imprimir uma viragem à política peruana, atendendo à opção clara do eleitorado que se voltou em larga escala para os candidatos da oposição.

Alan García concedeu em Lima uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, realizada pelo nosso colaborador Cesar Arias Quincot, poucas horas após a realização das eleições, quando a sua vitória se delineava como a tendência preponderante das urnas. Eis as suas principais declarações, marcadas sem dúvida pelos momentos especiais que se viviam quando a entrevista foi realizada.

Quais são os problemas mais urgentes que o próximo governo terá que enfrentar?

— Há dois tipos de problemas: os económicos, entre os quais se destacam o emprego e a alimentação; e os sociais, como a violência e a corrupção. Insistimos que os nossos problemas são históricos e estruturais, mas assinalamos também que nos últimos cinco anos a situação tem piorado. A agricultura é cada vez menos produtiva e os camponeses que deixam a terra não encontram emprego na cidade. Diante disto é preciso voltar ao primeiro capítulo da história económica: a agricultura. Também é necessário reforçar a indústria. Apesar dos seus vícios e limitações, essa indústria dava emprego e gerava riqueza. A política do regime fê-la entrar em colapso diante da concorrência de "um mar" de importações que recebem todos os incentivos do governo.

Um problema que afecta o Peru, o México, o Brasil e a maior parte da América Latina é a dívida externa. O que propõe o APRA para superar esse desafio continental?

— Nenhum país poderá enfrentar esse problema sozinho. É

necessária a união, a solidariedade, da forma como a vêem os povos latino-americanos, às vezes com mais lucidez do que os seus governantes. Estou convencido de que nos próximos anos a realidade obrigará-nos a actuar solidariamente para dar solução ao endividamento externo.

Defender o não-alinhamento

A unidade continental é um tema já há muito levantado pelo APRA. O que pensa fazer o aprismo nesse campo? Qual será a sua política para a América Latina e o Terceiro Mundo?

— O aprismo pode ser considerado como precursor do não-alinhamento. Em 1927, ano do congresso anti-imperialista de Bruxelas, Haya de la Torre esboçou uma linha independente da III Internacional e da sua óptica euro-asiática.

Devemos defender a política terceiro-mundista e não-alinhada e dar especial vigor à integração latino-americana, renovando a diplomacia presidencial, aumentando os contactos mútuos para tratar de assuntos concretos que estabeleçam uma relação de solidariedade, um espírito de acção conjunta frente aos nossos graves e comuns problemas.



Na Praça de Armas da cidade andina de Cuzco, o candidato aprista realizou um dos seus maiores comícios



Belaúnde Terry e Alfonso Barrantes (em cima): dois projectos opostos. Para o primeiro, a destruição do legado de Velasco Alvarado (à dir.); para o líder da IU, dar continuidade à sua obra

O APRA apresentou-se como uma opção progressista e popular, frente à direita. Mas houve também outra candidatura, a de Alfonso Barrantes da Esquerda Unida, que ocupava esse espaço. Que semelhanças e diferenças havia entre essas candidaturas?

— O aprismo teve inspiração marxista, mas soube entender as particularidades desta região, em especial os problemas gerados pela acção imperialista. A nossa tarefa é de carácter nacional e de democracia avançada.

Não quisemos seguir as mesmas concepções da realidade europeia. Aqui, temos que enfrentar o imperialismo, congregando, para isso, vastos sectores sociais. Ao que se deve somar a necessidade de integração da América Latina e o estímulo ao cooperativismo.

Vejamos, durante longas décadas a luta do aprismo foi quase solitária, defendendo esse

marxismo "heterodoxo". Pouco a pouco o euro-comunismo, a social-democracia, as experiências revolucionárias do Terceiro Mundo foram superando as primitivas e rígidas concepções socialistas. Contudo, pesa ainda nos marxistas-leninistas uma carga do século XIX e uma epistemologia que nega a liberdade, valor que nós consideramos fundamental.

A esquerda latino-americana deve unir-se

No marxismo peruano, não há tentativas de apontar caminhos próprios?

— Creio que nos anos 30 Haya de la Torre foi o marxista mais importante do Peru. Ora, só Deus e os idiotas não mudam, e diante da realidade, diante dos factos, muitos marxistas-leninistas vêem as coisas com uma perspectiva mais criativa. Penso que a partir daí podemos coincidir. As esquerdas latino-americanas devem unir-se em favor de grandes projectos e creio que o mais importante, e o mais

temido pelo imperialismo, é a nossa unidade.

O Peru sofre a violência. Por um lado, a do Sendero Luminoso e por outro, as violações aos direitos humanos por parte do governo, alegando a necessidade de dar uma resposta ao desafio guerrilheiro. Como pensa enfrentar esse problema?

— Nós temos condenado o terrorismo. Mas acreditamos que deve ser enfrentado com moderação, sem cair na "argentinização". Também afirmamos que é necessário mudar o Peru, porque não faz sentido enfrentar o Sendero enquanto se mantém uma situação de injustiça social que alimenta a luta dos senderistas.

Existe uma situação de bloqueio institucional, as instituições do Peru desmoronam. Parece haver, no momento, um "salve-se quem puder". A legitimidade de um poder popular que nasce das urnas pode ser um ponto de partida para restaurar um correcto e democrático sentido de autoridade. (Cesar Arias Quincot) ●

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO

*Quem faz da imagem e dos sons
um instrumento para a promoção
do desenvolvimento, da educação,
do progresso, da paz, da Justiça,
e do bem estar social, sabe
que carinho é fundamental
para se atingir qualidade
beleza e eficiência.*



KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA.
TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia
e trabalhos de produção
Av. Patrice Lumumba, n.º 577 — Maputo — Moçambique
Tel. 28615-22413 — Cx. Postal 4645

O problema da legitimidade do poder

Sem um sólido apoio político, parlamentar e popular, não será possível ao novo governo enfrentar a crise. O que só se consegue com eleições livres e directas

A morte do presidente Tancredo Neves priva o país de um líder de expressão histórica. Não é fácil, no Brasil actuar durante meio século na vida pública, no governo e na oposição — como fez Tancredo — e manter-se não apenas íntegro e fiel às suas ideias, mas respeitado por todos. Tancredo Neves não foi um revolucionário, a sua visão do processo político não era a de um marxista, nem tão-pouco a de um socialista. As suas posições, muitas delas conservadoras, estavam longe, no entanto, de ser as de um reaccionário. O presidente morto não aceitava os princípios da luta de classes, que se chocavam com a sua interpretação de solidariedade religiosa, e procurava conduzir os conflitos sociais a soluções negociadas, expressão pública do seu espírito conciliador.

O fundamental dessa sua filosofia é que quando recorria à conciliação tomava sempre como ponto de partida, para as suas decisões, os interesses nacionais populares.

No efémero governo parlamentarista por ele liderado e que, como deputado, acompanhou de perto (1961-1962) — vistos como Tancredo actuava, quando as nossas posições se radicalizavam — em consequência do endurecimento das posições dos adversários — Tancredo Neves tinha uma palavra conciliadora, mas na hora da deci-

são, inclinava-se sempre para o lado dos interesses do Brasil e do seu povo.

O presidente morto tinha os seus métodos de acção que estavam ligados ao estilo da sua gente de Minas Gerais. Mas estava sempre atento aos movimentos sociais e com o espírito aberto para os novos tempos. Quando dizia que "o reatamento das relações diplomáticas com Cuba escapa à esfera política e é um problema de segurança nacional", ele frustrava as esperanças do país, que espera ver esse tema colocado noutros termos. Os meios políticos, quase unânimes a favor da normalização das relações com Havana, estavam no entanto certos de que, por den-

tro, Tancredo já estava, à sua maneira, a trabalhar nesse sentido, limando as resistências sectárias, com a alegação dos nossos interesses económicos e da tese de que a segurança nacional deve partir da independência diplomática.

A perda de uma liderança

O mesmo ocorria com o Pacto Social. Tancredo defendia-o, mas na prática condicionava-o, ao dizer que não se podia exigir mais sacrifícios aos trabalhadores. Ora, o que os grandes empresários querem é a "paz social" com o aumento dos seus lucros.

Estas posições que se poderiam considerar democráticas, populares e nacionalistas, criaram em torno de Tancredo Neves a justa aura da credibilidade, factor de grande importância num país que, na correcta expressão do deputado federal José Eudes, "vive hoje uma enorme crise política de legitimidade".

O maior problema que se criou para o Brasil com a morte de Tancredo é que o povo se



As honras fúnebres em memória do presidente Tancredo Neves (Brasília)



Sarney era até há pouco o líder mais destacado do regime militar

viu subitamente desamparado, envolvido por um profundo ceticismo em relação ao futuro.

Além das razões que decorrem das posições assumidas pelo presidente morto na sua longa vida política, há uma outra circunstância evidente: o povo perde uma liderança forte e sente que o Brasil cai no vazio.

Num país onde as instituições políticas são historicamente débeis, o carisma, a simpatia humana, a biografia, a coerência de Tancredo Neves supriam na confiança popular a carência de partidos fortes e de uma organização popular e sindical mais ampla.

José Sarney era, até há pouco, o líder mais destacado do regime autoritário no campo partidário. Exerceu, sob a ditadura, os postos políticos mais importantes: governador, senador, presidente da ARENA, presidente do Partido Democrático Social (PDS) — todos eles criações do regime — membro influente do alto comando político do sistema dominante.

Durante a ditadura

José Sarney ocupou posições de tal confiança do regime que, das duas uma; ou fazia-o por oportunismo ou por adesão sincera. Em qualquer das hipóteses, o saldo é negativo.

Durante toda a ditadura, as

acções, declarações e silêncios de Sarney ajudaram a moldar, no julgamento do povo, a sua imagem política como a de um dirigente identificado com o sistema dominante, com toda a carga negativa que isso representa. A sua luta contra as eleições directas foi um momento culminante dessa fidelidade política ao autoritarismo.

Sem dúvida que a ruptura de Sarney e dos demais dirigentes da Aliança Democrática com o governo, no final do mandato do general Figueiredo, e a sua adesão a Tancredo Neves foi um facto importante e que influiu na vitória da oposição no Colégio Eleitoral. Também a sua posição no interinato da presidência foi correcta, evitando que a corrida aos cargos se desencadeasse, com maior fúria, quando o presidente Tancredo Neves ainda estava vivo.

A solução eleitoral

Mas os desafios institucionais e de política governamental serão duros e decisivos nos tempos imediatos. O maior deles é a convocação do povo para uma eleição directa que inclua o presidente e o vice-presidente, os congressistas com poderes constituintes, além dos presidentes de câmara das capitais e, possivelmente, também os dos municípios e vereadores.

A data mais indicada seria 15 de Novembro de 1986, assegurando, além da legitimação democrática de todos os poderes da República, uma outra conquista fundamental para a estabilidade política: a simultaneidade dos mandatos.

Se isso for feito, o actual governo — presidente, ministros e o próprio Congresso — ganhará uma nova autoridade, que lhe permitirá enfrentar com apoio popular e político os gravíssimos problemas da actual conjuntura.

A ausência de uma sólida coordenação política e administrativa, reclamada por muitos inclusive pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, as rachas no seio da coligação situacionista, as resistências no parlamento, as greves que se alastram, tudo isto faz prever tempos mais difíceis no futuro imediato.

Quando o governo decidir a sua política financeira e revelar como irá encarar o problema da dívida — a externa e a interna —, enfrentar a desordem administrativa e fiscal, a discriminação regional, a inflação e o desemprego, aí sim, terá metido a mão no fogo. Com uma legitimidade contestada, mesmo com boas intenções, faltar-lhe-ão forças para dominar a crise.

Nestes últimos anos, o povo brasileiro avançou muito em politização e em consciência dos interesses nacionais. E também em capacidade de mobilização. A sua presença será um factor importante nos decisivos dias que o país vive.

Com um programa de salvaguarda nacional e de democracia através do voto, o governo poderá superar a terrível herança da ditadura e construir com o povo as bases de uma democracia estável que não seja a fachada de um domínio dos ricos e privilegiados, mas o instrumento das transformações da sociedade brasileira com base na igualdade e na justiça. (Neiva Moreira)

Moratória no fluxo de armas

Como primeira medida para se chegar a um cessar-fogo que propicie a solução negociada, os rebeldes propõem a interrupção do fluxo de armamentos, sujeito a controlo internacional

Na qualidade de presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), braço político do movimento guerrilheiro salvadorenho, Guillermo Ungo tornou-se um dos principais porta-vozes dos rebeldes a nível internacional. Participou dos dois encontros entre o governo de Napoleón Duarte e a FDR-FMLN, actuando também no cenário internacional na qualidade de vice-presidente para a América Latina da Internacional Socialista.

Guillermo Ungo fez recentemente uma viagem de carácter privado a vários países sul-americanos. No Rio de Janeiro, concedeu-nos uma longa entrevista exclusiva, na qual foram abordados os temas mais candentes da conjuntura salvadorenha, as consequências das recentes eleições legislativas, nas quais a Democracia Cristã obteve uma ampla maioria, e a proposta de reinício do diálogo feita pela FDR-FMLN e, em princípio, reusada por Duarte. Foram estas as suas principais declarações:

A situação militar

"A FMLN está em vantagem, embora esta ainda seja insuficiente para definir o conflito em termos militares, a curto prazo. Um prolongamento da guerra — que dará à FMLN melhores posi-

ções militares — tem um alto custo económico, humano e político.

"A guerrilha derrotou batalhões do exército e, em compensação, o exército não conseguiu derrotar sequer uma única unidade básica da guerrilha."

A estratégia norte-americana

"Para não se envolver directamente e em larga escala na guerra, os Estados Unidos têm manipulado uma estratégia a médio e a longo prazo de conflito de pequena intensidade, que não exija uma definição a curto prazo. Mas, a cada dia que passa, es-

sa estratégia exige deles maiores recursos e um aumento do apoio popular. Se não for assim, fracassam.

"Por essa razão, o governo salvadorenho recebeu mais de mil milhões de dólares em cinco anos, sendo um terço estritamente como ajuda militar e o restante em função dela.

"Logo que fique evidente a inviabilidade dessa estratégia, a administração republicana vai ter que agir por si mesma, ou então terá que procurar uma solução política. Neste momento, a guerrilha causa entre 400 a 500 baixas por mês ao exército, entre mortos e feridos. É uma perda difícil de colmatar e que vai implicar na elaboração de uma nova lei de recrutamento obrigatório, mais coerciva que a anterior.

O papel de Duarte

"O presidente representa um papel ambivalente. É e pode ser no futuro o melhor salvo-conduto de Reagan para a sua estratégia de solução militar. Mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que ele também tem



Ungo: "Um prolongamento da guerra tem um alto custo político"



A igreja de La Palma, sede do histórico diálogo entre Duarte e a FMLN

interesses próprios, assim como a Democracia Cristã Internacional. É aí que reside a ambivalência de Duarte; ele pode ser o homem que, segundo as circunstâncias, favoreça a invasão norte-americana, ou, ao contrário, dê força ao processo de negociação e de diálogo.

“Por isso, não somos nem optimistas nem pessimistas. Temos que deixar que os acontecimentos se desenrolem e procurar contribuir para que Duarte tenha um papel construtivo.”

Os resultados de La Palma e Ayagualo¹

“Pressionados por Duarte, a administração Reagan, o alto comando militar e certos sectores da direita moderada — que normalmente seguem o exército — participaram do diálogo, embora sem entusiasmo.

“Os resultados de La Palma, mesmo modestos, foram positivos. Esse primeiro encontro pressupôs um compromisso de am-

bas as partes e deveria ter conduzido a um outro mais amplo. O comunicado do encontro diz que “o diálogo é responsabilidade de todos”. Dever-se-ia abri-lo aos sectores sociais, económicos, religiosos, culturais e políticos. Foi constituída uma comissão conjunta que devia dar continuidade ao diálogo. Por isso, a extrema-direita começa a atacá-lo. E o exército e Reagan também. Proclamam ‘diálogo, sim!’, mas na prática agem de acordo com a palavra-de-ordem ‘negociações, não!’.

“Aparece, porém, um elemento novo: o diálogo passa a ser conduzido pelo povo. De forma incipiente, ainda, mas é um facto que não pode ser desconhecido pelo governo. Duarte usou-o como bandeira eleitoral, apresentando-se como o único interlocutor possível após as eleições. Agora, com a vitória da Democracia Cristã, já não lhe resta mais pretextos para continuar a congelar o diálogo.”

As perspectivas da negociação

“Sem resultados concretos, o diálogo desgasta-se rapidamente. O povo considera-o vital. Por

isso, actualmente, o nosso primeiro objectivo é conseguir uma terceira reunião, que conduza resultados palpáveis. Propusemos, imediatamente após as eleições, uma reunião no departamento de Morazán, que deveria ter acontecido em 21 de Abril. A proposta foi levada a Duarte pelo mediador do conflito, o bispo de San Salvador, d. Rivera y Damas.

“O presidente recusou a nossa proposta por considerá-la ‘prematura’ e comunicou-se conosco através dos meios de comunicação e não do mediador como seria normal. É negativo que Duarte confunda o papel de Rivera y Damas. Ele está a transformá-lo num mensageiro em vez de intermediário, que deve transmitir posições e propostas e ao mesmo tempo elaborar novas fórmulas que contribuam para o desenvolvimento do diálogo.”

As propostas concretas da FMLN

“Se o diálogo for avante, nós proporemos em primeiro lugar a humanização da guerra. Algo que todos reclamam, desde os organismos internacionais como a ONU até à opinião pública mundial. Em segundo lugar, proporemos a redução da sabotagem. Não é possível que se exija só da FMLN o cumprimento dos acordos que foi estabelecido nos acordos.

“O exército pratica a sabotagem de uma forma desumana não para atingir alvos estratégicos directamente ligados à guerra ou à oligarquia, como procuram as operações de sabotagem da FMLN. O exército dirige as suas acções principalmente contra os segmentos sociais mais pobres, com a destruição em larga escala das colheitas e bombas de elementos sobre a população civil e o seu habitat.

“Pretendemos garantir também avanços no terreno político. Duarte afirma que há demor-

¹ La Palma e Ayagualo, localidades onde ocorreram os encontros entre o governo salvadorenho e os guerrilheiros.

eracia em El Salvador. Como pode haver democracia num país onde o terrorismo é praticado em larga escala? Onde vigora há cinco anos a suspensão das garantias individuais? Onde vigora o estado de sítio? (Que, além disso, se aplica apenas a nós, porque a direita goza de todas as liberdades).

"Por último, pretendemos conseguir acordos no plano estritamente militar. O presidente afirmou que quer nacionalizar o conflito. Estamos de acordo. Mas para Duarte, nacionalizar o conflito significa rejeitar a presença de testemunhas internacionais. Isso parece-nos mesquinho e falso. Ele sabe que essas testemunhas não substituem as partes e servem para dar maior seriedade e credibilidade às negociações.

"Nós propomos a nacionalização do diálogo através de uma moratória no fluxo logístico de armas, de ambos os lados, sujeita a controlo internacional.

"Reagan baseia toda a sua política de agressão à Nicarágua numa suposta 'exportação da sua revolução' para El Salvador, apoiando logisticamente a FMLN. Oferecemos uma prova, submetamos ambas as partes a uma moratória no fluxo de armas. Isso nacionalizará o diálogo e ao mesmo tempo daria uma maior contribuição para levar ambas as partes à mesa de negociações."

proposta de Duarte

"O que o presidente propõe é uma rendição com perdão. É uma proposta simplista, um jogo de aparências. Propõe que entreguemos as armas em troca de um falso perdão. Nós estamos a ganhar a guerra, porque nos encontramos na ofensiva. Nós é que teríamos que pedir a rendição do exército. Não o fazemos porque isso nos parece irreal, além de demagógico.

"E é um falso perdão porque



Duarte: um jogo de aparências

os esquadrões da morte não estão desmantelados. Duarte chama-nos a depor as armas para acabarmos no cemitério.

"Quanto à amnistia proposta pelo governo, ela é mais dirigida à extrema-direita do que a nós. O texto da proposta afirma que se trata de uma amnistia para 'todos aqueles directa ou indirectamente vinculados a delitos e crimes políticos'. Isso serviria para dar impunidade aos esquadrões da morte, que já assas-

sinaram mais de 50 mil salvadorenhos.

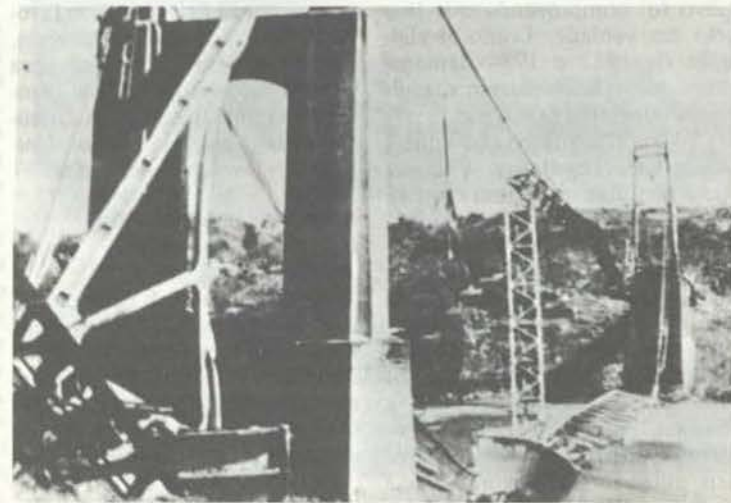
"Se Duarte perdoa os corpos de segurança, é evidente que não poderá proceder a um expurgo, e é exactamente isso que os norte-americanos querem: evitar a depuração."

A posição do exército

"Foi significativo que através de 19 chefes militares que representam todo o estado-maior e na palavra do ministro da Defesa, o exército tenha decidido apoiar os resultados eleitorais, a vitória da Democracia Cristã. As forças armadas solicitaram à extrema-direita que acatasse esse resultado.

"Apresentaram-se assim como um partido político que subordina todos os demais e assim foi acatado por todos. Mas concluíram a sua mensagem afirmando que 'é necessário que nos unamos contra o inimigo comum, que são os subversivos'.

"Para salvar o sistema, as forças armadas só podiam fazer o que fizeram: apoiar o resultado eleitoral, ou seja, apoiar Duarte. Mas já lhe pedem que se porte bem com a extrema-direita. Contudo, não devemos deixar de levar em conta que



A FDR-FMLN propõe terminar com a sabotagem, de ambas as partes



“As eleições foram-se desgastando e não conduziram à paz”

houve também uma exortação à extrema-direita para se alinhar com Duarte, ou seja, trabalhar no terreno político.”

A receptividade da população às eleições

“As eleições desgastaram-se. Elas foram apresentadas como uma falsa alternativa ao diálogo. ‘Eleições para a paz’, dizia uma das palavras-de ordem. E o povo foi comprovando que isso não era verdade. Como as eleições de 1982 e 1984 demonstram, elas não conduzem a resultados concretos para a paz.

“Além disso ficou claro que a Assembleia Legislativa — desgastada por discussões sem conteúdo entre os diferentes partidos — tem um papel mínimo no diálogo. Os factores reais de poder estão no exército, na administração norte-americana, na oligarquia e em nós. Duarte exerce um papel mas não é o principal protagonista. Porém, com a maioria que obteve, o presidente pode agora promover leis especiais. Até agora as leis especiais só são aplicadas a nós,

que temos quase 400 presos políticos. A legislação que Duarte pode avançar abrange o terreno político, económico e social. Temos que estar atentos para ver o que o presidente promove.”

A conjuntura regional

“Não se pode aplicar a ‘teoria do domínio’ ao contrário. Não há determinismo. Não devemos cair nessas armadilhas. Mas sem dúvida há influências. Se o diálogo avança em El Salvador, isso favorece a Nicarágua. E vice-versa. Na medida em que a Nicarágua consiga consolidar a sua revolução e concretizar certos entendimentos com os Estados Unidos, isso favorece El Salvador.”

A situação nas diferentes regiões salvadorenhas

“Nas regiões sob controlo da FMLN conseguiram-se avanços no poder popular. Os membros das comunidades elegeram as suas próprias autoridades e têm desempenhado funções político-administrativas, planificando em carácter primário as tarefas de um Estado, as funções de produ-

ção, saúde e educação. Os sacades e leigos desenvolvem também tarefas pastorais e religiosas.

“Ao nível urbano, onde a vida social e política é controlada pelo exército, a situação é mais difícil. Depois das eleições presidenciais e da vitória de Duarte, os esquadrões actuais diminuíram, e certos partidos, como meu (o Movimento Nacional Revolucionário, MNR) conseguiram publicar algumas tomadas de posição, além de se terem desenvolvido algumas actividades e defesa dos direitos humanos.

“Houve também um forte desenvolvimento do sector sindical que não está directamente ligado ao FDR-FMLN. De há um ano para cá, houve uma forte revitalização dos movimentos grevistas e reivindicativos, sobretudo no magistério, a nível universitário e no sector do Estado, e também, embora de forma ainda incipiente, no sector privado. Mas aí não apenas a repressão oficial é exercida, como também a direita, a da oligarquia. Por isso nas reivindicações públicas seguimos sempre a desmilitarização dos centros de trabalho.

“Outro aspecto é a reacção do processo político de massas que ocorrem a partir do diálogo de La Palma. Esse diálogo é o reconhecimento de que existem dois exércitos, dois poderes, duas alternativas políticas em El Salvador. Isso teve repercussões internas muito importantes, sobretudo nas áreas urbanas, onde o aparelho ideológico e os métodos de comunicação nos excluíam alienavam as massas mais desformadas. Foi como uma ‘caixa da Pandora’ que se abriu. Durante dois dias, estivemos na grande imprensa, na vida do país, mostrando os nossos rostos. Isso aproximou-nos de sectores populares importantes.

“Razão porque agora Duarte tem problemas para reiniciar o diálogo e decidir-se a levar por diante os próximos encontros. (Betz Bissio e Maluza Stein)

“Eles destroem e nós voltamos a construir”

Os Poderes Populares por dentro, através do depoimento de um camponês que chegou à vice-presidência da primeira Junta de Governo Subregional da FMLN

Enrique Rodrigues é um camponês originário da província de Chalatenango, situada na parte norte de El Salvador. Tal como os seus pais, foi durante largo tempo um lavrador que se dedicava ao cultivo do feijão, milho e hortaliças. No ano de 1973 incorporou-se na luta contra o poder oligárquico e as forças ao seu serviço.

Logo no início, sentiu necessidade de aprender a ler e a escrever, no que foi ajudado pelos seus companheiros. Foi essa a única escola que frequentou em toda a sua vida. A primeira responsabilidade que recebeu no plano político foi a direcção do sector de finanças da União dos Trabalhadores Camponeses. (Com bom humor, recorda hoje como ele e outros membros do Comité de Base da UTC ficavam meio perdidos nas reuniões porque não sabiam como preparar uma agenda de trabalho) Mais tarde foi eleito como secretário da Autodefesa da UTC. Nesse cargo tinha como tarefa garantir a segurança, principalmente durante as manifestações públicas. Durante uma das numerosas operações de busca na capital, foi preso e torturado durante um mês e meio. Até hoje tem o cor-

po marcado pelos golpes e queimaduras que lhe aplicaram.

Logo que foi libertado, voltou à luta, desta vez como responsável da Secretaria de Saúde da UTC. Mais tarde tornou-se responsável da Produção de Guerra, trabalho de apoio directo à guerrilha. Em 1981 dedicou-se à organização das primeiras áreas de Poder Popular. Nomeado pela FMLN como responsável dos Comités de Base, percorreu a pé toda a província de Chalatenango. Finalmente, em 1982, teve sob a

sua responsabilidade o Poder Popular Local de Amates, o primeiro fundado em El Salvador. Um ano depois foi-lhe confiada a direcção dos sete PPL já existentes. Em Setembro do ano seguinte, foi eleito vice-presidente da Junta de Governo Sub-Regional.

Como situa a origem dos Poderes Populares?

— Bom, eles têm antecedentes históricos. Em 1975 surgem as organizações de operários e camponeses, apoiadas pelos demais sectores oprimidos. Verifica-se então, no seio do povo, uma luta política e ideológica constante. Nos anos que vão de 1976 a 1980 a luta já engloba todo o povo. Os operários exigem melhores condições de vida, os estudantes têm as suas reivindicações, os camponeses pedem trabalho e arrendamento de terras, aumento de salários, direitos de organização, diminuição nos preços dos insecticidas. E todos exigem a libertação dos presos políticos. Nesse período ocorreram massacres em massa, atingindo também indistintamente professores, sacerdotes e até freiras.

Isto obrigou a que abandonássemos os nossos haveres, saís-



A luta dos camponeses pela terra intensificou-se nos anos 70

semos das cidades à procura de lugares onde pudéssemos proteger-nos do exército repressivo. Desta forma, com a luta constante de todo o povo e a expansão da FMLN, em 1981 aparecem regiões sob controlo popular. As pessoas e grupos de famílias estabelecidas nestes locais organizam-se em Comitês de Base, onde elegem os seus próprios dirigentes.

Estes comitês entram em coordenação com outros mais próximos e formam o Poder Popular Local. Por sua vez, os PPL são produto de eleições nas quais participam toda a população de uma determinada área.

Este processo é dirigido por

velhos, pelo seu lado, participam segundo as suas possibilidades, de acordo com as suas forças. Há senhoras de idade muito avançada, por exemplo, que cuidam das crianças pequenas, moem milho ou ajudam noutras tarefas igualmente importantes. Em ambos os casos, o voto foi um direito que elas adquiriram através do seu trabalho para a revolução salvadoreña.

Quanto aos candidatos, como são indicados? É a FMLN que escolhe ou isso cabe ao povo?

— São indicados pela população. Depois de escolhidos, estes são submetidos à votação popular, na qual, sem nenhum tipo de

importantes e recebem assim todo o reconhecimento do nosso povo.

Os poderes populares

Qual é a estrutura e funções dos Poderes Populares?

— Na direcção de um PP há um presidente que é assessorado por secretários. Por sua vez, este têm sob a sua responsabilidade as seguintes áreas: produção, economia, saúde, educação, assuntos jurídicos e autodefesa. Esta estrutura político-administrativa garante a produção, abastecimento, o comércio e tem poder para estabelecer jurisdição. Através destes organismos a população tem assegurado o funcionamento de serviços importantes para a circulação de mercadorias, a criação de postos para cuidados médicos, o controlo de natalidade e de óbitos, as campanhas de alfabetização de crianças e adultos, a segurança, etc. O trabalho do grupo é realizado de forma colectiva.

Inicialmente os mandatos eram de apenas seis meses. Com a experiência adquirida no primeiro governo, chegou-se à conclusão de que era mais conveniente ampliá-los para um ano.

Um governo, para funcionar necessita de bases materiais. Com que fundos contam vocês para atender às necessidades administrativas do dia-a-dia?

— Bem, a população dessas áreas continua a trabalhar e a produzir, apesar das dificuldades impostas pela guerra. Cabe aos Poderes Populares Locais não a compra dessa produção como a sua comercialização noutras áreas. Uma parte dos problemas económicos é solucionada através das Lojas Populares. Estabelecidas sob controlo directo dos PPL, os produtos são vendidos à população. Os lucros obtidos são investidos no interesse da comunidade através da aquisição de novos artigos de consumo.



A mulher também ocupa cargos de responsabilidade

uma junta eleitoral que tem validade apenas para esse período. É ela que garante a data, a hora e procedimento das eleições. Todas as pessoas dos treze aos oitenta anos, desde que caminhe, veja, escute e fale, tem direito a voto. A legislação do governo, pelo contrário, proíbe a participação de pessoas com idade inferior a 18 anos e mais de sessenta. Nós garantimos o direito de voto às crianças porque desde cedo elas se incorporam no processo de luta. Começam como correios e chegam até combatentes. Os

discriminação, homens e mulheres participam em pé de igualdade. Se se quiser um exemplo da presença da mulher nos órgãos de direcção pode-se citar o caso da camponesa "Maria", que é presidente da Junta de Governo Sub-Regional. E em cada Poder Popular Local há igualmente companheiras com cargos de responsabilidade. As mulheres encontram-se incorporadas em tarefas relacionadas com a saúde, a educação e ainda com o nosso exército revolucionário. Elas têm a mesma capacidade que o homem, desempenham trabalhos

mo. Por vezes surge a necessidade de um apoio mais directo a determinados serviços, como a educação e a saúde. Nesses casos são fornecidos aos professores e pessoal de trabalho sanitário géneros alimentícios e de higiene pessoal. Existem também as lojas particulares, que vendem ao mesmo preço das populares e com idêntica margem de lucro, 10%. Quanto aos preços de alguns géneros alimentícios, para efeito de comparação entre os que vigoram na capital e os vigentes nas zonas de controlo popular, vale a pena citar como exemplo o milho e o feijão. Enquanto em San Salvador o primeiro custa 20 colonos o *medio* (44 quilos) nas Lojas Populares o preço é de apenas 5 colonos. Para o feijão, a mesma medida será adquirida na capital a 50 colonos contra apenas 11 nas áreas administradas pela guerrilha.

Produzir para resistir

Que tipos de produtos são elaborados nas regiões de Poder Popular?

— Uma parte do que consumimos é produzido localmente. Por exemplo, certos medicamentos são de origem caseira. Trata-se de remédios tradicionais, muito conhecidos do nosso povo. Para responder às nossas necessidades, fabricamos, por exemplo, xarope para combater o paludismo e álcool para os primeiros socorros. A outra parte do que necessitamos é comprada nas cidades. Há também aqueles artigos, sobretudo os relacionados com a saúde, que nos são oferecidos pela comunidade internacional. Infelizmente não contamos ainda com locais apropriados para a fabricação de instrumentos cirúrgicos. Esta é uma das limitações que enfrentam os nossos hospitais.

No que respeita às escolas, apesar de os nossos carpinteiros fazerem cadeiras, bancos e me-



Enquanto os PPL dão resposta às necessidades das áreas controladas...

...o material existente é insuficiente. Os alunos — sejam eles crianças ou adultos — são obrigados a sentarem-se em troncos, pedras ou no próprio chão. Faltam ardósias, giz e brinquedos educativos, mas as nossas escolas continuam a funcionar. Mão-de-obra nós temos, o problema está na carência de recursos económicos, pois muitas coisas não podem ser simplesmente improvisadas com o que existe no local.

Considerado o período passado, como vê o desenvolvimento dos Poderes Populares?

— É muito positivo. Em primeiro lugar, conseguiu-se o respeito da população. Um exemplo que posso citar é o reconhecimento do lugar que de direito cabe à mulher. Por outro lado, foi possível alfabetizar todo o povo que se encontra nas áreas administradas pelos PPL. No campo da saúde, há hoje em cada base um posto com medicamentos e a nível de PPL instalamos uma clínica. No que respeita à produção, ela encontra-se organizada em três áreas: familiar, de base e comunal. Pequenos centros para a produção de sapatos e roupas foram criados, o mesmo se passando com os destinados ao fabrico de artesanatos, velas e flores. Funcionam



...o exército governamental está cada vez mais desmoralizado

também algumas cooperativas, como as de pesca.

O que distingue cada tipo de produção acima mencionada?

— Na familiar, aqueles que assim produzem dispõem do seu destino de acordo com os seus próprios planos. Se querem vendê-la totalmente ou em parte, esta é uma questão que diz respeito apenas ao produtor. A produção de base é consequência de um trabalho colectivo. O produto final está destinado a solucionar os problemas que a comunidade enfrenta, tais como: manter um professor, montar uma clínica, sustentar as crianças órfãs, os idosos ou aqueles que têm que



As Milícias Populares garantem a segurança nas zonas libertadas

executar algumas tarefas a tempo inteiro. Trata-se de um tipo de produção no qual se incorporam crianças, mulheres e homens. Finalmente, a de nível comunal é levada a cabo de forma conjunta por todos os PPL. Uma parte dos produtos é destinada à FMLN, isto porque as nossas forças revolucionárias desempenham um papel de vanguarda na luta contra o inimigo. Em algumas ocasiões, os combatentes também participam na produção. Sempre que há uma situação de emergência, uma parte do nosso exército guerrilheiro é chamada a apoiar aqueles que trabalham a terra.

O papel das Milícias Populares

Um dos factores de segurança das áreas libertadas pela guerrilha encontra-se nas Milícias Populares. Quais as tarefas que elas devem desempenhar?

— A finalidade do seu trabalho é de garantir a vida da população que habita uma determinada área. Dia e noite organizam a vigilância em benefício desses companheiros. Formam grupos de quinze famílias em cada povoado. Esta organização permite colocar de forma ordenada os habitantes de uma determinada

área em abrigos subterrâneos ou garantir uma retirada segura quando há um ataque inimigo. Além da abertura de valas de protecção e comunicação desses abrigos, elas encarregam-se da evacuação dos feridos para os centros de assistência médica e do transporte de mercadorias.

Numa região recém-libertada deve-se encontrar uma situação complicada do ponto de vista social. Como abordam os PPL problemas como a delinquência juvenil, roubos, prostituição e outros desvios semelhantes?

— Como antes mencionei, os PP conseguiram o respeito da população. A maneira de actuar é a seguinte: sempre que um companheiro não cumpre as normas de segurança e disciplina é punido.

No caso da delinquência juvenil, como nos demais, a questão é tratada de forma humana. Quando um jovem é levado para um centro de recuperação, onde recebe toda a atenção material que nos é possível dar, vem um companheiro para estudar com ele, em termos políticos, as razões do seu procedimento. Quando se chega à conclusão de que a pessoa está disposta a recuperar-se, reúne-se toda a popu-

lação, procede-se à apresentação do problema e pede-se a todos que colaborem na recuperação da pessoa em causa. Ela, por sua vez, compromete-se publicamente a mudar de vida e a trabalhar em benefício da comunidade. E os resultados são bons.

O centro que acima mencionei, denominamo-lo "Escola de Educação" e é para ela que são enviados os companheiros que tenham agido mal. Aí recebem orientação e formação política para que não voltem a cometer erros. Os problemas que enfrentámos na região eram o banditismo, o alcoolismo e a prostituição. Para superar esta situação decidimos aplicar sanções de acordo com a falta cometida. Por exemplo, se uma pessoa que tenha uma, duas ou três mulheres com filhos, dedica apenas dois dias à produção comunal, os PP obrigam-no a trabalhar uma semana. Se outro destrui uma árvore, deverá plantar no lugar dela três. E assim sucessivamente. Como pode ver, a aplicação de sanções tem antes de mais nada um sentido educativo. Ela vem sempre acompanhada de um trabalho político no seio da população.

As regiões sob Poder Popular são consideradas alvos militares por parte do governo. Como são desencadeadas as operações militares inimigas contra essas áreas?

— Desde 1980 que utilizam muito a artilharia. Houve lugares que sofreram ataques duas vezes por dia. A artilharia vem com frequência acompanhada pela infantaria e por aviões bombarderos. Também participam destes ataques helicópteros armados com metralhadoras de grande calibre. Pessoalmente tive experiência de alguns ataques directamente contra a população civil em fuga. Jocotillo, Jicarito, Patamera, Los Albertos e Heroies de Octubre são alguns povoados de Poder Popular que foram atacados em larga escala pelo inimigo.

Apesar de arrasados, o nosso povo voltou a reconstruí-los. E assim prosseguimos: eles destroem e nós voltamos a construir. Estes ataques obrigaram uma parte da população a viver em cavernas, o que tem ocasionado a morte de crianças e pessoas de idade que não suportam a humidade.

Que tipos de bombas tem empregue o governo contra essas áreas?

Em algumas regiões, desde 1972 que emprega as bombas de fósforo branco. Lançadas de aviões bombardeiros norte-americanos ao serviço do exército salvadorenho, causaram grandes danos nas áreas atingidas. Os alvos preferidos, no entanto, são os grupos de pessoas em fuga. Por menor que seja a quantidade que caia sobre a pele — mesmo que não passe de um pingão — vai queimando a carne em todos os

sentidos. Quando isso acontece, uma forma que encontramos de neutralizar os efeitos é cobrindo o local com terra ou areia molhada. Alguns companheiros perderam a vida ou ficaram bastante queimados porque se deixaram dominar pelo pânico: nunca se deve soprar a zona afectada ou correr, como eles fizeram. Quanto mais se sopra mais o fósforo devora a carne.

Outro tipo de bombas também empregues são as incendiárias. Ao caírem em determinado local, incendiam tudo em redor. Colheitas, animais, móveis, pessoas, tudo, absolutamente tudo, fica como carvão. Nesses casos, a nossa melhor protecção são os abrigos subterrâneos. Lá dentro somos abalados pelos tremendos estrondos que elas fazem ao cair. Mas, como actuam apenas na superfície, não chegam a ser tão devastadoras como as de demolição.

Entre 1980 e 1982, foram lançadas bombas que abriam crateras de 15 metros. Grandes áreas ficaram como que cobertas de pequenos vulcões. Para o nosso povo, isso constitui um problema. Como em determinada área a terra boa para cultivo tem uma profundidade que varia de um palmo a um metro, toda a região passou a estar coberta de rochas e areia. Durante muito tempo não se poderá plantar nada. Ultimamente, o inimigo optou por uma outra bomba que actua a menor profundidade mas que tem um poder destrutivo maior.

Porém, apesar das dificuldades assinaladas, os Poderes Populares consolidam-se. O que constitui uma demonstração de aceitação e do apoio que o nosso povo lhes concede. Eles existem porque o povo salvadorenho, sob a vanguarda da FMLN, assim o decidiu. (Etevaldo Hipólito) ●

MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PERMANENTE



Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES.

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

Cai o prestígio do governo

As medidas económicas determinaram o aumento da mobilização popular e o presidente Blanco responde com maior repressão

Quando o governo social-democrata de Salvador Jorge Blanco ordenou um cerco militar à residência do ex-presidente Juan Bosch — medida que Joaquín Balaguer não chegou a tomar durante os seus 12 anos de governo repressivo — cerca de mil detenções já haviam ocorrido em diversos bairros e localidades do país, desde que, em 24 de Janeiro, começaram as grandes manifestações contra as medidas económicas anunciadas no dia anterior pelo presidente da República. O cerco militar teve que ser rapidamente levantado devido aos protestos generalizados que de imediato aconteceram. Contudo, as detenções em massa continuaram até 11 de Fevereiro, quando a jornada de luta culminou com uma greve geral de 24 horas.

Também em Abril de 1984, grandes mobilizações populares haviam ocorrido quando medidas recessivas foram anunciadas. O saldo na altura foi superior a 100 mortos.

Nessa ocasião, com o objectivo de conter os protestos populares, o presidente Jorge Blanco anunciou com particular destaque, num discurso pronunciado em plena crise, várias medidas de assistência social (seguro médico, planos de habitação, programas de venda a preço popular de medicamentos e alimen-



Salvador Jorge Blanco

tos, aumentos salariais, etc.).

Durante os dois dias posteriores ao discurso apenas ocorreram pequenas e isoladas acções de protesto, o que fez com que Jorge Blanco considerasse que havia contornado a situação. As manifestações violentas anunciadas pela esquerda não aconteceram.

Contudo, o governo do PRD estava longe de suspeitar que um ano depois teria que enfrentar um novo tipo de protesto popular (paralisações de duração limitada), contra a qual as forças de

segurança estacionadas na capital e nas principais cidades do país eram impotentes.

Paralisações laborais

Depois de isoladas manifestações de protesto (assaltos a postos estatais de venda de alimentos, incêndio de veículos e explosões de bombas de fabrico artesanal), entre 28 de Janeiro e 10 de Fevereiro — um dia antes da realização da greve geral nacional — produziram-se mais de 100 paralisações abrangendo vários sectores em todo o país. As primeiras tiveram como cenário as zonas periféricas da capital, mas imediatamente estenderam-se a outras províncias, sobretudo no norte e no sul.

Diariamente, através de panfletos e de outros meios semelhantes, os Comitês de Luta Popular (CLP) provocaram a paralisação de bairros e localidades onde, sem recorrer à violência, eram interrompidas as actividades comerciais, escolares, transportes, etc. A eficácia desta nova forma de luta foi de imediato percebida tanto pelos seus organizadores, os CLP, como pelo próprio governo.

Os apelos dos CLP conseguiram num só dia paralisar mais de 40 bairros de diferentes províncias do país, enquanto coordenava a realização de uma greve geral nacional. O governo, temendo as implicações políticas das mobilizações, iniciou uma grande campanha de desinformação em todos os meios de comunicação, para chamar à reflexão e tentar desacreditar as paralisações. Foram publicados comunicados de diversas organizações patronais ou vinculadas ao poder repudiando o movimento e apoiando o governo.

Mas as paralisações continuaram, criando as condições para a

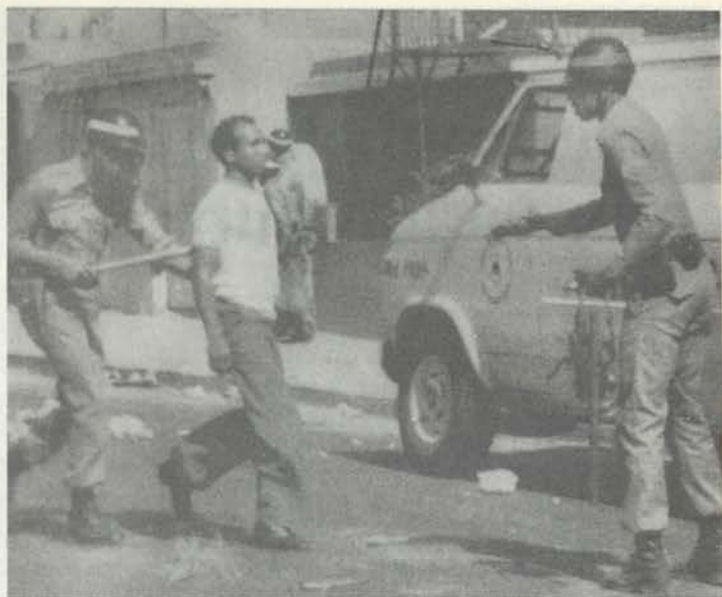
greve geral nacional. Alguns sectores empresariais começaram a temer o rumo que os acontecimentos levavam. A imprensa, que na sua quase totalidade havia declarado que os protestos populares pacíficos eram uma prova das liberdades que o regime democrático do PRD oferecia, mudou o seu discurso e começou a publicar editoriais censurando as paralisações. Foi denunciada a suposta existência de um *complot* político para desestabilizar o governo, acusando-se que por detrás dos CLP se escondiam "interesses económicos inconfessáveis".

Como último recurso, três dias antes da greve geral nacional, o presidente Jorge Blanco prometeu rever as medidas económicas e baixar os preços de alguns produtos alimentares de consumo popular.

Contudo, a desmobilização não foi conseguida. No dia 1 de Fevereiro, o Comité Pró-Coordenadora Nacional de Organizações Populares, integrado por mais de 50 entidades (32 das quais são CLP) divulgou um comunicado na imprensa local, onde convocava formalmente a greve geral de 24 horas e expunha, em vários pontos, as reivindicações ao governo, entre as quais se destacavam: 1) ruptura com o FMI; 2) revogação do aumento dos preços de alimentos, medicamentos, transportes, etc.; 3) aumento salarial; 4) distribuição de terras ao campesinato; 5) estatização das riquezas nas mãos dos estrangeiros, bancos, empresas transnacionais, etc.; 6) fim da repressão.

A greve geral obteve total êxito, paralisando todas as actividades do país em 90%.

Depois dessa jornada de luta ficou evidente o fortalecimento do movimento de massas e a deterioração da popularidade do governo. Salvador Jorge Blanco anunciou a revisão de algumas medidas económicas, principalmente as relacionadas com os au-



Repressão em Santo Domingo: uma cena cada vez mais frequente

mentos de certos produtos alimentares, e prometeu novas medidas de assistência social. Porém, as reivindicações fundamentais dos trabalhadores não foram consideradas. Além disso, alguns dirigentes políticos da oposição observaram não existir no país os mecanismos adequados para implantar um verdadeiro controlo de preços, capaz de garantir as reduções prometidas.

Repressão e demagogia

No seu desespero para se manter no poder o governo social-democrata do PRD teve que recorrer a duas das medidas que durante 12 anos provocaram severas críticas ao governo de Joaquín Balaguer: a repressão e o paternalismo. Com efeito, apesar da distância que o separa do governo Balaguer, verificam-se actualmente constantes detenções em massa, as quais incluem dirigentes políticos e sindicais; a cada vez mais frequente militarização dos bairros populares; mais de 150 mortos durante o governo de Jorge Blanco; recu-

sas, cada vez mais frequentes, à entrada no país de intelectuais estrangeiros progressistas, enquanto se multiplicam os actos terroristas como o assalto, seguido de incêndio, de um centro de trabalho do Partido Comunista Dominicano pelas forças policiais. Por sua vez, à semelhança dos tempos de Balaguer, o PRD teve que recorrer a doações (brinquedos, sapatos, leite, etc.) para os sectores populares, sobretudo durante o último Natal.

Mas a crítica mais frequente à actual gestão governamental do PRD é a de carecer de um projecto político-económico que possa tirar o país da grave crise que atravessa.

Nas negociações e acordos firmados até agora com o FMI não se percebe nenhum plano para saldar a dívida com a banca internacional, à qual a República Dominicana deve mais de 2,6 mil milhões de dólares, nem tão-pouco existe uma proposta concreta de como renegociar os pagamentos sem comprometer cada vez mais a soberania nacional. (Pablo A. Mariñez) ●

Haiti

O clero rebela-se contra a ditadura

Depois de ter ficado omissa ou cúmplice do regime ditatorial de Duvalier, a igreja assume a defesa dos direitos humanos

A situação actual do povo haitiano é tão difícil que a classe dominante já não consegue legitimar moralmente o sistema. A crise económica faz aumentar a miséria e à medida que crescem as reivindicações populares, aumenta o arbítrio. A extrema miséria e a repressão brutal geraram um crescente descontentamento e repúdio pelo Estado duvalierista. É neste contexto que surge a Igreja Haitiana dos Pobres, que questiona, da perspectiva religiosa, a ordem de Duvalier.

Através de manobras político-religiosas, F. Duvalier conseguiu

em 1966 um acordo, assinado entre a Santa Sé e o Haiti, que criou as condições para a integração e submissão da igreja ao sistema político. A ditadura exigiu que a igreja legitimasse incondicionalmente o Estado. Duvalier propagou o estabelecimento de um clero negro e a nomeação de bispos negros, numa suposta defesa da "negritude".

Na mesma época, nos anos do Segundo Concílio do Vaticano, uma das ideias dominantes na Igreja era que a missão evangélica tinha que se inserir na cultura local, razão pela qual o Vaticano apoiou os planos de Duvalier.

Todos os nomeados eram bispos duvalieristas ou bispos "agradecidos" a Duvalier, o qual utilizou os poderes reconhecidos pela Concordata-Acordo para colocar em postos de responsabilidade das dioceses sacerdotes simpaticizantes do seu governo.

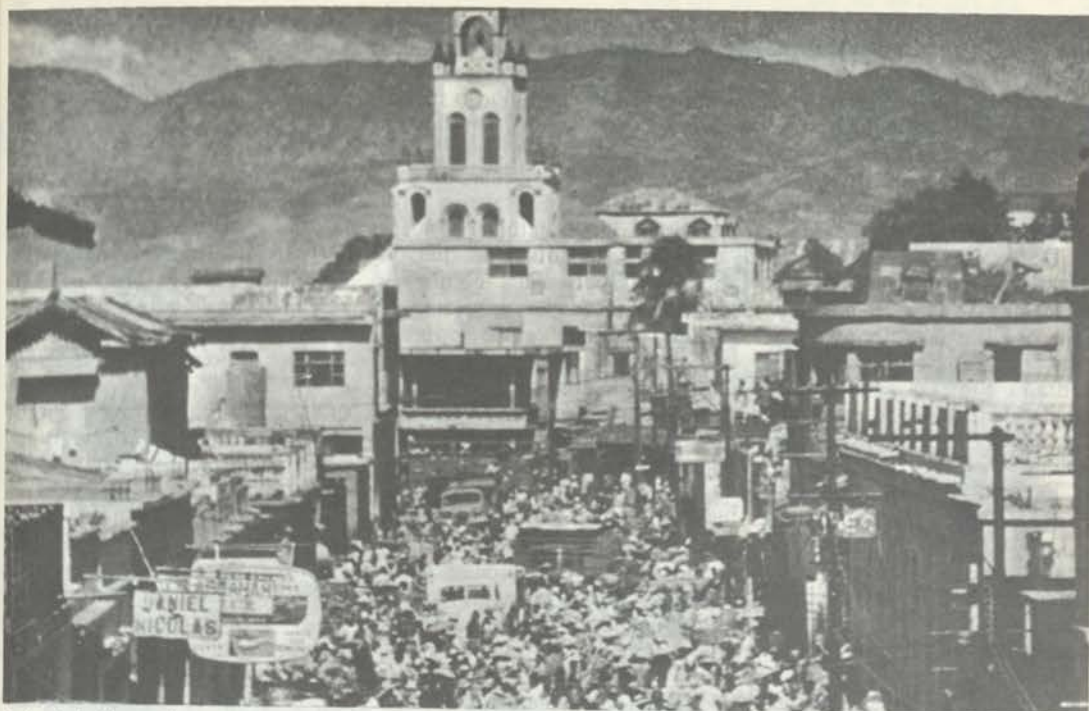
Nesse período, de 1966 a 1980, a hierarquia e muitos sacerdotes apoiaram e colaboraram com o regime. Para completar a submissão incondicional da igreja ao Estado, Duvalier expulsou, em finais dos anos 60, uma parte significativa do clero haitiano, na sua maioria composta por intelectuais críticos e progressistas.

Transformação do papel da igreja

A partir de 1980 começa uma nova era para a igreja do Haiti. A 24 de Outubro desse ano, depois de uma onda de prisões arbitrárias, a Conferência Haitiana dos Religiosos (CHR), portavoz de 1500 padres e freiras do país, num comunicado à imprensa solidarizou-se com o sofrimento do povo haitiano e criticou o sistema exigindo justiça e uma vida digna para o povo. Pouco depois, a 5 de Dezembro de 1980, a CHR protestou contra a prisão e expulsão de um grande número de activistas haitianos defensores dos direitos humanos. Iniciava-se o período que marca o fim do apoio incondicional da hierarquia à ditadura duvalierista. Nesse mesmo ano, a Conferência Episcopal Haitiana enviou uma "mensagem ao povo" por ocasião do Natal, na qual destacava a adesão a uma das ideias centrais do documento final da Conferência do Episcopado Latino-Americano reunido em Puebla em 1979: a opção preferencial pelos pobres. Na mesma linha da mensagem dos bispos reunidos em Medellín em 1968, os bispos haitianos qualificavam a situação de injus-



Jean Claude Duvalier e o papa: Seguindo os passos de «Papa Doc» na repressão contra a igreja comprometida



Thomas Azevedo

A igreja haitiana afirmou que a situação no país caracteriza-se "pela fome, medo e desemprego"

tição social no Haiti como uma "situação de pecado".

Em Novembro de 1981 o boletim da CHR publicou um longo *dossier*, "subversivo" segundo a ordem duvalierista, intitulado "28 de Novembro de 1980 - 28 de Novembro de 1981. Um ano depois", onde argumenta que o país tem apenas duas opções: ou fica nas mãos "de uma minoria que detém todos os poderes, todos os direitos e todos os bens" ou se torna de todo o povo, "distribuindo com equidade e justiça os recursos que ele mesmo gere".

Sacerdotes torturados

Em 1982 a CHR publicou um novo documento na mesma linha do *dossier* de 1981. Entre 2 e 6 de Dezembro de 1982, realizou-se o "Simpósio pelo Congresso Eucarístico e Mariano", de extrema importância para a Igreja Haitiana dos Pobres. Todos os níveis hierárquicos da igreja es-

tiveram presentes: bispos, delegados das sete dioceses do país, sacerdotes, religiosos e leigos. A mensagem do simpósio convida a "comprometermo-nos com o presente do Haiti que é caracterizado pela "divisão, a injustiça, a miséria, a fome, o medo, o desemprego, a falta de terra para o camponês, a divisão das famílias e as insuficiências do sistema educativo". A mensagem do simpósio, lida em todas as catedrais do Haiti a 8 de Dezembro de 1982, foi recebida com entusiasmo pelo povo.

A 28 de Dezembro do mesmo ano Gérard Duclairville, um leigo comprometido com as comunidades de base, foi preso e torturado. Milhares de cartas chegaram de todas as dioceses e comunidades cristãs. A 27 de Janeiro de 1983, os bispos e os directores da CHR assinaram uma carta - lida em todas as igrejas e capelas - que exigia a libertação de G. Duclairville. Nessa carta pede-se a Deus que

"liberte os nossos corações da escravidão do dinheiro, do egoísmo e do poder (...) para que o Haiti volte a ser livre e independente de todas as formas de dominação externa e guia no caminho da verdade, do amor e da liberdade". A 9 de Fevereiro de 1983 foi convocado um "dia de oração e sacrifício" em todo o país para obter a libertação de Duclairville. Pouco depois G. Duclairville foi posto em liberdade.

A visita do papa

Em Março de 1983, o papa João Paulo II chegou ao Haiti e realçou a necessidade de uma mudança das estruturas qualificadas de injustas. E "felicitou todos os que trabalham para isso, os que defendem os direitos dos pobres".

Este facto constituiu uma contribuição muito importante para a criação do espaço ideológico fundamental para o sur-

gimento de uma mudança na atitude da hierarquia eclesiástica haitiana. Durante essa visita outro facto relevante aconteceu: J.C. Duvalier renunciou ao privilégio de apresentar e aprovar os candidatos ao bispado. Um mês depois, em Abril de 1983, a Conferência Episcopal emitiu a "Declaração sobre os fundamentos da intervenção da Igreja no plano social e político". Nela os bispos haitianos condenam "toda e qualquer forma de atentado contra a eminente dignidade do homem e da mulher (...), de espoliação ilegal do campesinato e do cidadão (...), de exploração dos assalariados e das empregadas domésticas (...), de violação da justiça (...), de tortura ou de opressão física e moral (...), de prisão arbitrária e sem mandato e as detenções ilegais sem processo judicial".

De 4 a 8 de Abril de 1983 a CHR realizou a sua Primeira Assembleia Plenária. No final publicou uma declaração onde denunciava a possível presença de uma base naval norte-americana no cais San Nicolas e o tráfico de haitianos na República Dominicana. Na mesma Assembleia a CHR elaborou o seu plano de acção. Acordou formar diferentes comissões, cujo eixo fundamental seria o trabalho por um novo modelo de sociedade, que faria justiça aos pobres. Decidiu também trabalhar por um novo modelo de igreja, por uma sociedade mais justa e com maior respeito pela dignidade humana e por uma nova forma de vida religiosa mais comprometida com a população pobre.

O fim de uma etapa

Com base nesses antecedentes, os bispos publicaram a 8 de Dezembro de 1983 uma "Carta da igreja do Haiti a favor da promoção humana". As exigências a favor do camponês, a reivindicação de um controlo dos lucros e das exportações das transnacio-

nais para evitar a dominação do capital estrangeiro, a defesa dos direitos dos trabalhadores, marcam o fim da legitimação incondicional do Estado duvalierista por parte da hierarquia católica.

Depois da divulgação da carta são anunciados alguns projectos da igreja católica tendentes a elevar o nível de vida do povo: alfabetização, cooperativismo, criação de uma universidade católica e de comités de defesa e promoção dos direitos humanos, organização de comunidades eclesiásticas de base. "Os escravos de hoje — afirmam os bispos — são os camponeses sem terra, abandonados, isolados, sem recursos, sem água, sem assistência médica; os homens sem trabalho e desrespeitados; as mulheres exploradas e humilhadas; as famílias vítimas de chantagem; os jovens sem futuro e iniciados na traição e na denúncia; os proletários das nossas cidades; operários, pequenos artesãos, pequenos comerciantes, professores e empregados subalternos das nossas cidades e campos; os habitantes dos bairros periféricos; os que foram obrigados a emigrar ou a se exilar e que são perseguidos pelos serviços de emigração ou que são objecto de menosprezo e de ódio na maior parte dos países estrangeiros. Eles esperam encontrar lá o que não podem encontrar no seu país. A nível cultural, social, económico e político, chegámos, como no tempo colonial, a duas sociedades onde uma minoria exerce todos os direitos às custas da maioria, reduzida ao silêncio, dominada, explorada, vivendo para criar e perpetuar o bem-estar e a comodidade da primeira".

O ano de 1983 foi bastante rico em actividades eclesiásticas vinculadas ao povo, e em 1984 o encontro da igreja com as camadas pobres, a nível de trabalho concreto, foi aprofundado. A 9 de Setembro de 1984 todos os sacerdotes da região de

Savanette emitiram uma carta denunciando problemas concretos que afectam a população pobre, exigindo soluções.

A repressão contra a igreja aumentou. Os bispos e os religiosos planeavam uma campanha nacional de alfabetização que beneficiaria mais de três milhões de haitianos (mais de metade da população). O governo de J.C. Duvalier proibiu-a e propôs a formação de uma comissão mista, com representantes da igreja e do Estado, para estudar a questão. O objectivo era claro: cooptar, vigiar, controlar e reprimir os projectos populares da igreja.

Mais de dois mil leigos publicaram uma carta-aberta denunciando actos repressivos contra a igreja nos meses de Maio e Junho de 1984. Nela referiam a detenção ilegal de vários sacerdotes, acusados de criticar o governo, e as ameaças a outros igualmente comprometidos com os pobres.

Em Novembro de 1984 uma nova onda repressiva abate-se contra camponeses e dirigentes de organizações sociais. Mais de sessenta pessoas são detidas ilegalmente, incluindo Gérard Duclairville. Vários sacerdotes encontram-se sob constante vigilância.

A repressão duvalierista continua. Mas a ditadura já não pode destruir o movimento da igreja comprometida, com total legitimidade dentro da igreja haitiana e fortes raízes nas massas populares. Essa tomada de consciência dos religiosos não é fruto do trabalho de qualquer líder. Desenvolveu-se como consciência colectiva e espalhou-se. O regime quer destruir as lideranças do movimento, mas descobre que não há um ou alguns líderes, mas milhares, que se revoltam motivados pelo mesmo ideal de que "háverá um dia em que todos ao erguer os olhos veremos uma nova terra que viva em liberdade". (Armando Lampe)

JORGE AMADO

TOCAIA GRANDE

A FACE OBSCURA

Para o capitão Natário da Fonseca,
Tocaia Grande era o paraíso.
Para Frei Zygmunt, um valhacouto
de bandidos, reino da Luxúria,
— danação de Satanás!



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

NAS MELHORES LIVRARIAS



EUROPA-AMÉRICA ...

...a memória no futuro

40.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA 2.ª GUERRA MUNDIAL E DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

E. Kulkov, O. Rjechevski,
I. Tchelichev

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



Revelar objectivamente e de modo global as causas e o carácter da Segunda Guerra Mundial, o conteúdo dos acontecimentos mais importantes, apreciar justamente os seus resultados e as suas lições, é simultaneamente uma importante advertência àqueles que hoje brandem armas nucleares, ameaçam precipitar a Humanidade a um pântano de destruição ainda maiores.

edição
Avante!

CONHECER A GUERRA PARA DEFENDER A PAZ



O estádio de Beirute, minutos depois do primeiro bombardeamento do dia 4 de Junho de 1982, que deu início à invasão

O colapso israelita

O fracasso da invasão promovida por Begin e Sharon ameaça o futuro dos falangistas e leva os judeus a uma profunda reflexão

Com a retirada das tropas israelitas do Líbano encerra-se um ciclo, caracterizado pela intransigência dos dirigentes judeus do *Likud* — particularmente de Menahem Begin, Ariel Sharon e Yitzhak Shamir — que ao deflagrarem a operação "Paz para a Galileia" lançavam-se numa aventura que mudaria a correlação de forças regional e interna, não a seu favor mas contra eles.

Antes da invasão havia uma sólida presença militar e política da OLP no Líbano, aliada às forças progressistas drusas e muçulmanas, estas últimas compostas por organizações integradas na sua maioria pelos sunitas. Havia também uma poderosa

força político-militar cristã maronita, cuja expressão eram o partido *Kataeb* e as Forças Libanesas.

Estávamos em Beirute no fatídico 4 de Junho de 1982, quando começou a invasão com o bombardeamento da capital e o avanço das colunas de blindados através da fronteira *de facto* entre Israel e o Líbano, que era na verdade o rio Litani, controlado pelas forças da ONU, varridas durante a ofensiva.

Estavam previstas para os meses seguintes eleições e articulava-se uma aliança para impor a candidatura e assegurar a vitória da estrela em ascensão dos maronitas, Bashir Gemayel, filho do fundador do *Kataeb*

e das Falanges, comandante militar das forças maronitas e líder carismático da linha mais dura, abertamente simpática a Israel. Mas isso não era fácil de ser conseguido...

Embora na tradicional partilha do poder a presidência coubesse a um maronita (e o cargo de primeiro-ministro ficasse sempre com um muçulmano sunita) o nome de Bashir Gemayel era unanimemente rejeitado pelas outras comunidades, que o consideravam um extremista incapaz de dominar as subtilezas da política, sem mencionar os seus laços com os serviços secretos de Israel.

Bashir chegou à presidência, não através da prevista eleição,

que nunca se concretizou, mas pela mão dos ocupantes israelitas. Arafat e os seus combatentes foram expulsos de Beirute, assim como muitos dos civis palestinos que trabalhavam em diferentes órgãos políticos da OLP. Com o apoio das tropas israelitas os falangistas cometeram os massacres de Sabra e Chatila, e outras atrocidades semelhantes contra os seus compatriotas drusos e muçulmanos. Os combates, tanto em Beirute como no resto do país, acirriram-se.

Quando Amin Gemayel, sempre ofuscado pelo brilho e preferência do seu pai pelo seu irmão Bashir, foi designado para substituí-lo após a sua morte num atentado nunca esclarecido, o Líbano vivia um pesadelo pior do que nos mais negros dias da guerra civil.

Pouco depois Amin Gemayel instalava um governo de Unidade Nacional, construído pedra a pedra com muitas dificuldades, distribuindo as pastas do governo entre as diferentes facções, mas assegurando para os maronitas os postos-chaves. A maior vitória de Amin foi conseguir juntar no governo os líderes das comunidades drusa, Walid Jumblatt, e chiita, Nabih Berri. Pre-

cisamente os seus maiores adversários.

A comunidade chiita sempre havia sido a mais marginalizada, economicamente a mais explorada e política e militarmente, a menos expressiva. Enquanto que as famílias Jumblatt e Gemayel e as de outros líderes libaneses estão presentes à décadas na vida pública com uma participação importante antes e depois da guerra civil iniciada em 1975, Nabih Berri era desconhecido até há pouco mais de quatro anos e os chiitas tinham um peso diminuto no contexto da resistência muçulmana, levada avante principalmente pelos sunitas.

Com a revolução islâmica do *ayatollah* Khomeiny no Irão, as comunidades chiitas começam a ter força nos diversos países da região. Depois do Irão, onde os chiitas constituem 98% da população, é no Bahrein (70%), Iraque (51%), Afeganistão (35%), Kuwait (25%) e Líbano (22%) que estão as comunidades mais numerosas. Mas é no Líbano onde irrompem com maior força na vida do país, pois a inspiração ideológico-religiosa da revolução do *ayatollah* somava-se à presença do ocupante israelita, principalmente no sul do país, onde é maior a concentração de po-

pulação chiita. A sua entrada em cena é caracterizada pelos mesmos traços extremistas que os definem no plano religioso, passando em pouco tempo a desenvolver audaciosos atentados suicidas contra as tropas norte-americanas e francesas, que mais do que assegurar a paz estavam de facto a intervir nos assuntos internos libaneses. Depois da retirada dessas forças, concentram-se em alvos israelitas, e as baixas sofridas pelo exército de ocupação começam a aumentar de maneira vertiginosa, levando com os corpos dos mortos um debate de volta a Israel: "o que é que pretendemos com a nossa presença no Líbano?"

A crise de identidade judia

A consequência interna mais grave da invasão do Líbano é justamente aquela que nunca foi imaginada por Ariel Sharon, o dirigente que melhor personifica os "falcões" do *Likud*. É uma consequência psicológica, destinada a ter desdobramentos a diferentes níveis da vida do país. Quando estivemos em Israel no ano passado, pudemos constatar que existe um questionamento — que começou nos sectores mais



Bashir Gemayel: linha dura



Nabih Berri: a irrupção chiita



Walid Jumblatt: liderança drusa

progressistas mas que atingiu outras camadas sociais e políticas, sobretudo através dos parentes dos mortos, feridos e mutilados no Líbano — não apenas sobre os objectivos da invasão em si mesma, mas, a partir daí, sobre o próprio projecto político-militar dos que promoveram essa aventura.

Equivocados ou não, os judeus com os quais conversámos em Telavive e Jerusalém, justificavam as guerras anteriores com os seus vizinhos árabes como “uma luta de auto-defesa”, “uma necessidade de sobrevivência”. Isso dava uma alta moral às tropas, que juntamente com o poderio em termos logísticos e superioridade numérica, obtiveram os resultados conhecidos.

Isso não aconteceu no Líbano. Os chefes militares israelitas ficaram preocupados com um índice sem precedentes de manifestações de medo entre os soldados que serviam no Líbano, o que, segundo os psicólogos, se deve principalmente à convicção de se arriscar a vida numa guerra sem sentido.

A expressão política da rejeição à guerra e aos que a provocaram são os movimentos pacifistas israelitas, que juntamente com os grupos favoráveis a uma aliança com a OLP, as organizações de pais de combatentes no Líbano, as dos próprios ex-combatentes, começam a formar um importante pólo de contestação da opinião pública. Alguns desses dirigentes foram eleitos para o *Knesset* nas eleições de Julho do ano passado, como Mordejai Bar-On e Matti Peled (ver caixa).

As consequências no Líbano

Uma das peças-chaves do plano de invasão do Líbano era assegurar o estabelecimento em Beirute de um governo aliado de Israel, dos cristãos maronitas falangistas. Formalmente, o actual governo é liderado por um maronita, mas seria pre-



Tanques israelitas abandonam Nabatiye: outro passo para a retirada total

maturo tirar a conclusão de que, pelo menos nesse sentido, a invasão tenha atingido o seu objectivo.

No Líbano, o verdadeiro poder não está nas mãos do executivo, mas no controlo que os diferentes exércitos exercem sobre o território e no campo económico. A cota de poder do executivo é mínima, num país dividido, com um exército nacional débil e no qual a influência síria é significativa. Amin Gemayel pôde permanecer na presidência porque paulatinamente foi-se aproximando do regime sírio e aceitou as suas recomendações, principalmente a que levou à ruptura unilateral, por parte do governo libanês, do tratado assinado com Israel depois da invasão.

A Síria não teria interesse numa divisão do Líbano em cantões de carácter confessional, projecto defendido pelos maronitas no caso de não poderem controlar todo o território, e dos israelitas, que assim poderiam enfraquecer ainda mais o seu vizinho e reduzir o poder dos muçulmanos e drusos. Uma partilha do Líbano poderia reactivar lutas rivais entre as diferentes comunidades dos países árabes da região, iniciando um processo de balcanização, o que contraria to-



Milicianos chiitas

talmente os ideais de unidade do mundo árabe de todos os seus grandes líderes, personificados na figura de Gamal Abdel Nasser.

Evitar o processo de divisão do país em cantões implica fortalecer o governo de Beirute, e como Amin Gemayel se mostrou disposto a uma abertura em relação à Síria, o regime de Damasco optou pela solução mais acessível: apoiar Gemayel e, simultaneamente, tentar conseguir dele concessões para as comunidades muçulmana e drusa — compromisso sobre o qual se estabele-

ceu o governo de Unidade Nacional, patrocinado por Damasco.

Não era esta a situação idealizada por Israel quando planeou colocar um maronita na presidência do Líbano. Mas pior ainda: o despertar da resistência chiita e as suas consequências militares na região do Líbano — além das próprias mudanças provocadas pela invasão israelita — fizeram com que pela primeira vez na história moderna do país os maronitas fossem expulsos da faixa costeira de Beirute para o sul. Os poucos bolsões maronitas que subsistem estão isolados pela presença das milícias drusas e chiitas. Para se deslocarem do sul para o norte do Líbano ou para Beirute os cristãos têm que utilizar a via marítima, através de Israel.

Os oficiais superiores israelitas confirmam que a perda do poder militar dos maronitas põe em risco as suas posições políticas. Essa mudança na situação privilegiada que os cristãos sempre tiveram no Líbano reflecte-se no testemunho de Antoine Curi, um advogado de Sidón, que fugiu para o sul com a sua família após a ocupação da cidade pelas forças muçulmanas. "Durante muitas décadas — diz Antoine — nós, os cristãos libaneses, tivemos medo de perder as nossas posições tradicionais de predomínio político, social e económico no nosso país. Agora, mais rapidamente do que pensámos materializam-se os nossos piores temores e os maronitas transformam-se em cidadãos de segunda classe dentro da sua própria pátria".

As consequências económicas

Mas a perda do poder não se dá apenas no plano militar. Israel tinha também objectivos económicos na sua invasão do Líbano. Simcha Erlich, ministro das Finanças do governo Begin havia declarado que "Israel tinha que substituir Beirute como o maior forte sector bancário na região do Mediterrâneo oriental, delegando esse papel a Telavive e Jerusalém".

Em 1983, a revista *Hotam*, de Telavive, afirmava que "se a guerra teve alguma consequência positiva, foi no campo das relações comerciais".

Mas essa injeção de capitais e de produtos israelitas na economia libanesa — imposta pela via militar e através de subsídios e *dumping* — determinou

A MORTE DE KARIM HALAF

□ Em 30 de Março último, morreu de ataque cardíaco o presidente da Câmara Municipal da cidade de Ramallah, na Cisjordânia ocupada, Karim Halaf, expulso pelas autoridades israelitas. Tal como Fahed Kawasme, assassinado no final do ano passado no seu exílio em Ammán, Halaf foi um dos presidentes camarários palestinos vitoriosos nas eleições municipais de 1976 — as únicas realizadas nos territórios árabes ocupados — que converteram esses órgãos do poder local em centros de resistência à ocupação israelita.

Essa militância nacionalista teve para ele um alto custo. Tal como aconteceu com o presidente eleito de Nablus, Bassam Shaaka (ver entrevista em *cadernos do terceiro mundo* nº 69, Setembro 1984), Halaf foi vítima de um atentado terrorista. Ambos saíram com vida, mas Shaaka perdeu as duas pernas e Halaf, um pé. No caso de Halaf, o tipo de amputação sofrida obrigava-o a submeter-se, periodicamente, a novas operações.

Inicialmente, Karim Halaf esteve ligado à Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), mas tinha há já bastante tempo uma relação muito estreita com Arafat, a quem se manteve fiel até ao fim. Nos últimos tempos, havia estabelecido contactos com os movimentos pacifistas e de direitos humanos de Israel.



Karim Halaf (esq.) e Bassam Shaaka (centro), com um jornalista palestino



H. BISSIO



Automóveis abandonados e milhares de bombas e cartuchos são usados para serem vendidos como ferro-velho

o quase total aniquilamento da estrutura produtiva libanesa. Embora a evolução dos factos de 1983 para cá fizesse com que as pretensões de Israel de controlar o mercado de consumo libanês caíssem por terra — porque o próprio mercado entrou em crise — a verdade é que as consequências foram nefastas não só para as aspirações de Telavive, mas, principalmente, para o Líbano. E no contexto libanês quem perdeu com a crise da estrutura produtiva foi a comunidade maronita, que era quem detinha o poder económico. Uma dupla derrota para Israel, que perdeu o mercado e arrastou à falência económica os seus aliados cristãos.

Uma das poucas actividades económicas que actualmente dá lucro no Líbano é a venda de ferro-velho. Tal como os vietnamitas, que ainda hoje utilizam os restos do material bélico norte-americano abandonado ou das centenas de milhares de bombas que caíram no seu território, como matéria-prima para a sua indústria pesada, os libaneses recolhem as balas disparadas, as metralhadoras estragadas, os postes de ferro, os cartuchos, e usam as milhares de carrocerias

de automóveis abandonados nas ruas e estradas para vendê-los às indústrias de aço da Alemanha Federal, Japão e Itália. Cerca de 400 famílias libanesas vivem actualmente disso, obtendo 200 dólares por tonelada. Só no ano passado 24 navios deixaram Beirute com essa carga, que para ser recolhida exige muita perícia e habilidade dos libaneses, alguns dos quais perderam a vida ao se arriscarem demais no seu trabalho ou ao depararem-se com minas não detonadas.

Um balanço trágico

Israel sai do Líbano deixando atrás de si um rasto de destruição, morte e ódio. A OLP já não está no Castelo Beaufort, de onde dominava o vale do rio Litani, mas as autoridades judias tiveram que gastar quatro milhões de dólares para construir novos postos de observação ao longo da fronteira israelo-libanesa, equipados com holofotes e alarmes electrónicos. Israel teme principalmente a actividade dos chiitas e os seus ataques suicidas. "O mundo verá que podemos atingir o coração de Israel e destruir o mito da superioridade militar israelita", afirmou um porta-voz

do grupo *Jihad* (Guerra Santa) recentemente, depois de consumado mais um ataque contra as tropas israelitas estacionadas no sul do Líbano.

Amin Gemayel ocupa a presidência, mas inclina-se em direcção da Síria e além disso tem a sua base de suporte maronita minada pela crise económica e pela perda de importantes posições militares. No interior de Israel, a invasão do Líbano ameaça acabar com o único factor de unidade entre os judeus emigrantes de tão diversas partes do mundo: o idealismo de um Estado-modelo no qual pudessem viver de acordo com os preceitos da sua fé. Do idealismo dos *kibutzim* à frustração de se saberem responsáveis pela morte de milhares de inocentes libaneses e de cerca de 700 jovens militares judeus — muitos dos quais revoltados contra a invasão do Líbano — há um abismo.

Porém, talvez as consequências mais profundas do fracasso israelita no Líbano não sejam sentidas a curto prazo, mas quando o destino do país estiver nas mãos da nova geração que renegou a guerra e sentiu o que é ser carrasco de um povo irmão. (Beatriz Bissio) ●

A CARTA DE MATTI PELED*

□ Esta carta foi enviada por Matti Peled aos seus colegas, membros do *Knesset* (parlamento israelita) e divulgada por todos os meios de comunicação de Israel. Os *raids* como os que descreve o ex-militar e hoje deputado, continuam a ser realizados pelas tropas israelitas no Líbano.

Estimados colegas:

Em 15 de Fevereiro passado, os meios de comunicação (israelitas) publicaram uma notícia do confronto entre uma unidade das Forças Israelitas de Defesa (*Israel Defense Forces, IDF*) e um grupo chamado de "esquadrão terrorista". O relato vinha acompanhado de uma foto tirada pelo porta-voz das IDF e mencionava que 11 membros do esquadrão tinham sido mortos enquanto que as forças israelitas não tinham sofrido baixas.

Ao mesmo tempo dava-se grande destaque à cobertura política da "linha dura" (*Iron Fist*) levada a cabo por Israel nos territórios ocupados do Líbano.

Agora tornarei público o relato do mesmo "confronto" que nos chegou através de um grupo de pais de soldados (israelitas) que se formou depois do regresso dos seus filhos após ouvirem os seus testemunhos. Esta é a informação, tal qual nos foi dada por esses pais:

"Na manhã de quinta-feira, 14 de Fevereiro, uma unidade da Brigada Golani (*Golani Brigade*), posicionada no alto de uma colina, descobriu um grupo de 20 árabes armados que marchavam por um desfiladeiro, em direcção a Sidón.¹ Os soldados contactaram com o comandante do batalhão (eu tenho o seu nome) que ordenou: 'acabem com eles'.

"Os soldados fizeram cinco disparos de canhão, ferindo vários árabes. Depois, abriram fogo com armas ligeiras. Os árabes tentaram resistir, mas renderam-se em seguida. De acordo com os testemunhos, praticamente nenhum deles tinha treino militar. Quando os solda-

* O general Mattityahu Peled ("Matti"), como é conhecido publicamente) foi um dos mais destacados comandantes israelitas na guerra de 1967. Pouco depois, pediu a sua passagem à reserva e dedicou-se à actividade política, em defesa dos direitos palestinos e contra a guerra no Líbano.

¹ Esta indicaria que os árabes tentavam juntar-se à resistência em Sidón e não atacar as forças israelitas.



Matti Peled: "acabar com os horrores do *Iron Fist*"

dos israelitas alcançaram o desfiladeiro, o médico que os acompanhava tentou socorrer os feridos, mas foi impedido pelos soldados que os mataram e ainda atiraram sobre os outros prisioneiros. Mais tarde os corpos foram mutilados.

"O médico (temos o seu nome) ameaçou os soldados de arcarem com as consequências caso o impedissem de atender aos novos feridos. E gritou a um dos soldados: "se interferires, rebento-te os testículos". Foi, então, autorizado a desenvolver o seu trabalho.

"Dos 20 árabes, só oito sobreviveram. Quando o comandante do batalhão recebeu o relatório da missão, perguntou: 'porque não tentaram fugir esses oito?'

"De acordo com o relato dos soldados, o comandante da brigada estava presente quando o relatório foi dado ao comandante do batalhão e escutou as suas ordens.

"Pouco tempo depois, os soldados receberam uma circular que afirmava que 'existem normas e normas. Esta norma vale para o Líbano, mas não vale para Israel...'

"Poucos dias depois, a unidade abandonou o Líbano e o batalhão ofereceu-lhe uma festa. Um dos oficiais fez um discurso no qual afirmava: 'você não têm culpa (pelo que aconteceu). A situação é a culpada'.

"Tanto os oito sobreviventes como os 12 mortos tinham, de acordo com os soldados, entre 14 e 15 anos de idade (...)"

Convoco-os, estimados colegas, a trabalhar de todas as formas possíveis para acabar com os horrores desta "linha dura".

Atenciosamente,

Matti Peled (M.K.)

² Os comunicados militares sobre operações israelitas realizadas nas aldeias libanesas, em geral mencionam que os árabes foram mortos "quando tentavam fugir". (Estas notas pertencem ao autor da carta).



O exército japonês: a tentação de ajudar os norte-americanos

O eixo Washington-Tóquio-Seul

O aumento do orçamento militar do Japão, o apoio ao regime sul-coreano e a manutenção da tensão na antiga Indochina, são as linhas mestras da estratégia norte-americana na zona do Pacífico

Em Janeiro último, o governo japonês propôs oficialmente aos Estados Unidos a criação de um comité misto para coordenação da "assistência estratégica" a alguns regimes da Ásia, África e América Latina. O agravamento da situação internacional e as crescentes tensões no sudeste asiático, em particular, levaram o ministro dos Negócios Estrangeiros do Vietname, Nguyen Co Thach, a denunciar uma vez mais a nova doutrina Monroe de Washington que pretende colocar todo o mundo na esfera dos seus interesses vitais".

Ao intervir na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro do ano passado, Nguyen Co Thach, salientou que na re-

gião da Ásia e do Pacífico, teatro das três maiores e mais longas guerras locais desde a Segunda Guerra Mundial, "a situação continua grave". "Apesar das repetidas derrotas, — acentuou o ministro dos Negócios Estrangeiros vietnamita — os imperialistas e reaccionários não renunciaram aos seus objectivos expansionistas e hegemónicos".

A administração Reagan não esconde a sua intenção de construir um bloco militar, idêntico à NATO, na Ásia. As teses militaristas de Washington repetem-se. Em 1983, William Kennedy, antigo funcionário do Pentágono, afirmava na revista norte-americana *National Defense* ser necessária a adopção pelos EUA

de uma "estratégia do Pacífico norte" e o reforço das forças aérea e anfíbias na região.

Os objectivos militaristas da Casa Branca estão expressos na terminologia empregue pela administração Reagan. Assim, por exemplo, a Coreia de Sul passou, na linguagem de Washington, da categoria de "zona de interesse significativo" para a de "zona de interesse vital".

O papel do Japão

Há 25 anos a aliança entre os Estados Unidos e o Japão substanciou-se num acordo secreto de carácter militar, contrário à própria Constituição japonesa. Tal acordo só viria a ser

tornado público em consequência da "inconfidência" de um antigo diplomata norte-americano. Em Maio de 1981, Edwin Reinschauer, ex-embaixador dos EUA em Tóquio, afirmou numa entrevista dada ao jornal *Mainichi* que os Estados Unidos e o Japão estabeleceram em 1960 um acordo secreto, permitindo que navios norte-americanos portadores de armas nucleares estacionem em portos japoneses. Tóquio lamentou a revelação e o Departamento de Estado norte-americano, através do seu então porta-voz Dean Fisher, limitou-se a dizer que os EUA "não discutem

Nakasone e Reagan: uma aliança de 25 anos para uma estratégia militar e económica comum



publicamente a distribuição de armamento nuclear".

Washington concede uma importância fundamental ao Japão na sua geo-estratégia. Isto mesmo foi salientado por Ronald Reagan quando em finais de 1983 efectuou uma visita de quatro dias a Tóquio. Reagan apelou ao primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone no sentido de "compartilhar o fardo que a defesa da liberdade impõe" e de "garantir a paz através da força". Mas o presidente norte-americano foi mais longe. Ao dirigir-se aos parlamentares japo-

neses, afirmou: "podemos tornar-nos para sempre parceiros poderosos e, diga-se a propósito, não só nos nossos países, não só na região do Pacífico, mas também em todo o mundo".

Os apelos de Reagan não ficaram sem resposta. Nakasone reafirmou a aliança com Washington e prometeu que "o Japão prosseguirá os seus esforços orientados para o aumento da estabilidade das relações nipo-americanas na esfera da segurança. Quanto às nossas possibilidades de defesa, estou disposto a envidar esforços suplementares".

Não se tratava de falsas promessas. O orçamento militar do Japão foi significativamente elevado. Aumentam constantemente as despesas com a investigação de novas tecnologias militares. Hoje, cerca de duas mil empresas japonesas integram o complexo militar-industrial do país, dedicando-se ao fabrico de material bélico, desde peças de artilharia a aviões e mísseis. A *Mitsubishi*, por exemplo, está actualmente a construir um novo tipo de avião de caça com uma estrutura externa que lhe permite não ser detectado pelos rada-

res. O projecto prevê que cem aparelhos deste tipo estejam operacionais a partir de 1993.

A força aérea japonesa dispõe, pelo menos, de 220 aviões de fabrico norte-americano dos tipos F-104-J, F-4 EJ, F-15 além de 76 aviões F-17 já construídos no Japão.

As bases

As chamadas "Forças de Auto-Defesa" do Japão juntam-se às bases norte-americanas. Os EUA têm espalhadas pelas ilhas japonesas mais de 120 bases e 30 depósitos de manobras. Quatro destes depósitos são de armamento nuclear, em clara violação do artigo nono da Constituição japonesa que interdita o estacionamento ou trânsito pelo país de armamento nuclear. Nos aeroportos militares do Japão estão regularmente estacionados 150 aviões portadores de armas nucleares.

Segundo os programas do Pentágono, no decurso deste ano serão estacionados na ilha de Honshu 48 aviões F-16, os mais modernos aparelhos portadores de armas nucleares. Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA construíram mais de 300 bases e instalações diversas no Pacífico e na Ásia. Assumem especial importância o complexo naval de Yokosuka-Yokohama e a base aérea de Kadena (ilha de Okinawa) no Japão, a base aérea de Taegu, na Coreia do Sul, as bases de Anderson e Harbina na ilha de Guam e as bases naval e aérea de Subic e de Clark nas Filipinas. Os efectivos militares dos EUA no Pacífico ultrapassam os 150 mil homens.

Operações conjuntas

Em território japonês estão também instaladas bases Omega de C31 e sistemas Loran C de C31 que constituem centros de comando, detecção e espionagem.



Chun Doo-hwan: o presidente sul-coreano mantém-se no poder graças ao apoio norte-americano

gem. As manobras conjuntas entre unidades militares dos Estados Unidos e as "Forças de Auto-Defesa" do Japão são habituais. Navios de guerra dos dois países patrulham constantemente os estreitos do mar do Japão.

A situação geográfica do arquipélago japonês constitui uma importante base para o controlo naval de vastas áreas do Pacífico. Idêntico papel é atribuído por Washington aos seus aliados de Seul. A Casa Branca e o Pentágono consideram vital para os seus interesses "controlar" o território soviético da Sibéria oriental, das ilhas Curillas, da ilha Sakalina¹ e da península de Kamchatka.

É conhecido o velho objectivo norte-americano de "fechar" o mar do Japão à frota soviética. Os navios soviéticos, oriundos dos portos da Sibéria oriental ou da península de Kamchatka, para se dirigirem para o Pacífico ou para o Índico atravessam

normalmente os estreitos de Tshushima, entre a Coreia do Sul e o Japão, ou o estreito de La Perouse, entre a ilha Sakalina e a ilha japonesa de Hokkaido.

Em princípios deste ano, o primeiro-ministro japonês voltou a encontrar-se com o presidente Reagan. O encontro realizou-se em Los Angeles e constituiu a quinta cimeira nipo-americana em pouco mais de dois anos de mandato de Nakasone. Para além das questões económicas e de algumas cedências nipónicas neste âmbito, designadamente a aceitação da redução da exportação de aço japonês para os EUA, Nakasone e Reagan assinaram um protocolo sobre operações militares conjuntas em caso de "circunstâncias extraordinárias" e o chefe do governo de Tóquio garantiu um aumento dos gastos militares no corrente ano em 6,9 por cento, contra 6,5 por cento o ano passado.

Da Coreia do Sul à Tailândia e ao Kampuchea

A estratégia norte-americana na Ásia passa, além do constante reforço do seu dispositivo militar, pelo fomento de tensões entre os países da região e pelo

reforço dos aparelhos repressivos dos regimes aliados de Washington.

O apoio da administração Reagan tem sido decisivo para a manutenção no poder do regime do presidente sul-coreano Chun Doo-hwan, a braços com uma oposição que se estende a cada vez maiores sectores da população do país. O regime de Chun Doo-hwan tem servido até agora os interesses das grandes transnacionais e do complexo militar-industrial norte-americano. A localização geográfica da Coreia do Sul, a vizinhança com a República Popular Democrática da Coreia e a sua situação na região, levam a Casa Branca a aumentar constantemente o seu investimento militar nesse país, consolidando o eixo Washington-Tóquio-Seul.

Neste sentido, a revista norte-americana *Aviation Week and Space Technology* revelou que o Pentágono estava a programar a instalação na Coreia do Sul de um sistema de mísseis anti-navios a partir de terra (GLASS). A mesma revista salientava que a instalação do referido sistema na Coreia do Sul visava "engarrifar" as forças navais soviéticas no mar do Japão. Na terminologia

¹ Recorde-se que foi um desvio da rota habitual, para passar por cima de território soviético perto da ilha Sakalina que provocou a tragédia do avião sul-coreano abatido por caças da URSS. Evidências foram apresentadas no sentido de que o avião comercial cumpria uma sigilosa missão espial.

do Pentágono também a Coreia do Sul passou de "zona de interesse significativo" para a de "zona de interesse vital".

Anualmente, milhares de soldados norte-americanos e sul-coreanos participam em grandes manobras militares sob o nome de código *Team Spirit*.

Durante uma conferência de imprensa realizada o ano passado em Seul, o embaixador dos EUA na Coreia do Sul, Richard Walker, confirmou a política de eixo militar, afirmando que o "nordeste asiático tem necessidade de cooperar para contrariar o crescimento do armamento soviético na região". No mesmo sentido pronunciou-se Ronald Reagan durante a sua visita à Coreia do Sul em Novembro de 1983.

A par da crescente militarização da Coreia do Sul, Washington e o regime de Seul praticam uma política de sistemáticos atritos contra a República Popular Democrática da Coreia, procurando inviabilizar os esforços diplomáticos que têm vindo a ser desenvolvidos pelo governo de Pyongyang com vista à reunificação da península coreana.

Da política de fomento de tensões à política de confronto vai um passo. O sudeste asiático, e mais concretamente a Indochina, tem sido palco das mais sangrentas guerras desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos, apesar da derrota no Vietname, não desistem de impedir a consolidação e desenvolvimento dos regimes socialistas e progressistas da região.

Os Estados Unidos mantêm uma política de agressão contra o Vietname, o Laos e o Kampuchea, utilizando para o efeito o regime militar da Tailândia e os "khmers vermelhos" de Pol Pot baseados em território tailandês. Há mais de seis anos que o Kampuchea e o Laos são alvo de constantes agressões por parte das forças armadas tailandesas. A República Popular da



O Vietname retira-se do Kampuchea

China tem também a sua quota-parte de responsabilidade na situação de constante confronto que se vive nesta região. Do apoio aberto aos guerrilheiros de Pol Pot à agressão directa contra o Vietname, todos os meios de desestabilização são utilizados. Por diversas vezes a administração norte-americana tem manifestado publicamente o seu apreço pela política seguida por Pequim, relativamente ao sudeste asiático.

Propostas de paz

Em Outubro do ano passado, o quotidiano vietnamita *Nhan Dan* escrevia: "a aliança Estados Unidos-Japão-Coreia do Sul, o reforço da coligação China-Estados Unidos e China-Japão, assim como a intenção não escondida de Washington de pôr em pé um bloco militar semelhante à NATO na Ásia, são pesadas ameaças para a paz na região e no mundo".

Reiteradamente o governo de Hanoi manifestou estar disposto, juntamente com o Laos e o Kampuchea, a dialogar com os restantes países do sudeste asiático. "No interesse da paz - disse Nguyen Co Thach - pe-

dimos às autoridades tailandesas que modifiquem a sua política hostil para com os três países indochineses, que ponham fim à sua intervenção no Kampuchea e que restituam ao Laos as três aldeias que ocuparam ilegalmente".

O ministro vietnamita afirmou que a intenção de reinstalar os polpotistas no poder, no Kampuchea, "não passa de uma quimera" e lembrou que as tropas vietnamitas no Kampuchea se têm vindo a retirar progressivamente desse país, medida que se consolida o poder de Phnom Penh.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Vietname, do Laos e do Kampuchea, reunidos em Ho Chi Minh, propuseram como passo para a defesa da paz na região, a realização de uma "conferência internacional sobre o Sudeste Asiático", na qual poderiam participar, além dos países da ASEAN, outros Estados interessados.

A retirada dos vietnamitas do Kampuchea, com a simultânea liquidação política da guerrilha de Pol Pot, o respeito pelo direito do povo kampucheano à soberania e a realização de eleições gerais e livres nesse país, controladas por observadores internacionais, seriam as questões a discutir na referida conferência internacional.

Propostas no mesmo sentido já haviam sido formuladas pela Mongólia e pela Malásia. Embora se mantenha a situação de tensão e de confronto, a estratégia norte-americana para a região visando manter os países progressistas do sudeste asiático numa situação de isolamento relativamente aos outros países ASEAN tem vindo a fracassar. Actualmente, verifica-se uma significativa melhoria das relações diplomáticas e económicas entre o Vietname e o Laos, por um lado, e a Indonésia, a Malásia e as Filipinas, por outro. (Prado)

Os "soldados da fortuna" e a CIA

Um ex-veterano do Vietname e editor de uma revista sobre mercenários, Robert Brown, é condecorado pelo exército dos EUA e não sofre qualquer punição por violar a Lei da Neutralidade

Ward Churchill*

Existe uma lei nos EUA (Lei U. S. C. 18, Secção 959) vulgarmente conhecida como "Lei da Neutralidade". Diz, em parte: "Qualquer pessoa, nos Estados Unidos (...) que empregue outra (...) para sair do país a fim de se alistar ao serviço de qualquer soberano, Estado, colónia, distrito ou povo estrangeiro como soldado ou fuzileiro naval (...) fica sujeita a uma multa de não mais de US\$ 1.000 ou pena de prisão de não mais de 3 anos, ou ambos".

Robert K. Brown, editor de uma revista intitulada "Soldado da Fortuna: a Revista dos Aventureiros Profissionais", sediada em Boulder, no estado do Colorado, afirma não violar esta lei — nem outras como a U. S. C. 22, Secção 611 *et seq.* Esta última estabelece que qualquer pessoa em território norte-americano, que represente directamente os interesses de outros governos,

deve validar tal actividade, de modo claro e oficial, através de um processo formal de registo público.



Bob Brown (de óculos) dando assistência a um comandante do exército salvadoreño

No conjunto, a legislação representada por estes dois instrumentos legais destina-se a impedir actos particulares — bem como a promoção e coordenação de tais actos — por indivíduos ou organizações no interior dos EUA, que tendam a minar ou suplantar as instituições formais da política externa, tais como o

Departamento de Estado ou o Congresso. Na prática, o que essa legislação procura impedir é o chamado "mercenarismo" por parte de cidadãos norte-americanos ou de outras pessoas sujeitas à jurisdição dos EUA.

Contudo, Brown tem vindo a publicar na sua revista, desde 1973 anúncios como este:

VETERANO DO EXÉRCITO, Vietname 1965-66, 37 anos, procura emprego como mercenário ou agente de segurança. Experiência de combate. Bom físico. Pode viajar para qualquer parte do mundo, com despesas pagas.

Além disso, tem publicado gratuitamente anúncios de página inteira (contracapa, última capa, destaque) contendo reproduções a cores de cartazes oficiais de recrutamento do Exército Nacional da Rodésia, bem como entrevistas com indivíduos como o Major Nick Lamprecht, ex-chefe do recrutamento do

terceiro mundo - 77

* Ward Churchill é membro activo do Movimento Índio Americano e trabalha na Universidade do Colorado. Há alguns anos, conseguiu penetrar no "círculo" da revista "Soldado da Fortuna". A sua experiência como redactor da publicação e grande parte do que veio a descobrir são narrados num artigo de 1980, intitulado "Mercenários Americanos em África: A Rede de Recrutamento e a Política Americana".

mesmo exército. Anteriormente, financiara o lançamento da sua revista com a venda de "pacotes de oportunidade de emprego no estrangeiro" — que consistiam em listas de pessoas dispostas a empenharem-se em exércitos como o da Rodésia e do Oman — através de anúncios que mandara publicar em periódicos como o *Shotgun News*.

Apesar do aparente conflito com a política oficial dos EUA inerente a tais actividades — os Estados Unidos estavam supostamente a preparar uma condenação formal da Rodésia no exacto momento em que Brown mais promovia a ida de mercenários para lá —, a sua conduta não lhe trouxe, até hoje, qualquer prejuízo. Isto talvez se deva, em parte, à impressão pública generalizada de que Robert K. Brown é mais um «basófia» do que uma ameaça.

Bob Brown em pessoa

No seu escritório, reclinado na poltrona, sob um cartaz com os dizeres "Mate todos sem distinção: depois Deus separa os mortos", e metido numa *T-shirt* onde se vê uma caveira e a legenda *Kill a Commie for Mommie* (Mate um Comunista para a Mamã), Bob Brown procura esconder os factos e os sinais de velhice que já se notam no seu rosto. Cospe um pedaço de tabaco de mascar, franze a testa como Clint Eastwood nos filmes, tenta colocar um brilho pálido nos olhinhos que piscam por detrás dos óculos escuros de lentes grossas e "explica" a situação:

"Eu não recuto gente. Apenas vendo informações. Se alguém decide ir para o estrangeiro depois de receber um pacote de informações, bem..."

Deixa o resto da frase no ar, sorri complacentemente e continua:

"Parece que um indivíduo do Departamento de Estado andou

BE A MAN AMONG MEN

The Rhodesian Army offers you an interesting and varied career with new allowances for fighting troops.

For further details contact The Army Careers Officer Phone: 707087 Lusaka.

Reproduções de um poster ("Seja um homem entre homens") do exército da ex-Rodésia e da capa de Janeiro de 1981 da revista "Soldados da Fortuna".

BEHIND THE LINES IN CAMBODIA

SOLDIER OF FORTUNA

The Journal of Military Adventure

JANUARY 1981

RAIDER DIARY SWAPO STRIKES OUT EQUAL OPPORTUNITY AIRBORNE

a dizer por aí que me mantenho dentro da letra, mas não do espírito da lei. Paciência. Nunca fiz nada que fosse ilegal."

A superfície, toda a personalidade de Robert K. Brown é tão absurda que chega a provocar o desprezo de qualquer pessoa séria. A própria ideia de um homem de meia-idade, portador de um defeito congénito de coluna e problemas de surdez, correndo de um lado para outro nas ruas de Boulder — centro de uma das grandes regiões agrícolas dos EUA — metido no mais moderno camuflado (para quê?) e de quico militar na cabeça é simplesmente ridícula. Da mesma forma, a sua tendência para aparecer em público, sempre que tem a oportunidade, carregando armamento sofisticado costuma ser visto como mera piada de mau gosto — especialmente quando se acaba por saber, como acontece de vez em quando, que as armas foram fabricadas por uma firma de *souvenirs*.

A própria revista traz a marca indelével da excentricidade do seu proprietário. Rica em fotos a cores mostrando cenas sangrentas e pobre de informações de conteúdo que possam ajudar uma pessoa a sobreviver em combate, "Soldados da Fortuna" po-

de ser justamente considerada leitura de gabinete e não uma publicação para combatente. Como disse recentemente um veterano das guerras da Coreia e do Vietname, onde ganhou muitas medalhas: "não leio aquela coisa. Quem precisa da fotografia de uma mulher seminua, para vender uma metralhadora obsoleta?"

Mas há um outro lado a Brown e da sua revista que tende a ser ignorado quando o vemos como um fenómeno inteiramente frívolo, embora repulsivo. Para começar, dois redactores da revista morreram no exercício de actividades mercenárias em um campo de batalha. George Bacon III, director de "Soldados da Fortuna", especializado em combate submarino, morreu em 1976 durante uma emboscada lutando impavidamente em Angola a favor da FNLA de Holden Roberto, organização patrocinada pela CIA. Michael Echanis, director especializado em operações marciais, morreu quando uma bomba explodiu a bordo de um avião em que viajava, na Nicotina, como assessor militar de Anastasio Somoza, e como comandante táctico da infantaria da Guarda Nacional do ditador, até fins de 1978.

Pouco depois da morte de Bacon, e enquanto o Departamento de Estado dos EUA ainda negava que cidadãos norte-americanos estivessem a servir como mercenários naquele país, outro norte-americano foi capturado pelas forças vitoriosas do MPLA. Daniel Gearhart foi julgado pelo novo governo angolano nos termos dos convênios anti-mercenários da Organização da Unidade Africana (OUA), condenado e executado. Daniel tinha obtido o seu emprego através de um anúncio publicado em "Soldados da Fortuna", no verão de 1975.

A bomba sandinista que tirou a vida de Echanis, matou igualmente o seu assistente, um cidadão norte-americano, de nome Charles Sanders, e um vietnamita com passaporte verde especial dos imigrantes norte-americanos, conhecido eufemisticamente como "Nguyen Van Nguyen" (o que equivale aproximadamente a "Silva, João"). Apelidado de "Bobby", trabalhava há muito para a CIA e para as Forças Especiais, tendo acompanhado Echanis e Sanders na Nicarágua, para actuar junto da quarta vítima da explosão, o general-brigadeiro José Ivan Allegrett Pérez, comandante da Guarda Nacional.

Na redacção de "Soldados da Fortuna", tinham mostrado cópias de um telegrama de Cyrus Vance, secretário de Estado, dirigido a Echanis, pedindo-lhe que tivesse cuidado, no sentido de poupar a vida de pessoas não combatentes no exercício das suas funções. Se Echanis respondeu, e o que eventualmente respondeu, nada se sabe.

Como o caso foi abafado

Este conjunto de circunstâncias foi suficiente para levar a deputada Patricia Schroeder, do Colorado, e outros a pedir uma investigação das actividades de Brown e de todos aqueles que estivessem ligados às suas publica-

ções, todas elas subsidiárias de outra companhia chefiada por Brown, a *Omega Group Ltd.* O nome deriva, aparentemente, do grupo de terroristas cubanos anti-castristas, *Omega Seven*, envolvido no assassinato de Orlando Letelier, diplomata chileno do tempo de Allende, e do seu colega Ronnie Moffitt, em Washington.

Brown e a *Omega Group*, incluindo Robert Himber, ex-membro do Serviço de Informações do Exército agregado ao programa "Phoenix", de assassinatos políticos, criado pela CIA para uso no Vietname, publicaram ar-

entre si, seja hoje ou no passado. Os factos, porém, dão-nos conta de outra história bem diferente. Por exemplo, uma carta escrita por Brown, em 1962, e recentemente obtida nos arquivos de uma instituição arquivadora da Califórnia, mostra que ele serviu, entre 1954 e 1957, como tenente do Corpo de Contra-Inteligência do Exército dos EUA, organização altamente selectiva e muito sigilosa. O Corpo de Contra-Inteligência, que não deve ser confundido com outras unidades dos serviços de informações militares maiores e mais diversificadas, sempre te-



George Bacon III com soldados hmong no Laos

tigos na revista sobre as mortes de Bacon e Echanis.

Mas, por interferência do Departamento de Justiça dos EUA, o caso foi abafado.

Ligações com a CIA

Brown mostra-se especialmente irascível quando se toca no assunto, qualificando-o de "puro palavreado" e pondo geralmente fim à conversa quando alguém pergunta sobre possíveis ligações entre a sua organização e a CIA.

É verdade que tanto ele como os círculos dos serviços secretos norte-americanos negam a existência de qualquer vínculo

ve vínculos extremamente fortes com a CIA (chegando, em certas áreas, a confundir-se com ela).

Brown passou grande parte da sua vida a mudar de um emprego para outro — guarda de camionetas da *Brinks*, madeireiro, empregado de fazenda — quase sempre em Boulder e vizinhanças. Gaba-se de ter estabelecido ligações com o tráfico internacional de armas e, uma vez por outra, metete-se como diletante no comércio de diamantes da África do Sul e de metais preciosos.

Concluído o seu primeiro período de serviço no Exército, Brown fez mestrado em ciências políticas na Universidade do Co-

lorado, em Boulder. Os estudos levaram-no, de forma natural — para quem aceitar a sua versão dos factos — a sentir uma profunda e duradoura simpatia pela causa do Movimento 26 de Julho, de Fidel Castro. Seja como for, foi para Cuba a fim de fazer pesquisas para uma tese, mais tarde apresentada com o título “Penetração Comunista e a Tomada do Poder pelo Movimento Trabalhista Cubano”. Em Cuba, tentou entrar em contacto com os comandantes guerrilheiros Che Guevara e Camilo Cienfuegos.

Os líderes da guerrilha cubana tinham, evidentemente, certas dúvidas quanto à sinceridade daquele estudante e evitaram que ele se infiltrasse no seu meio negando-lhe acesso às suas fileiras. (Vários jornalistas norte-americanos tiveram autorização para subir até às montanhas enquanto Brown ficava de fora). O tempo mostrou que tais precauções eram bem justificadas pois, pouco depois da revolução, Brown surgiu novamente em evidência, treinando grupos pró-Batista na Flórida, para realizar incursões contra Cuba.

Embora não participasse em qualquer uma dessas incursões, todas elas patrocinadas pela CIA no início da década de 1960 — Brown arranjava sempre uma forma de estar doente ou de ser dispensado, quando as missões partiam — já estava, então, a procurar investigar possibilidades de aplicar outro tipo de forças secretas norte-americanas em áreas nevrálgicas do mundo, tanto no seu país como no exterior.

De capitão a tenente-coronel

A carta que Brown escreveu, em 1962, era dirigida a Marvin Leibman, na altura chefe do “Comité Americano para Ajuda aos Soldados da Liberdade do Catanga”, sediado em Nova Iorque, grupo de vanguarda da CIA encarregado de criar simpá-

tias e organizar o apoio material ao chamado “Comando Cinco” de mercenários europeus, que actuavam na Guerra Civil do Congo. Como parte das credenciais que apresentou a Leibman, Brown revelou ter sido um agente secreto em território norte-americano, infiltrado em comités de “Tratamento Justo para Cuba” ao serviço do notório Esquadrão Subversivo da polícia de Chicago. Na carta, indagava se Leibman tinha informações quanto à maneira através da qual cidadãos norte-americanos poderiam contornar a Lei da Neutralidade, a fim de actuarem como combatentes mercenários em países como o Congo.

Brown regressou ao Exército na segunda metade da década de 60, como capitão das Forças Especiais. Enviado à região de Pleiku, nos planaltos centrais do Vietname, chefiou um destacamento de apoio a uma *joint-venture* das Forças Especiais e da CIA, cujo nome de código era “Comando de Assistência Militar, Vietname, Grupo de Estudos e Observações”. Na realidade, tratava-se de um Grupo de Operações Especiais. Era responsável pela recolha directa de informações e executava missões altamente secretas no Camboja, Laos, Vietname do Norte e — segundo alguns — também no sul da China, durante a Guerra do Vietname.

O destacamento de Brown estava igualmente envolvido na identificação de personalidades políticas para liquidação pelos assassinos da “Operação Phoenix”, da CIA. O próprio capitão, naturalmente, era responsável pelo trabalho de ligação com o pessoal da CIA, dada a capacidade operacional da sua unidade.

Outro vínculo — este mais substancial — entre Brown e os elementos mais secretos dos círculos oficiais norte-americanos, foi o tratamento que o Exército lhe dispensou desde que ele passou à reserva. É inevitável que

uma investigação criminal, ou uma investigação sobre qualquer conflito concreto com a política externa dos EUA, ponha fim definitivo à carreira de qualquer oficial do exército. O caso do general Douglas MacArthur é talvez o exemplo mais famoso da aplicação deste princípio.

Brown, porém, que era um simples capitão quando se desligou do exército, foi promovido não uma vez, mas duas — primeiro a major, depois a tenente-coronel — desde que começaram as investigações sobre as suas violações da Lei da Neutralidade. Além disso, em vez de ser banido pelo *establishment* militar, a semelhança do que se passou com outros oficiais, como o tenente-coronel Anthony Herbert (cujo “crime” consistiu em denunciar as atrocidades cometidas por militares no Vietname), Brown tem sido constantemente escolhido para receber a honra de pronunciar conferências no prestigiado *War College* do exército norte-americano. O seu tema são os mercenários e as suas implicações para a doutrina norte-americana de guerra irregular.

Intensificação de actividades

Desde que a rejeição das investigações da deputada Schroeder pelo Departamento de Justiça provou definitivamente que a crítica interna norte-americana pode ser controlada, e que o material para o processo, nos termos dos estatutos norte-americanos, (*a la* Edwin Wilson) pôde ser frustrado, Brown e o Grupo Omega tornaram-se ainda mais atrevidos. A revista, por exemplo, publicou um artigo assinado pelo ex-director executivo Bob Poos, em que contava com uma equipa de “jornalistas” de “Soldados da Fortuna” levou cabo uma patrulha de combate — “para matar, pelo menos, alguns terroristas” — no Zimbábue, na véspera das eleições que marcavam a transição do regime

de minoria branca para o de maioria negra, naquele país.

Houve também uma série de artigos do tipo "Eu estive lá", assinados por cidadãos norte-americanos que serviram no Exército Nacional da Rodésia, apesar das simultâneas negativas "oficiais" do Departamento de Estado, de que havia provas do envolvimento de cidadãos norte-americanos na luta do Zimbábue. Vários desses indivíduos foram posteriormente incorporados na equipa de "Soldados da Fortuna" — entre eles, o major Mike Williams e o capitão John Early.

Em 1980, a revista passou a patrocinar uma série de convenções anuais, reunindo milhares dos seus fiéis. Realizada na Columbia, no estado de Missouri, a primeira convenção concedeu um "Prémio da Liberdade Bull Simons", a Vang Pao, ex-chefe do exército clandestino guerrilheiro *hmong*, da CIA, n.º Laos, nos finais da década de 1960. O falecido Arthur D. ("Bull") Simons chefiou a primeira missão das Forças Especiais, patrocinada pelas Forças Especiais da CIA naquele país, trabalhando depois como comandante do Grupo de Operações Especiais e tendo chefiado o malogrado ataque do GOE contra o campo de prisioneiros de guerra de Son Tay, no Vietname do Norte, em 1970. (A promoção da procura e repatriação de imaginários "prisioneiros de guerra vivos" no Vietname é outra especialidade da revista "Soldados da Fortuna".)

Bob Sipe, activista de esquerda do estado de Illinois, que compareceu à primeira convenção, diz: "estar numa reunião das SS foi como eu sempre pensei que seria, com a diferença de que os participantes eram mais jovens. A coisa era espantosa. Alguns deles usavam até o *totenkopf* (a insígnia da caveira dos SS) nas boinas".

Outro indício da nova liberdade de acção da revista tem sido uma verdadeira epidemia de

imitações de "Soldados da Fortuna" em todos os escalões da literatura periódica norte-americana. O Grupo Omega lançou um novo mensário ilustrado com o título *Survive*. Há também o *Gung Ho!*, publicado (e, segundo consta, quase inteiramente escrito) por Jim Shultz, ex-redactor de "Soldados da Fortuna". Outros títulos de revistas recém-lançadas do mesmo género são *New Breed*, *Eagle*, *Combat Illustrated*, *Special Weapons and Tactics* e *Combat Ready*.

O Grupo Omega mantém um interesse e presença activos na África Austral. Por exemplo, o director Jim Graves esteve em contacto com os dois participantes norte-americanos — Charles Willian Dukes (ex-membro do Serviço Aéreo Especial, grupo de elite do Exército Nacional da Rodésia) e Barry Francis Briggon (ex-membro da Infantaria Ligeira rodesiana) — na fracassada tentativa feita em 1981 por uma força mercenária, de levar a cabo um golpe nas ilhas Seychelles. A força de ataque, chefiada pelo coronel Mike Hoare (comandan-

te do Comando Cinco do Congo, 20 anos antes), foi lançado a partir da África do Sul, onde, por acaso, Graves se encontrava de visita na ocasião. Mais tarde, confessou que tinha tido conhecimento do golpe planeado um mês antes da sua realização.

América Central e Granada

A organização tem também demonstrado vivo interesse e envolvimento no tocante ao Afeganistão, ao sudeste da Ásia e ao Médio Oriente, mas na verdade houve uma nítida mudança na direcção da América Central nos últimos dois anos. Em 1983, por exemplo, o Grupo Omega enviou uma equipa a El Salvador em duas ocasiões diferentes.

A finalidade das visitas era avaliar a possibilidade do envio de tropas do "sector privado", para El Salvador e treinar a rale do *Atlatl*, regimento excepcionalmente brutal daquele país. O treino incluiu as táticas de emboscada e patrulha, a utilização correcta de armamento ligeiro



Uma equipa do Grupo Omega em El Salvador. À esquerda, de pé, o tenente-coronel Robert Brown

norte-americano distribuído às tropas salvadorenhas como equipamento-padrão, e os princípios usados nas operações terra-ar.

Considerando bem-sucedidos estes esforços pioneiros, Brown ofereceu-se publicamente para substituir a tão controversa presença de pessoal do exército norte-americano na qualidade de assessores, junto a El Salvador, por grupos profissionais escolhidos por ele mesmo. Roberto D' Aubuisson, líder fascista de El Salvador, aceitou a oferta de maneira igualmente pública. Ambas as partes concordam em que o financiamento de tal empresa não constituirá problema difícil. O dinheiro será fornecido, certamente pela direita salvadorenha e também, com toda a certeza, pelo mesmo tipo de financeiros da direita norte-americana denunciados por Ken Lawrence, no seu artigo de 1981, *Behind the Klan's Karibbean Koup Attempt*. No entanto, o âmbito geral da intervenção planeada implica claramente num apoio em grande escala, do tipo historicamente fornecido pela CIA.

Há ainda uma outra prova da extraordinária intimidade entre o Grupo Omega e os círculos dos serviços secretos dos EUA. É sabido que a imprensa norte-americana foi bloqueada — supostamente para sua própria segurança — por ocasião da invasão de Granada, em Outubro de 1983, até ao quinto dia de operações militares na ilha.

Nessa altura, a maior parte da resistência tinha sido esmagada pelos *rangers* e *marines*, donde, a natureza do combate não pôde ser observada por jornalistas independentes. Talvez ainda o mais importante, tenha sido o facto de os principais membros do governo de Granada terem sido presos, levados à força para um local de detenção seguro onde não pudessem ser entrevistados, quando não eram exibidos algemados e de olhos vendados, nas ruas da capital. Além disso,

"Covert Action"



Jim Graves na sede do *New Jewel Movement*, na época da invasão de Granada. Bob Brown em segundo plano, à esquerda

unidades do serviço de informações tinham ganho o tempo necessário para fazer uma avaliação completa da situação, declarando certos edifícios e tudo o que havia dentro deles "interditados" — por motivos de "segurança" — a qualquer pessoa, a não ser a alguns redactores autorizados.

Esta mais recente violação da Quinta Emenda pelo executivo dos EUA provocou, naturalmente, uma onda de controvérsia constitucional, mas Jim Graves, director de "Soldados da Fortuna", anunciou que a sua revista tinha sido a única excepção durante aquela proibição da imprensa. Numa conversa em que se encontrava bêbado, mas muito bem testemunhada, num restaurante e bar de Boulder, no Colorado (*The Hungry Farmer*), Graves desatou a língua e afirmou que a "malta" da sua revista tinha tido autorização para entrar em Granada no primeiro dia, juntamente "com as tropas de assalto".

Tal afirmação poderia, naturalmente, ser atribuída a simples burrice e embriaguez (todos nós temos a tendência para exagerar de vez em quando), não fosse o facto de Graves ter mencionado também que, devido a isso, o seu

pessoal tinha tido a oportunidade de revistar e examinar a sede do Comité Central do Movimento *New Jewel*. Consequentemente, disse ele, a sua revista tinha obtido documentos "secretos do governo e do partido inaccessíveis ao resto da imprensa.

Alguns desses documentos foram recentemente publicados pela revista, comprovando pelo menos parte das afirmações que Graves fez sob o efeito de bebadas alcoólicas.¹ Além disso, sabe-se hoje que os serviços secretos norte-americanos fizeram com que os militares bloqueassem não só a imprensa, mas também uma Comissão de Investigação do Congresso, impedindo-as de entrar na referida sede do Movimento *New Jewel*, à qual a revista "Soldados da Fortuna", ter

¹ Já houve quem observasse que a história contada por Graves pode ser falsa, pois a sua revista poderia ter obtido os documentos por outros meios... como, por exemplo, através de algum elemento do serviço secreto. De qualquer forma, o mesmo tipo de relação íntima fica impedito. A versão, publicada pela revista, de como entrou na posse dos documentos — encontrando e arrombando um cofre, na sede do Comité Central (que o resto da imprensa não foi suficientemente esperta para encontrar) parece fantástica demais para a verdade.

obviamente acesso. O deputado Ron Dellums (democrata da Califórnia), membro da Comissão, ficou, segundo consta, "atordoado" com as implicações de tal situação. Por sua vez, "Soldados da Fortuna" alegou que os documentos secretos em seu poder demonstram que Dellums e vários outros membros do Congresso estão essencialmente envolvidos com "os comunistas" (as orelhas de Joe McCarthy devem certamente ter ficado em alerta, diante de tal afirmação), embora a revista não tenha até hoje publicado nada que comprove esta acusação.

Finalmente, há uma ligação entre "Soldados da Fortuna" e a "Assistência Civil-Militar", organização da qual dois mercenários morreram recentemente, em Manágua.

Conclusão

Em suma, dado todo o conjunto de circunstâncias que as envolvem, parece evidente que as atividades de Robert K. Brown e do Grupo Omega, supostamente oriundos do "setor privado",



Alguns membros do Grupo Omega, fazendo-se passar por jornalistas, interrogam um suspeito de guerrilheiro em El Salvador

nada têm a ver com este. Pelo contrário, é quase certo que toda essa operação é parte integrante, embora quase despercebida, dos meios secretos pelos quais o governo dos EUA e seus aliados das transnacionais pretendem manter a sua hegemonia numa grande parte do mundo.

Ver em Bob Brown apenas um adolescente pateticamente envelhecido, que nunca chegou a abandonar o seu amor por brinquedos de guerra, não é inteiramente justo. Ele é isso, sem dúvi-

da, mas há algo mais do que pose e pretensão. No mínimo, ele conseguiu fazer uma carreira lucrativa, mandando gente para matar no estrangeiro. E para morrer. Talvez o cartaz pendurado na parede da redacção de "Soldados da Fortuna", em Boulder, descreva melhor a realidade fundamental do Grupo Omega: sob a foto de um urubu aguardando a oportunidade de descer para apanhar a sua presa, vê-se a legenda: "Matar é a nossa profissão, e os negócios estão a ir muito bem".

cadernos do terceiro mundo

Alteração de preços a partir de Julho

Assinaturas

Portugal

anual (12 números) 650\$00

semestral (6 números) 400\$00

Espanha (12 números) 900\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Comunicação

	Certo	Errado	
1.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	As ditaduras são inimigas mortais dos meios de comunicação
2.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Os meios de comunicação nas mãos das ditaduras moldam a opinião pública
3.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A imprensa alternativa (semanários, boletins mimeografados) tem importância marginal, diante do enorme poder da grande imprensa e dos meios electrónicos
4.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A eliminação da censura fortalece a imprensa alternativa
5.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A imprensa alternativa deve recorrer a tecnologias artesanais para manter o seu carácter popular
6.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Os partidos políticos necessitam de meios de comunicação próprios para aumentar o seu eleitorado
7.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Em democracia, a audiência e a circulação são quem decide a sorte de um programa ou de uma publicação
8.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Num regime democrático, o governo não controla a imprensa
9.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Só as democracias podem promover a democratização da informação
10.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Mesmo querendo, é difícil mudar o conteúdo dos meios de comunicação, porque não existem fontes alternativas de notícias e programas

Paradoxos sobre políticas alternativas

Democracia e liberdade de imprensa: estes conceitos encerram mitos que dificultam uma análise correcta do seu conteúdo*

1 Falso. As ditaduras do Cone Sul latino-americano têm-se caracterizado pela sua aversão a alguns meios de comunicação, que encerraram, censuraram e reprimiram de mil e uma maneiras.

* Este artigo, de Roberto Remo Bisio, baseia-se numa palestra apresentada pelo autor no seminário "Comunicação e democracia no Cone Sul" (Montevideu, Março de 1985).

Ao mesmo tempo os regimes de "segurança nacional" iniciados no Cone Sul com o golpe de 1964 no Brasil, apoiaram a revolução tecnológica dos meios de comunicação, introduziram a cor na televisão, interligaram-se, via satélite, com os grandes centros irradiadores da indústria cultural, abriram novos espaços à iniciativa privada nas ondas electromagnéticas (FM e UHF).

As comunicações foram um dos sectores de maior crescimento económico nos últimos anos no Brasil e, provavelmente algo parecido acontece no Chile e na Argentina.

Pode-se argumentar que isso se deve, em grande parte, à revolução científico-tecnológica que o mesmo teria acontecido sem autoritarismo. Mas a verdade é que as ditaduras favoreceram a absorção de emissoras locais por parte de grandes cadeias como a Rede Globo brasileira, privilegiaram a grande imprensa na concorrência com os jornais locais ou regionais, permitiram a expansão das empresas jornalísticas para o campo da especulação financeira ou imobiliária (para citar apenas os sectores onde melhor se percebe o impacto do controlo da informação), alimentaram com créditos a computerização dos jornais...

Favores que quase sempre

pagos com silêncio, complacência, bajulação ou cumplicidade por omissão.

2. Falso. Não satisfeitos em abafar qualquer voz opositora e neutralizar ou "cooptar" a maioria dos meios que sobreviveram, os regimes de segurança nacional gastaram milhões de dólares contratando as mais caras agências norte-americanas de publicidade para promover a sua imagem e criar *slogans* como o famoso "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Eles e nós acreditávamos inocentemente no poder dos meios de comunicação no moldar da opinião pública. Em 30 de Novembro de 1980, um grupo de uruguaios exilados, participantes de uma mesa-redonda, no México, explicava aos telespectadores que não deviam acreditar no resultado do referendo,¹ pois este estava condicionado pela avalanche de propaganda oficial, quase ao mesmo tempo que os primeiros resultados da apuração caíam como uma bomba, e eram divulgados via telex.

¹ Refere-se ao referendo no qual a maioria do povo uruaio rejeitou a proposta do governo militar de introduzir reformas na Constituição do país.

Os sociólogos explicarão um dia esse "Não" histórico e esclarecerão como Perón chegou ao poder com a oposição de todos os meios de comunicação e foi deposto quando contava com o apoio deles. Contentêmo-nos, agora, em comprovar que o poder dos meios de comunicação sobre a opinião pública é — felizmente — bastante limitado.

3. Falso. A importância de um meio de comunicação não se mede apenas pelo seu índice de audiência.

As ditaduras no Cone Sul começaram com um rígido controlo e censura sobre todo e qualquer tipo de expressão de ideias. Ao fim de um certo tempo (por pressão internacional ou porque se sentissem muito seguras de si), as ditaduras relaxam o controlo sobre os meios de comunicação considerados menos importantes. Passam, assim, a usufruir de uma certa liberdade o teatro, o cinema e os músicos populares, que se tornam a voz dos que não têm voz. Depois, vêm os semanários, fundamentais para a classe política, enquanto o controlo continua restrito à rádio e à televisão, que chegam a todo o povo.

O humor torna-se o baluarte da resistência (*Pasquim, Satiri-*

cón ou *El Dedo*).

São estes meios de comunicação, mais audaciosos, que abrem espaços para os demais. Se uma forma de expressão, uma maneira de dizer as coisas consegue passar sem censura pelo controlo oficial, outros irão imitá-la e esta forma pode chegar aos meios de comunicação de penetração nacional, conseguindo assim um verdadeiro impacto sobre todo o país.

Não existe qualquer estudo sobre a democratização brasileira que deixe de mencionar o importantíssimo papel da imprensa "nanica" (imprensa alternativa) e é por demais conhecido o papel dos semanários e das rádios no Uruguai.

4. Lamentavelmente falso. É paradoxal que os meios de comunicação alternativos, os que mais sofreram os efeitos da censura e os que mais a combateram, sejam os primeiros a desaparecer quando a censura deixa de existir. Esta foi, pelo menos, a experiência do Brasil e do Peru, para citar apenas dois exemplos.

Ao desaparecer a censura e libertando-se da autocensura (muito mais eficaz que a repressão explícita), a grande imprensa começa a abordar todos os temas, imitando inclusive as experiências bem-sucedidas da imprensa alternativa. E ao fazê-lo, com muito mais recursos técnicos e, por vezes, com maior competência profissional, tira os meios de comunicação alternativos da sua posição privilegiada de serem os únicos a quem se pode recorrer para se saber do movimento sindical, do que pensa a oposição ou do que acontece na área cultural.

Sem estrutura empresarial nem apoio publicitário, a imprensa alternativa perde posições e gradualmente desaparece. Em 1979, existiam mais de 100 semanários políticos no Brasil, com uma circulação conjunta de



quase meio milhão de exemplares. Hoje, existem apenas um semanário de informação predominantemente política com circulação nacional ("Jornal do País") e o jornal satírico "Pasquim" publica esporadicamente cerca de dez mil exemplares, quando nos "bons tempos" da ditadura de Médici vendia 100 mil por semana.

Uma perda lamentável, não só por razões nostálgicas, mas também pelos valores informativos que desaparecem. É que a imprensa alternativa não é assim considerada porque refletia uma opinião divergente da do governo, mas porque expressa uma divergência básica quanto aos agentes da informação, os sujeitos da notícia, o conteúdo da mensagem, os procedimentos para transmiti-la e a forma de se organizar para realizá-la.

5. Um mito tão falso como perigoso, que é a causa de muitos fracassos de experiências alternativas de comunicação. Segundo a famosa frase do "carnavalesco"² brasileiro Joãozinho Trinta, "só os intelectuais gostam da miséria; o povo gosta do luxo". O tema é polémico, mas em todo o caso não é verdade que uma publicação tenha que ser mal impressa a mimeógrafo para ser popular. Pelo contrário, as novas tecnologias de comunicação colocam nas mãos dos interessados (cooperativas, sindicatos, associações de moradores) a possibilidade de elaborar a preços reduzidos as suas mensagens e divulgá-las através de rádios próprias de alcance local ou por circuitos próprios de vídeo-cassete.

No Brasil, por exemplo, são os grandes oligopólios da comunicação que até agora têm impedido a aprovação de uma lei que permita atribuir frequências

²"Carnavalesco", nome dado no Brasil a um director de escola de samba.

de rádio de alcance limitado e sem interesse comercial a associações de moradores.

Isso não quer dizer que qualquer tecnologia nova deva ser incorporada, nem que se desconheçam os efeitos nocivos da forte dependência que a micro-electrónica e a teleinformática produzem ao serem utilizadas em grande escala pelos conglomerados financeiros, corpos repressivos, ou pelos meios de comunicação de massas aliados às transnacionais. Trata-se, apenas, de prevenir contra a rejeição em bloco de qualquer inovação, contrária à tese de que o Terceiro Mundo deve continuar pobre para ser feliz, que os índios devem continuar descalços e famintos para não perderem a sua identidade cultural.

6. Igualmente falso, ainda que os próprios partidos geralmente pensem o contrário e supervalorizem a palavra escrita em detrimento da imagem electrónica. Como já vimos, o poder dos meios de comunicação no sentido de fazer com que alguém mude de opinião é muito limitado. A imprensa partidária é muito mais uma ferramenta interna para reforçar convicções já adquiridas ou com funções pedagógicas, do que um meio de alargar a sua influência política em campanhas eleitorais.

O governador Leonel Brizola ganhou as eleições no estado do Rio de Janeiro sem contar com um único meio de comunicação próprio, aproveitando ao máximo os escassos espaços que os meios de comunicação existentes lhe ofereciam, em particular a televisão.

Os partidos políticos contribuiriam eficazmente para a democracia e o fortalecimento da sociedade civil se uma parte dos esforços que dedicam a construir uma imprensa sectária se destinasse a democratizar a estrutura nacional de comunicações e informação.

7. Este é um dos mitos mais arraigados e falsos de toda aqueles atribuídos aos meios de comunicação. A rádio e a televisão privadas vivem da publicidade. No caso dos jornais e revistas, o preço pago pelo leitor é apenas suficiente para custear o papel.

Como destaca Adolfo Aguilar Zinger, do Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo (CEESTEM, México) "do ponto de vista económico os meios de comunicação são empresas de prestação de serviços. O que os serviços vendem é espaço ou tempo de transmissão para mensagens publicitárias...

Lord Thompson, proprietário de jornais diários britânicos, confessou isso mesmo com ironia na sua famosa definição de "notícia": "asneiras com que preenchem espaços entre anúncios".

Se a publicidade paga meios de comunicação e o cliente tem sempre razão, o poder de decisão final está nas mãos de quem controla a publicidade ou seja, o governo e um pequeno número de empresas transnacionais. Em 22 jornais latino-americanos analisados em 1980 por Rafael Roncagliolo e Norma Janus, as empresas transnacionais ocupam 31% do espaço publicitário (em alguns casos a proporção atingia 50%). Os anúncios locais são em grande parte pequenos e dispersos, e o poder de pressão, ou canalização dos seus contratos através de agências transnacionais (J. Walter Thompson, Young & Rubicam, McCann Erickson e outras).

Supor que estas agências e empresas não têm critérios políticos e não exercem influência no conteúdo das "asneiras" que se veiculam entre a publicidade é apostar na ingenuidade e credulidade do público.

Quando *cadernos do terceiro mundo* tinha uma circulação superior a 100 mil exemplares mensais e já era a revista

maior circulação em vários países africanos, uma dessas agências foi contactada para oferecer a nossa revista como veículo publicitário de empresas brasileiras interessadas em exportar para África. Descobrimos então que não figurávamos na lista dos *medias* da agência. Como é possível termos passado despercebidos? "Para nós os periódicos políticos não são *medias*", responderam-nos. Sem comentários.

8. Este mito é tão falso quanto o anterior. E em grande parte pelos mesmos motivos. O Estado, em vez de diminuir, aumentou a sua participação económica em todo o Cone Sul na última década, ao contrário do que queriam os *Chicago Boys*.

Devido a isso, uma parte considerável — talvez a maior — dos contratos publicitários estão nas mãos do Estado e das suas empresas. Além, naturalmente, dos orçamentos das companhias de promoção, editais e anúncios oficiais, etc.

Como se isso não fosse suficiente, o governo decide sobre a concessão de ondas electromagnéticas, subsídios para papel, carga tributária e, por vezes, tem até poder para fixar os preços de venda. Não precisa exercer a tão odiosa censura para eliminar qualquer publicação hostil, nem recorrer a procedimentos ilegais para fortalecer um meio que lhe seja simpático.

Deve-se discutir se é democrático a existência deste poder, se não deveriam ser explícitos e verificáveis os critérios pelos quais ele se exerce. De que formas e critérios se concede publicidade oficial e pró-estatal? São realmente canalizadas para quem necessita de subsídios para a actividade jornalística?

Toda uma política de comunicação pode ser executada usando os mecanismos já existentes. Mais uma razão para divulgá-la e discuti-la democraticamente.

9. Lamentavelmente falso. A experiência mais séria e radical de democratização da imprensa na América Latina foi empreendida em 1974 pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado, no Peru, que desautorizou todos os jornais de circulação nacional para colocá-los nas mãos dos sectores populares organizados: camponeses, trabalhadores urbanos, artesãos, profissionais liberais, cooperativas, professores, etc.

Esses jornais, com uma nova orientação, foram mais criativos, polémicos e pluralistas e tiveram melhores índices de venda que em qualquer outro período, anterior ou posterior. A reforma

cluiu o direito à informação como complemento à liberdade de expressão. Porém, passados mais de cinco anos, esse direito continua sem regulamentação legal, portanto, sem existência prática.

10. A última das dez falsidades mais comuns, que a imprensa estabelecida elevou à categoria de mitos. As alternativas existem.

A nível da informação internacional, existem mais de 80 agências de imprensa nacionais do Terceiro Mundo e um *pool* que as interliga. Já existe a ALA-SEI (Agência Latino-Americana para Serviços Especiais de Informação); há serviços alternativos



A censura não é o único meio para eliminar as publicações adversárias

foi frustrada com a queda de Velasco Alvarado em 1975, mas serviu para demonstrar que a imprensa livre não é necessariamente sinónimo de liberdade de empresa nos meios de comunicação.

Naturalmente, nada impede — pelo menos em teoria — que um governo democrático estude o problema da democratização dos meios de comunicação e legisle sobre a questão. Registemos, apenas em tom de desafio que todos devemos assumir, que essa discussão não aconteceu até agora.

O México é uma excepção, já que, depois de um longo debate democrático, reformulou a sua Constituição em 1979, para in-

de fotografias e, no Terceiro Mundo, produzem-se anualmente mais filmes que os Estados Unidos e a Europa Ocidental juntos.

A nível local, a criatividade está presente.

Falta decisão política para recorrer a estas opções e resistir ao *dumping* de produtos da indústria cultural norte-americana, muito mais pernicioso que o irrisório *dumping* de sapatos brasileiros ou tecidos uruguaios sobre o mercado dos Estados Unidos, do qual são acusados os novos governos no exacto momento em que ambos os países precisavam exportar mais, para consolidar a democracia que tanto tem custado a reconstruir. ●

Um futuro incerto

Quase dois meses depois do derrube do general Gaafar Numeiri, o governo chefiado pelo comandante do exército, Abdel Rahman Sower al-Dahab, nomeou um executivo civil, iniciou contactos com os par-

tidos políticos e promoveu uma abertura gradual em relação à Líbia e à Etiópia, dois países vizinhos com os quais o antigo governo estava em pé de guerra permanente há vários anos. Medidas importantes que provocaram uma sensível redução das tensões políticas e sociais na região norte do Sudão e expectativa na parte sul, onde guerrilheiros se confrontam com as tropas regulares à cerca de dois anos.

O general Dahab tem no entanto pela frente uma grave situação económica provocada pelo caos financeiro e administrativo deixado pelo seu antecessor. Quando o novo governo começar a materializar as suas propostas económicas ficará clara a sua posição política, e os partidos sudaneses terão a oportunidade de saber se o regime militar pretende tomar medidas que alterem em profundidade os vários pontos de estrangulamento responsáveis pela crise crónica que atinge o país há várias décadas; ou se a abertura inicial não passou de uma manobra para ganhar tempo.

O golpe contra Numeiri foi na verdade uma manobra da cúpula militar para se antecipar a uma previsível rebelião de jovens militares de tendência nacionalista. O general Dahab havia sido nomeado ministro da Defesa no dia 23 de Março, numa decisão pessoal do ex-presidente sudanês, facto que provocou uma enorme

O novo regime militar promove algumas mudanças importantes, mas isso não assegura a sua estabilidade, pois os problemas pendentes são muitos. Entre eles, o maior desafio para o general Al-Dahab provém das actividades do Exército Popular de Libertação que luta no sul do país

surpresa nos meios políticos de Cartum. Desde sua ascensão ao poder em 1969, Numeiri sempre guardou para si o cargo de ministro da Defesa como uma forma de controlar o exército e impedir conspirações. A nomeação foi feita três dias antes do presidente deposto partir para Washington, numa viagem desesperada e cujo objectivo principal era tentar reconquistar o apoio norte-americano para o seu frágil governo. Pouco mais de uma semana depois de assumir o Ministério da Defesa, Dahab derrubou o presidente que o nomeara, num movimento que contou com o apoio da alta cúpula do exército e que foi levado a cabo após consultas ao Egipto e aos Estados Unidos.

A troca de generais em Cartum foi ao que tudo indica um movimento acompanhado de perto pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado, que



Só após as primeiras medidas económicas, ficará claro o que querem os militares

há tempos vinham estabelecendo contactos estreitos com a alta hierarquia do exército, marinha e aeronáutica do Sudão, diante da visível deterioração da posição de Numeiri.

O general Dahab no entanto era dentro da cúpula militar, um oficial pouco conhecido e que havia conseguido ficar relativamente imune às acusações de corrupção e favoritismo político. Assim acabou por ser ele o escolhido para chefiar o golpe à que estava menos comprometido que os seus camaradas com as arbitrariedades do regime deposto, e poderia ser mais facilmente aceite pelos jovens oficiais e partidos políticos, os quais seguramente teriam reagido violentamente caso um militar da chamada "velha guarda" assumisse o poder.

A mudança de governo aconteceu num momento em que a classe média e os grandes sindicatos da região norte do Sudão haviam-se rebelado contra as medidas económicas adoptadas por Numeiri para satisfazer o FMI, as quais provocaram um aumento espectacular dos preços dos produtos alimentícios básicos. Para continuar a receber verbas do Fundo, o governo deposto teve que acabar com os subsídios à alimentação, uma medida que havia sido adiada o mais possível já que Numeiri sabia que ela provocaria greves e protestos capazes de abalar o seu regime. Mas a pressão dos bancos internacionais foi mais forte e muito possivelmente proposta.

O ex-presidente já era considerado uma carta fora do baralho nos grandes centros financeiros internacionais devido à sua incapacidade de manter o controlo interno num país tido como fundamental para os interesses geo-políticos dos Estados Unidos no Médio Oriente e no norte de África. O FMI não desconhecia que o fim dos subsídios num momento de grande impopularidade do regime provocaria uma rebelião e que as possibilidades de sobrevivência de Numeiri seriam praticamente nulas. A decisão de aumentar as pressões económicas, materializada numa notícia do jornal *Washington Post* semanas antes do golpe, completa o quadro e indica que o derrube de Numeiri seguiu um *timing* pré-estabelecido.

Mas embora sejam muitas as evidências de que a mudança de governo tenha sido articulada em Washington, a personalidade do general Dahab

e os desdobramentos do golpe podem fazer com que os rumos do novo governo não sejam exactamente os pretendidos pelo Departamento de Estado norte-americano. O novo presidente pertence a uma família tradicional da seita islâmica *Khatmiya*, que sempre teve uma forte influência política no norte do Sudão, especialmente na burguesia comercial. O general Dahab é simpático ao Egipto, segue as prescrições islâmicas no que se refere à proibição do álcool e é contra o islamismo radical da influente Irmandade Muçulmana. Ao mesmo tempo é tido como íntegro, pouco inclinado a manobras políticas e desinteressado em continuar no poder por prazo



A economia do Sudão está em crise devido à corrupção do regime de Numeiri

indeterminado.

Em Cartum afirma-se que o general Al-Dahab não teria nem vontade nem aptidão para se envolver no maquiavélico jogo político implantado pelo seu antecessor. Mas ao mesmo tempo faltava-lhe o carisma de Numeiri e a autoridade necessária para se impor diante das várias facções políticas antagónicas em que o Sudão se dividiu durante os 16 anos de autoritarismo.

O projecto político

No terreno político, o novo governo necessita de um apoio popular mínimo, sem o qual acabará destruído pelas rivalidades existentes entre os membros da hierarquia militar. No momento, Dahab procura estabelecer ligações douradoras com os partidos tradicionais, como o *Umma*, dominado pela aristocracia ansar, ligada ao meio rural, e com o partido unionista. O seu principal articulador político é o general Taj el Din Abdulla Fadul, comandante em chefe do exército, um militar responsável no passado por inúmeras críticas a Numeiri. Foi Fadul quem organizou os primei-

ros encontros entre o Conselho Militar Supremo (de 15 membros e chefiado pelo general Al-Dahab) com os partidos políticos. Foi também o militar encarregado de procurar os primeiros contactos com os guerrilheiros do sul visando uma trégua e posteriormente algum tipo de acordo de paz.

Logo depois de assumir o poder, o general Al-Dahab suspendeu a Constituição, a lei islâmica *sharia* implantada há quase dois anos por Numeiri, e prometeu resolver o problema criado pela virtual divisão do país em duas partes, devido à rebelião do sul. Prometeu também devolver o poder aos civis, primeiro num prazo de seis meses, que depois estendeu para um ano. Na verdade, o novo regime não tem muitas alternativas fora de um entendimento com os partidos. A alta cúpula militar ainda está com o seu prestígio político abalado pelas ligações com o regime deposto e pelas acusações de corrupção devido ao seu

envolvimento com a controversa Comissão Económica Militar, um organismo criado no governo anterior para organizar as compras do exército, mas que acabou por se transformar numa verdadeira empresa onde as denúncias de roubo pairam sobre quase todos os responsáveis.

Logo depois do golpe, o governo realizou reuniões com os dirigentes dos partidos *Umma*, Unionista, Comunista, Baathista e Socialista Islâmico. Na primeira reunião os partidos aproveitaram-se das debilidades do governo militar para forçar a inclusão de civis no executivo, já que originalmente o general Al-Dahab pretendia dar apenas três cargos importantes para dirigentes ou delegados partidários. A situação evoluiu após a segunda e a terceira reunião entre militares e civis quando foi decidido que além do Conselho Militar, seria formado um executivo integralmente composto por civis. Institucionalmente o governo ficaria subor-

Dahab, um discreto general

□ O general Abdel Rahman Sowar Al-Dahab tem 55 anos e sempre esteve ausente dos grandes acontecimentos políticos. Quase toda a sua carreira foi feita dentro dos quartéis, onde adquiriu a fama de profissional, íntegro, religioso, mas ao mesmo tempo fiel aos seus superiores. De família muito religiosa é casado com uma parente de Hamza Mirghani, um dos principais dirigentes da seita *Khatimiya*, com grande influência no norte do Sudão.

Al-Dahab, que quer dizer pulseira de ouro, serviu no Serviço de Informação Militar do exército em 1957. Dez anos depois, foi enviado para os Estados Unidos onde fez um curso de comando de infantaria. Em 1969 foi destacado para a embaixada do Sudão no Uganda,



General Al-Dahab: personalidade introvertida

numa época em que os guerrilheiros da *Anyanya* recebiam a maior parte do armamento através do território ugandês. Dahab permaneceu pouco tempo no posto pois recusava-se a servir bebidas alcoólicas nas cerimónias diplomáticas, facto que provocou atritos com os seus superiores.

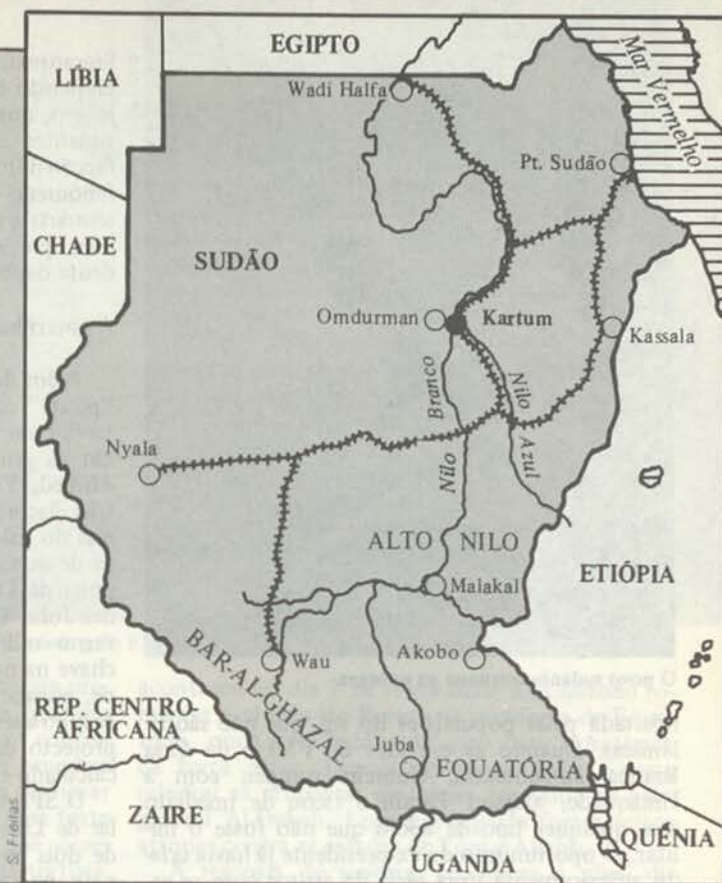
Em 1975 foi graduado brigadeiro e mandado para o comando das unidades militares em Juba, no sul. A guerra civil terminou nesse ano, mas a sua permanência na região provocou novos atritos por desconfianças dos sulistas em relação a ele. Em 1982, quando o vice-presidente da República, general Abdel Khalil e mais 22 oficiais superiores denunciaram a corrupção na alta cúpula do governo de Numeiri, demitiu todos os participantes do movimento. Na onda de promoções que se seguiu, o agora chefe do governo foi promovido a general e em 1983 ao posto de chefe do Estado Maior do Exército. Em Março foi nomeado comandante-geral e ministro da Defesa, enquanto Numeiri criou para si o cargo de comandante supremo.

Os seus colegas de farda, definem-no como um militar avesso à publicidade e a qualquer tipo de carisma. Não gosta do jogo político e chega por vezes a ser ingénuo. Também não procura mostrar-se autoritário ou enérgico, embora seja radicalmente contra a corrupção e não admita indisciplina. Segundo afirmam os seus amigos terá grandes dificuldades para adaptar a sua personalidade introvertida ao complexo jogo político que enfrentará no encaminhamento do seu projecto de entregar de novo o poder aos civis, através de uma nova Constituição e de eleições gerais.

O país

Com 2.505.813 km² o Sudão é o maior país da África e está dividido em três regiões naturais: os desertos áridos da Líbia e do Sara ao norte, as planícies do centro e as florestas tropicais do sul. Nas margens do Nilo concentra-se a maioria da população onde se cultiva o algodão. Porto Sudão, no Mar Vermelho, concentra o movimento comercial para o exterior.

A população sudanesa (19,451 milhões de habitantes em 1982) é maioritariamente de ascendência árabe e núbia, porém existem no país mais de 570 grupos. Vivem no Sudão cerca de 400 mil refugiados das nações vizinhas (Chade, Uganda e Etiópia). A religião oficial é o islamismo, predominante entre os árabes e núbios, de maioria sunita. No sul são maioritários os cultos tradicionais africanos, porém são mais de uma centena as línguas faladas pelos diferentes grupos étnicos.



dinado ao Conselho, mas na prática surgiu uma quase duplicidade de poderes. O governo civil recebeu de imediato um relativo apoio popular, nomeadamente depois que Daffalah, um dos líderes da greve que acelerou a queda de Numeiri, foi escolhido como primeiro-ministro. Gizouli Daffalah, é simpatizante da Irmandade Muçulmana e ex-presidente do sindicato dos médicos de Cartum.

Os partidos

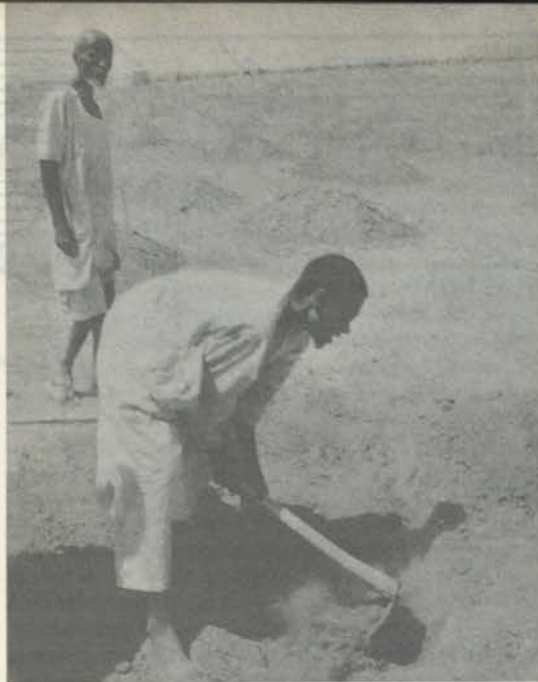
As relações entre militares e civis foram bastante tensas durante os primeiros contactos. Sadiq el Mahdi, líder dos quatro milhões de membros da seita ansar e um dos dirigentes do partido *Umma*, aceitou a discussão sem no entanto se comprometer com um apoio aberto ao novo governo. Sadiq exigiu uma punição severa dos militares acusados de arbitrariedades e de corrupção, uma coisa que o general Al-Dahab não pretende fazer de forma radical, para evitar conflitos no exército.

As desconfianças entre os ansar e o exército são antigas e datam de 1970, quando Numeiri bombardeou a cidade sagrada da seita, na ilha de Aba, ma-

tando o líder religioso Hadi al Mahdi, tio de Sadiq, juntamente com mais 300 pessoas. O actual líder dos ansar foi para o exílio em 1976, tendo regressado no ano seguinte altura em que aderiu ao partido de Numeiri num controverso acontecimento que lhe valeu inúmeras críticas dentro do partido *Umma*. Em 1983, foi novamente detido por criticar a imposição da *sharia*, lei islâmica, pelo deposto general Numeiri.

A *sharia* dividiu a burguesia do norte do Sudão, apesar dos vários sectores pertencerem ao islamismo. Ela foi imposta pela Irmandade Muçulmana, um grupo radical liderado por Hassan Turabi, que exerceu uma forte influência sobre Numeiri até pouco antes do golpe. A lei previa sanções como o enforcamento, amputação de braços e pernas para ladrões e várias outras penalidades e regulamentações com interferências também na área económica do país.

O partido *Umma* foi contra a aplicação da lei, embora aceitasse os princípios islâmicos, já que ela ia contra os seus interesses financeiros. Inicialmente a *sharia* contou com um forte apoio entre os estudantes e os sectores mais pobres da população de Cartum, ao mesmo tempo que foi globalmente



John F. Cava

O povo sudanês continua na pobreza

rejeitada pelas populações do sul, que não são islâmicas. Quando as pressões do FMI e da Casa Branca aumentaram, Numeiri rompeu com a Irmandade, afastou Turabi e ficou de imediato sem qualquer tipo de apoio que não fosse o militar. O oportunismo do ex-presidente já havia criado anteriormente uma série de atritos com os estudantes, que após afastamento do líder da Irmandade, saíram à rua juntamente com os sindicatos e os profissionais liberais, integrantes do partido *Umma* e do Unionista, numa série de greves que antecederam o golpe de Al-Dahab.

Os demais agrupamentos políticos civis incluem os comunistas e os baathistas. O partido *Baath* é uma tendência de esquerda do Partido Socialista Árabe Baathista influenciado pelo Iraque e que no Sudão tem a denominação de Agrupamento Popular Sudanês. Existe também o Partido Unionista Khatimmiya, uma dissidência do Partido Unionista, liderado por adeptos do falecido Hadi al Mahdi; os antigos membros da União Nacional Africana do Sudão, formada por políticos da região ocidental do país; e os chamados "mencheviques" da União Socialista Sudanesa (único partido legal desde 1971), que romperam com Numeiri por causa do personalismo e autoritarismo do ex-presidente. Em geral os partidos têm pouca influência no exército, cujos oficiais na sua maioria se dividem em duas linhas: os anti-comunistas e os influenciados pelo islamismo, os quais pretendem implantar no Sudão um regime ortodoxo, sem maiores vinculações com os costumes ocidentais.

Os conservadores são em geral membros da alta

hierarquia, influenciados pelos Estados Unidos, enquanto os islâmicos são oficiais subalternos mais jovens, que tiveram um maior contacto com os estudantes e os profissionais liberais. Esta última facção tem ténuas aspirações de reviver no país o fenómeno nasserista egípcio que influenciou fortemente a ascensão de Numeiri ao poder em 1969, mas que depois acabou desvirtuado pelo presidente deposto.

A guerrilha

Além do general Fadul, responsável inicial pela "ponte" com os partidos políticos, os outros militares com posições importantes no novo governo são os generais na reserva Mohammed El Baghdad Ahmed, Yusufu Ahmed Yusuf e Abu Kodok. Os três discordaram da decisão de redividir as províncias do sul do Sudão e têm sido usados na tentativa de atrair o movimento guerrilheiro Exército Popular de Libertação (SPLA) liderado pelo ex-coronel John Garang para um acordo com o novo governo militar. Garang é considerado uma figura chave na nova situação reinante no país após o golpe, porque se a guerra continuar no sul são poucas as hipóteses do general Al-Dahab levar a cabo o seu projecto de devolver o poder aos civis num prazo calculado entre seis a doze meses.

O SPLA é o braço armado do Movimento Popular de Libertação do Sudão, surgido há pouco mais de dois anos e que reúne nacionalistas do sul do país, na sua maioria ex-militantes do movimento *Anyanya*, que travou uma guerra civil de 17 anos com o norte até 1972. O movimento define-se como socialista e contou até ao golpe contra Numeiri com o apoio da Etiópia principalmente e também da Líbia. Garang rompeu com o governo em 1983 quando comandou uma rebelião da guarnição da cidade de Bor contra os planos do governo central de redividir as províncias do sul e ignorar o acordo de cessar-fogo assinado em Adis Abeba em 1972, o qual pôs fim à guerra civil.

O comandante do SPLA formou-se em economia, estudou nos Estados Unidos e é tido como um militar extremamente competente. As suas ideias políticas estão mais próximas do nacionalismo do que do marxismo. No momento Garang comanda uma força de aproximadamente 17 mil homens bem treinados e bem armados, que controlam praticamente todo o interior da região sul e podem a qualquer momento ocupar a cidade de Juba, a mais importante da área.

A direcção do movimento é formada ainda pelo veterano político sulista Joseph Oduho, natural da província de Equatoria, e Martin Majier, advogado e ex-dirigente da assembleia provincial do sul. Além de controlar o interior, o SPLA passou a ter uma importante influência na economia suda-



Rebelião popular contra a política económica imposta pelo FMI: um dos motivos da queda de Numeiri

nesa já que foram os ataques guerrilheiros que provocaram o abandono da prospecção de petróleo na região sul por empresas transnacionais contratadas por Numeiri. O governo deposto esperava contar com os *royalties* do petróleo para melhorar a sua economia, atitude que provocou uma forte reacção dos dirigentes políticos sulistas que viram nela mais uma manifestação da hegemonia nortista, que desde a independência do país tem provocado uma contínua sangria de recursos em proveito da elite do norte.

A transformação em 1984 da *Anyanya* no Movimento Popular de Libertação aconteceu em consequência de uma mudança de carácter político-ideológico que deu maior solidez à organização. Persistem no entanto problemas ligados principalmente a alguns sectores tradicionalistas e regionalistas da antiga frente de luta contra o norte, bem como a políticos da província de Equatoria que temem uma predominância da etnia dinka no sul, caso o SPLM e o SPLA venham a ganhar mais força. O movimento *Anyanya* durante a guerra civil era dirigido basicamente por elementos de Equatoria, que sempre procuraram ter uma posição individualista. Eles apoiaram indirectamente a redivisão, enquanto os políticos das demais províncias da região, Bhar el Ghazal e Alto Nilo, foram contra.

Numeiri tentou tirar proveito dessas divisões mas não conseguiu reduzir o crescimento do SPLA que só não atacou a cidade de Juba para não provocar um grande número de mortes entre os civis, segundo declarou o próprio coronel Garang. A última acção de grande porte dos guerrilheiros

aconteceu no dia 1 de Abril deste ano quando tomaram a cidade de Boma, na província de Equatoria, onde está localizada uma base estratégica da força aérea. Depois do golpe, John Garang rejeitou as propostas de trégua apresentadas pelo general Al-Dahab. Logo em seguida foram feitos ataques contra as cidades de Tonj e Akabo.

A resposta do governo aconteceu a nível diplomático através de pressões junto à Líbia e à Etiópia para que suspendessem o apoio aos guerrilheiros do SPLA. No caso da Líbia as negociações obtiveram êxito, enquanto na Etiópia ao que tudo indica o governo de Adis Abeba condiciona uma mudança de posição em relação à guerrilha à suspensão do apoio sudanês aos rebeldes separatistas da Eritreia e da província do Tigre.

No final de Abril o empresário Khalil Osman esteve na capital etíope como emissário do general Dahab tentando um encontro com o coronel Garang. Osman esteve preso em Cartum por críticas a Numeiri e foi o responsável pelas primeiras transmissões em língua árabe na rádio do SPLA, instalada em Adis Abeba.

A diplomacia

No começo de Maio a nova diplomacia sudanesa conseguiu quebrar o gelo nas complicadas relações com a Líbia, por ocasião de uma visita do número dois da hierarquia de Kadafi, Abdulsalam Jalloud, que esteve em Cartum à frente de uma importante delegação. Quase na mesma altura, o novo governo deu mostras de abertura em relação aos palestinos e deixou clara a dispo-

sição de melhorar as suas ligações com todos os países do Médio Oriente e do mundo árabe. A abertura feita pelo regime militar que depôs Numeiri foi bem aceite e há um clima geral de expectativa, que inclui até a União Soviética. A posição norte-americana é discreta mas há indícios claros que os serviços de informação militar dos Estados Unidos acompanham de perto as actividades do segundo escalão do exército, além de manter um controlo bastante apertado sobre os comandantes das grandes unidades militares.

A curto e a médio prazo os rumos do governo de general Al-Dahal serão determinados pela evolução das relações entre o Conselho Militar e o governo civil. O governo é em grande parte composto por políticos e tecnocratas independentes; a sua unidade interna não é forte. Existem ministros tidos como radicais, como Mohammed Hamed, da Informação e Cultura, assim como personalidades conservadoras como o ministro do Interior, Abbas Medani, e o da Economia, Awad Majid. O ministro da Construção Civil, Amin Madani, é tido como simpatizante do SPLA, enquanto o titular da pasta do Trabalho, Oliver Albino, é a favor da redivisão das províncias do sul.

O grande desafio ao novo governo está no entanto na economia. Os especialistas afirmam que o general Numeiri deixou o país na bancarrota,

com uma dívida externa que atinge os nove mil milhões de dólares e compromissos para pagamento de juros da ordem dos 800 milhões, valor igual ao total das exportações anuais do país. Simultaneamente o Sudão necessita importar 1,8 mil milhões de dólares por ano para evitar um colapso total da sua economia. Por isso o défice comercial e orçamental atinge hoje proporções alarmantes, fazendo com que o país viva numa permanente moratória técnica dada a sua incapacidade de pagar aos credores. A renegociação da dívida com os credores europeus realizada no ano passado não chegou a alterar de forma decisiva esta situação.

A guerra no sul custou nos últimos meses cerca de quinhentos mil dólares por dia. A construção do oleoduto de mil milhões de dólares entre as localidades de Unity e Heglig está paralizada. Da mesma forma a conclusão das obras do canal de Jonglei, que tornará navegáveis várias partes da bacia do Alto Nilo só será possível depois de resolvido o problema militar no sul. A tudo isto somam-se os quatro anos consecutivos de seca que diminuíram em 50% a produtividade agrícola do país, provocando uma escassez de alimentos que já começa a ser tão grave e catastrófica como a da Etiópia no ano passado. (Carlos Castilho)



Fundada em 1930



A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO • EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO
• EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES • MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

Livros do 3º Mundo

THE CRUSADES THROUGH ARAB EYES (As Cruzadas na visão dos árabes)

Amin Maalouf. Al Saqi Books. Dist. Zed Books. Londres, 1984. 295pp.



As versões europeia e árabe das Cruzadas pouco têm em comum. Para os árabes, os séculos XII e XIII não foram um despertar do sono medieval, mas anos de árduos esforços para repelir uma brutal e destruidora invasão das hordas bárbaras. Quando, sob o comando de Saladino, um poderoso exército muçulmano — inspirado por profetas e poetas — destruiu os mais poderosos reinos dos Cruzados, foi a maior e mais duradoura vitória jamais conquistada por uma sociedade não-europeia contra o Ocidente. A memória desse facto vive ainda hoje nas mentes de milhões de árabes.

Amin Maalouf compilou depoimentos de uma série de cronistas árabes, contemporâneos das Cruzadas, testemunhas oculares e muitas vezes participantes dos acontecimentos. Neste intrigante livro, ele reconta a história no estilo vivo dos próprios cronistas, dan-lo-nos um retrato vívido de uma sociedade dilacerada pelo encontro traumático com uma cultura estrangeira. Ele

reconstrói dois séculos críticos da história do Médio Oriente e oferece uma fascinante abordagem de algumas das forças que dão forma à actual consciência árabe e islâmica.

Embora o livro seja escrito do ponto de vista árabe, Maalouf não desconhece os defeitos da sociedade árabe e os erros dos seus dirigentes. Conclui com um epílogo que coloca uma questão: porquê, logo depois dessa grande vitória, o mundo árabe mergulhou no declínio, enquanto o epicentro da história do mundo passou para a Europa Ocidental? A sua resposta sugere que as relações entre o Mundo Árabe e o Ocidente estão marcadas, até aos dias de hoje, pelos efeitos de uma titânica batalha que terminou à cerca de sete séculos.

Amin Maalouf é um escritor e jornalista libanês. Já foi editor internacional semanal do mais importante jornal de Beirute, o *An-Nahar*, assim como editor-chefe da revista semanal *Jeune Afrique*.

TIERRA, ALIMENTOS Y POBLACION

Ed. FAO, Roma, 1984.

Trata-se de um trabalho elaborado pelo economista britânico P. Harrison, baseado em informações técnicas da FAO sobre a capacidade de carga demográfica de vários países. O livro procura estabelecer qual a população máxima que diferentes regiões do mundo subdesenvolvido podem suportar até ao início do próximo século, tendo em vista a utilização de áreas agrícolas. Com isto, a FAO pretende contribuir com estatísticas e previsões para o amplo debate, já actualmente em curso, sobre o tipo de política agrícola que deverá ser adoptada até ao ano 2000. O trabalho apresentado é

bastante minucioso, mas o excessivo peso dado às estatísticas na elaboração das conclusões faz com que elas devam ser vistas com cuidado, já que a componente política e social tem também um peso decisivo no estabelecimento das condições futuras do Terceiro Mundo. Destaque para o capítulo que analisa as vantagens consequentes da reforma agrária.

CUBA — MUDANÇA ECONÓMICA E RÉFORMA EDUCACIONAL

Jorge Werthein & Martin Carnoy. Ed. Brasiliense, São Paulo, Brasil, 1984. 164pp.

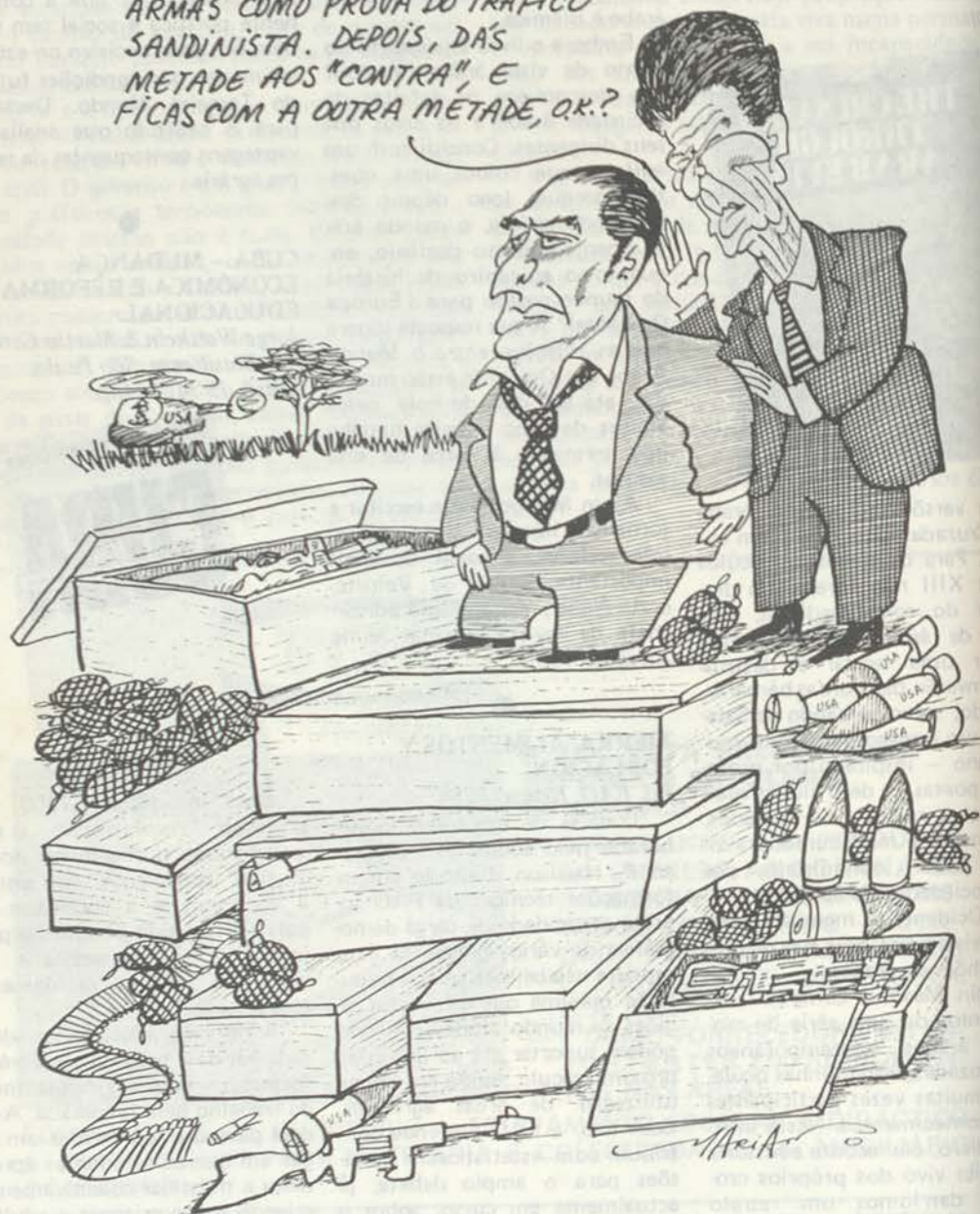


Cuba iniciou, em 1959, um processo revolucionário que transformou praticamente todas as suas instituições. Até então, a economia e a sociedade do país tinham sido dominadas pela influência norte-americana. A revolução alterou rapidamente essa relação.

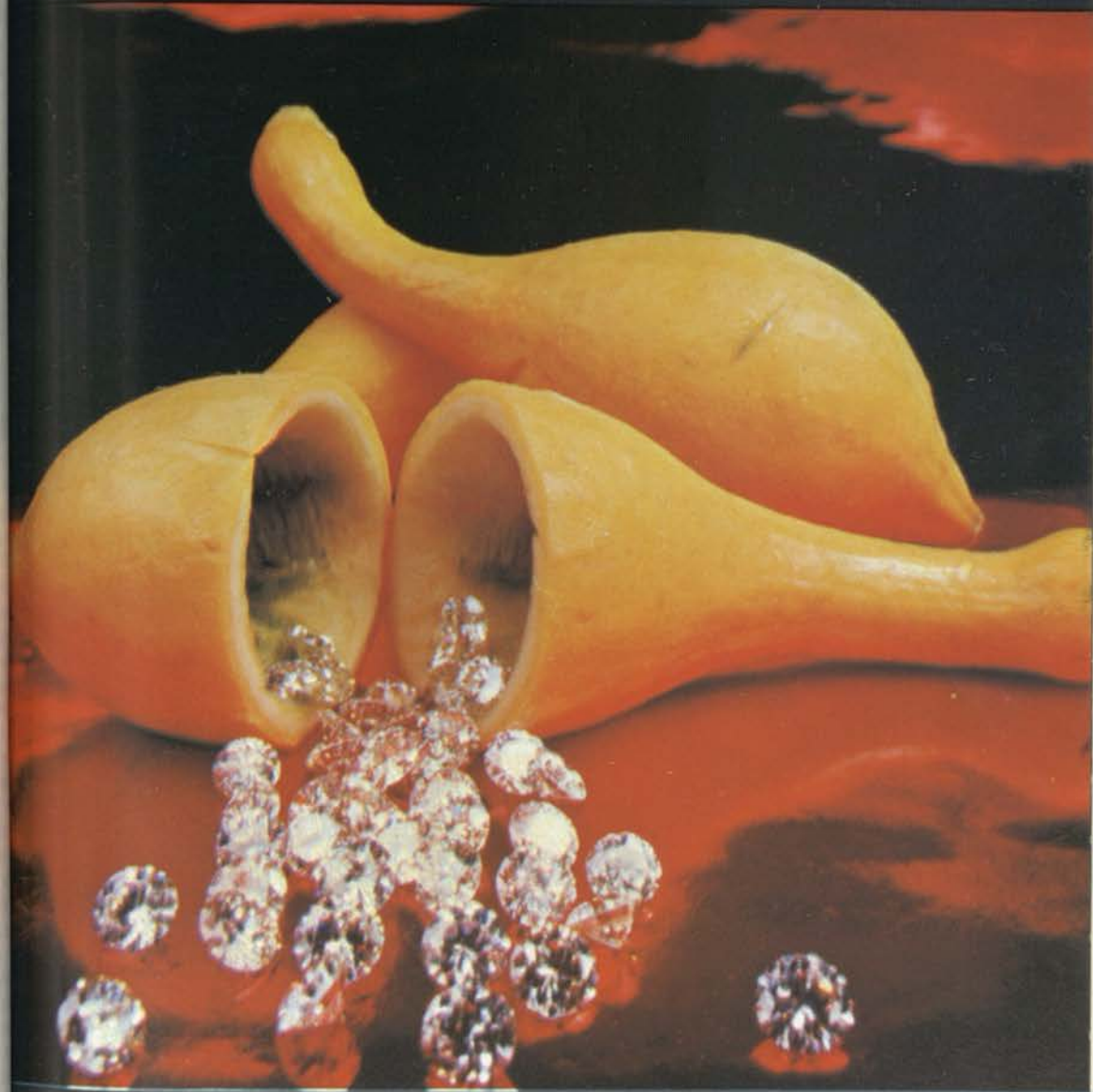
A reforma educacional adoptada foi desenvolvida para transformar os cubanos numa força de trabalho bem preparada. A escola passou a representar um lugar em que os estudantes aprendiam a trabalhar colectivamente, criando entre crianças e adultos a consciência dos seus respectivos papéis na nova sociedade cubana.

Humor

PRIMEIRO, DUARTE, MOSTRAS ESTAS
ARMAS COMO PROVA DO TRÁFICO
SANDINISTA. DEPOIS, DÁS
METADE AOS "CONTRA", E
FICAS COM A OUTRA METADE, OK.?



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional